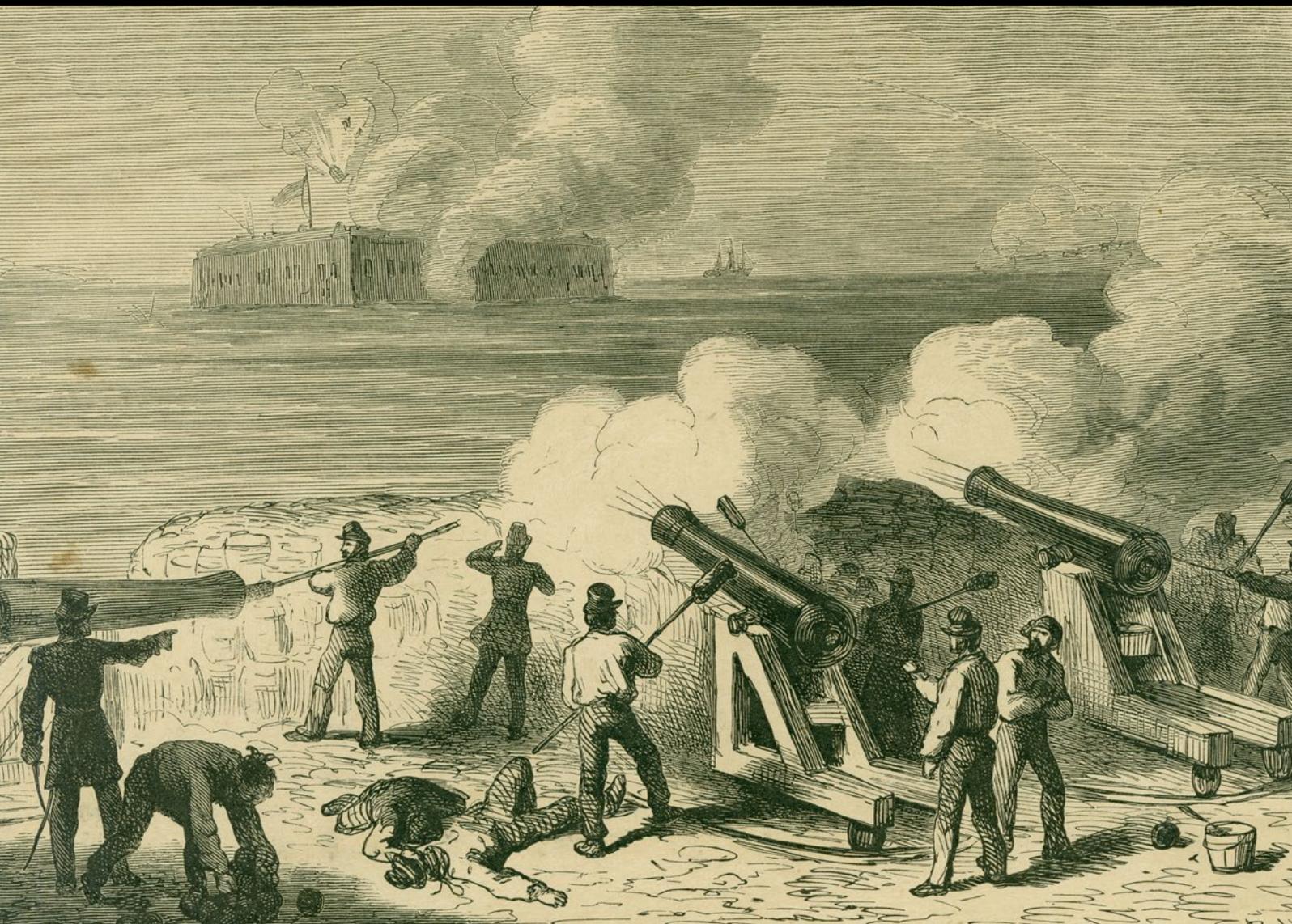




Revista Brasileira de  
**História  
Militar**



**Ano XII - Nº 29**

Maio 2021

## Expediente

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

ISSN 2176-6452

EDITOR RESPONSÁVEL

Cesar Machado Domingues

EDITOR ASSOCIADO

Marcello José Gomes Loureiro

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050 | [editor@historiamilitar.com.br](mailto:editor@historiamilitar.com.br)

CONSELHO CONSULTIVO

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)

Luiz C. Carneiro de Paula (IGHMB)

Cesar Campiani Maximiano (USP)

Maria Teresa Toribio B. Lemos (UERJ)

Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)

Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

CONSELHO EDITORIAL

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)

Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Wellington Amorim (Escola Naval)

Ricardo Pereira Cabral (Escola de Guerra Naval)

Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras (UFF)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ECEME)

Carlos Roberto Carvalho Daróz (UNISUL)

DIAGRAMAÇÃO

Graphix Design | [www.graphix.com.br](http://www.graphix.com.br)



### Imagem da capa: Ataque ao Forte Sumter (abril de 1861)

**Descrição:** representação do Ataque ao Forte Sumter, ocorrido em abril de 1861 que marca o início da Guerra Civil Americana, logo após a vitória de Abraham Lincoln nas eleições presidenciais. A Confederação já havia se formado sob a presidência de Jefferson Davies e a tensão entre separatistas e unionistas não parava de crescer. Após vários meses de negociação pela entrega do forte localizado em Charleston, no

estado confederado da Carolina do Sul, o ataque provocou a mobilização do Exército Federal por Abraham Lincoln e precipitou ao país à guerra.

Acervo do Missouri History Museum.

(<http://images.mohistory.org/image/B99D97BF-11BD-6CC4-ACCD-450029432385//original.jpg>)

## Editorial

Aos poucos vamos superando esses tempos conturbados pela Pandemia do Covid-19 e retomando o ritmo normal de trabalho. Começamos esta edição com o artigo do Dr. Fernando Velôzo Gomes Pedrosa, professor de História Militar da ECEME, tratando da artilharia do Exército Imperial Brasileiro durante o Primeiro Reinado. Luiz Eduardo Pesce de Arruda, da Universidade Mackenzie, aborda como o governo Vargas explorou os temas mais sensíveis à identidade paulista e como a propaganda e a contrapropaganda paulista se posicionaram para reforçar os temas compatíveis com a identidade regional no período da Guerra Civil de 1932. Em seguida, Daniel Mata Roque do PPGH da Universidade Salgado de Oliveira reconstitui a trajetória do primeiro filme brasileiro sobre a Segunda Guerra Mundial, e o único realizado durante o conflito (1939-1945).

Ainda tratando da participação brasileira nas duas Guerras Mundiais do Século XX, o pesquisador André Luís Woloszyn do IGHMB trata dos diversos pontos de interseção da conjuntura interna e externa que permaneceram inalterados, embora o intervalo de tempo de 25 anos entre um e outro conflito. Finalizando esta edição, focamos na Europa oriental com o artigo de Luciano Hickert sobre o conflito na Transnístria iniciado em 1990, com o colapso da União Soviética.

A todos que colaboram para manter viva a Revista Brasileira de História Militar nosso muito obrigado.

**Cesar Machado Domingues**

*Editor Responsável*

# Sumário

**Bala Rasa, Granada e Metralha - A Artilharia do Exército Imperial Brasileiro no Primeiro Reinado . . . 5**

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa

**1932: comunicação e identidade paulista . . . . . 30**

Luiz Eduardo Pesce de Arruda

**O Brasileiro João de Souza: a Batalha do Atlântico e o cinema da Boa Vizinhança . . . . . 62**

Daniel Mata Roque

**Pontos de interseção da participação brasileira nas duas guerras mundiais . . . . . 81**

André Luís Woloszyn

**O conflito na Transnístria, um território sem Estado estabelecido . . . . . 95**

Luciano Hickert

**Livro em destaque . . . . . 112**

*Borboletas e Lobisomens. Vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia*

# Bala Rasa, Granada e Metralha

## A Artilharia do Exército Imperial Brasileiro no Primeiro Reinado.<sup>1</sup>

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa<sup>2</sup>

*Sobre tres dedos do seu omnipotente Fundador descansa o peso de todo o universo [...]. E a esta imitação vejo fundada a esfera da Artilharia sobre outros tres dedos de [vossa mercê] como seo Creador nesta Capitania; quaes são: a Filosofia, a Arithmetica, e a Geometria, em que se estabellecem todas as suas partes.*

André Ribeiro Coutinho<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo trata sobre a artilharia do Exército Imperial Brasileiro durante o Primeiro Reinado (1822-1831). A primeira seção aborda o estado da arma de artilharia no início do século XIX, identificando suas possibilidades e limitações, de acordo com os desenvolvimentos científicos da época. A segunda seção trata da organização das unidades de artilharia do Exército Imperial durante o período examinado. A terceira seção aborda o armamento e equipamento da artilharia brasileira no Primeiro Reinado. A quarta seção trata da doutrina de emprego da artilharia em combate e do treinamento das suas tropas.

**Palavras-chave:** exército brasileiro; organização do exército; doutrina militar; manuais militares; canhões.

**Abstract:** This article deals with the Brazilian Imperial Army's artillery during the First Reign (1822-1822). The first section addresses the current situation of the artillery branch in the early 19th century, identifying its possibilities and limitations, according to scientific developments at the time. The second section deals with the organization of the Imperial Army's artillery units during the First Reign. The third section deals with the weaponry and equipment of Brazilian artillery throughout the period being studied. The fourth section deals with the artillery doctrine for combat and for the training of its troops.

**Keywords:** Brazilian army; army organization; military doctrine; military regulations; guns.

1 O autor agradece ao Prof. Adler Homero Fonseca de Castro, doutor em História e pesquisador do IPHAN, pela consultoria imprescindível e as sugestões sobre bibliografia e fontes para a pesquisa que resultou neste artigo.

2 Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) (1994) e em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Leciona História Militar na ECEME.

3 Carta que André Ribeiro Coutinho, Mestre de Campo do Terço da Artilharia da praça do Rio de Janeiro escreveu ao autor. In ALPOYM, José Fernandes Pinto. *Exame de Artilheiros*. Lisboa: Nova oficina de Jozé Antonio Plates, 1744. p.

Quando o Brasil se tornou independente em 1822, o nascente Exército Imperial Brasileiro continuou a seguir o modelo militar português do qual se havia originado. Esse modelo abarcava aspectos como a organização geral do Exército e de suas unidades, a administração militar, a cultura institucional, o armamento e equipamento, e os manuais militares. À época do Primeiro Reinado, o Exército estava organizado com três armas: infantaria, cavalaria e artilharia. Dadas as características técnicas da arma de artilharia, considerada um dos ramos científicos do Exército,<sup>4</sup> sua historiografia é extremamente reduzida. Este artigo tem por objetivo lançar luz sobre esse tema tão pouco conhecido da História militar brasileira.

A fim de alcançar o propósito acima enunciado, a primeira seção deste artigo aborda o desenvolvimento da artilharia no início do século XIX, identificando a tipologia da arma e as características técnicas das bocas-de-fogo e das munições, de acordo com os desenvolvimentos científicos da época. A segunda seção trata da organização das unidades de artilharia do Exército Imperial durante o período examinado, em suas duas especialidades – artilharia de campanha e artilharia de posição. A terceira seção aborda o armamento e equipamento da artilharia brasileira no Primeiro Reinado para essas duas especialidades. A quarta seção trata da doutrina de emprego da artilharia em combate e do treinamento das suas tropas.

## A artilharia no início do século XIX

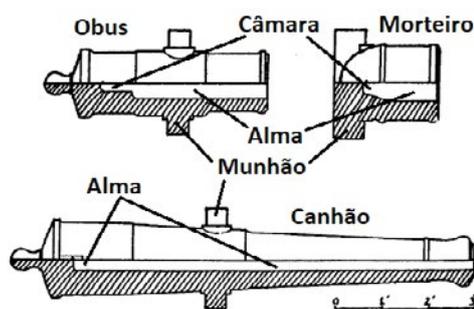
Na doutrina militar portuguesa vigente à época da Independência do Brasil, havia três tipos de artilharia – a de campanha, a de sítio e a de posição (ou de praça). A artilharia de campanha destinava-se a acompanhar as tropas de infantaria e cavalaria em combate. Podia ser organizada em unidades de artilharia montada (às vezes chamadas “a cavalo”) ou unidades de artilharia de campanha a pé. As unidades montadas eram dotadas de animais para a tração de suas bocas-de-fogo e carretas, além dos destinados à montaria de todo seu efetivo, o que lhes dava grande mobilidade e lhes permitia acompanhar as tropas de cavalaria. As unidades a pé só possuíam montaria para oficiais. Também dispunham de animais para a tração das bocas-de-fogo e carretas, mas a maioria do seu pessoal marchava a pé. Por essa razão, eram destinadas a apoiar as forças de infantaria. As unidades de artilharia de campanha eram dotadas com canhões e obuses de campanha. Os canhões são peças de artilharia cujos tubos são longos e disparam projéteis de alta velocidade em trajetória tensa. Os obuses têm tubo mais curto e disparam projéteis de baixa velocidade em trajetória parabólica (figuras 1 e 2). Os canhões e obuses de campanha eram peças relativamente leves e capazes de serem tracionadas por

<sup>4</sup> Ao longo do século XIX, o Exército Brasileiro possuía dois ramos considerados “científicos”: a arma de artilharia e o Corpo de Engenheiros.

cavalos ou mulas através dos campos de batalha, para agir em conjunto com as tropas de infantaria e cavalaria. No século XIX, os calibres dos canhões de campanha variavam de 3 a 12 libras (lb).<sup>5</sup> Os obuses de campanha, por sua vez, tinham calibres que iam de 4 a 6 polegadas. No período abarcado por este estudo, os exércitos eram equipados com peças de artilharia de alma lisa.<sup>6</sup> Ou seja, a alma não era raiada e os projéteis eram expelidos sem o movimento de rotação que lhes daria uma trajetória estável. Armas de fogo de alma lisa são, portanto, pouco precisas.

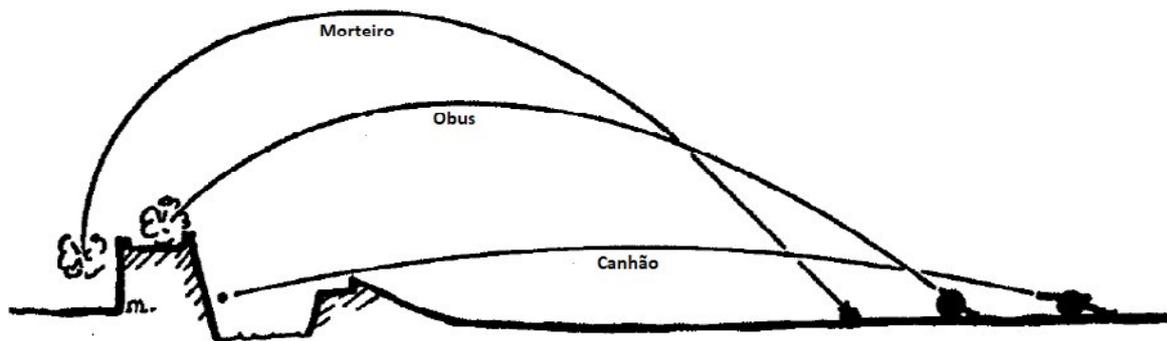
Havia um terceiro tipo de artilharia de campanha – a artilharia de montanha ou de dorso. Esta destinava-se a operar em terrenos montanhosos, acidentados ou carente de caminhos carroçáveis. Para isso, era dotada de canhões muito leves – calibres de até 4 lb –, transportados em pequenos reparos tracionados por uma só mula ou desmontados e transportados diretamente no dorso de mulas. Toda sua munição era transportada em cangalhas, no dorso de muares.

Figura 1. Peças de artilharia do século XIX.



Fonte: Imagem de Manucy, 1949,<sup>7</sup> p. 18. Legendas do autor.

Figura 2. Diferença de trajetórias das peças de artilharia.



Fonte: Imagem de Manucy, 1949, p. 32. Legendas do autor.

5 Na primeira metade do século XIX, os canhões tinham seu calibre definido pelo peso das balas em libras. O calibre dos obuses e morteiros era medido segundo o diâmetro em polegadas do interior do tubo da arma.

6 A alma de uma arma é a superfície interior do seu cano ou tubo.

7 MANUCY, Albert. *Artillery Through the Ages*. Washington, DC: United States Government Printing Office, 1949.

O segundo tipo de artilharia – a de sítio – também era empregada em campanha, mas com a finalidade de assediar e derrocar ou inutilizar posições fortificadas. Seguia à retaguarda dos exércitos e era dotada de canhões, obuses e morteiros pesados. Os morteiros eram peças de artilharia de tubo bastante curto, destinados a lançar bombas em trajetórias muito curvas, com ângulos de projeção iguais ou maiores do que 45° (figura 2). Os canhões da artilharia de sítio tinham calibres de 12 a 32 lb. Os obuses de sítio tinham calibres acima de seis polegadas. Canhões e obuses de sítio eram transportados em reparos do tipo carreta, semelhantes aos da artilharia de campanha, mas com maiores dimensões. Os reparos dos morteiros não tinham rodas (figura 3); eram assentados diretamente no solo ou sobre uma plataforma de madeira. Para serem transportados, era necessário colocá-los sobre carretas.

O terceiro tipo de artilharia – a de posição – destinava-se a guarnecer fortes, praças de guerra e fortalezas, construídas para defender cidades, portos, cursos fluviais e costa. A artilharia de posição empregava peças de artilharia pesadas, instaladas em reparos de praça e de costa – e, eventualmente, canhões e reparos navais. Os tipos de bocas-de-fogo e calibres da artilharia de posição eram os mesmos da artilharia de sítio e mesmo maiores. Os canhões eram fixos em suas posições de tiro, que poderiam ser à barbete,<sup>8</sup> em ameias<sup>9</sup> ou em casamatas.<sup>10</sup> Normalmente, seus reparos eram dotados com pequenas rodas, que apenas lhes permitiam o movimento necessário à pontaria, ao recuo das peças por efeito do disparo e sua recolocação em bateria após o tiro.

Figura 3. Morteiros sobre reparos. À esquerda, réplica de morteiro sobre reparo de cepo; à direita, morteiro sobre reparo de falcas.



Fonte: Invaluable<sup>11</sup> e Harold A. Skaarup, 2020.<sup>12</sup>

8 Uma peça de artilharia instalada à barbete faz fogo por sobre o parapeito ou muralha de uma fortificação. Nesta situação, o reparo da peça e a sua guarnição ficam em uma posição razoavelmente protegida do fogo inimigo. O tiro sai rasante ao solo, "fazendo a barba" da grama à frente do parapeito, daí o nome barbete. Cf. BARDIN (Général). *Dictionnaire de l'Armée de Terre*. Tome Premier. Paris: Librairie Militaire, Maritime et Polytechnique de J. Corréard, 1851. p. 705.

9 As ameias de uma fortificação são as aberturas nas muralhas por onde os defensores podiam observar e atirar no inimigo. As ameias alternam-se com os merlões, que são os elementos maciços que sobressaem nas muralhas, dando-lhes um aspecto recortado.

10 Casamata é um compartimento fechado e abobadado à prova de projéteis, instalado nas muralhas de uma fortificação. Possui aberturas – canhoneiras –, nas quais são instaladas peças de artilharia.

11 Disponível em: <https://www.invaluable.com/auction-lot/replica-british-grenade-mortar-from-champlain-can-671-c-70b460d9a5>. Acesso em 17/07/2020.

12 SKAARUP, Harold A. *Artillery, Tanks and AFVs in the USA: Georgia (Part III)*, Fort Pulaski. Data current to 5 January 2020. Disponível em: [http://silverhawkauthor.com/artillery-tanks-and-afvs-in-the-usa-georgia-3-fort-pulaski\\_927.html](http://silverhawkauthor.com/artillery-tanks-and-afvs-in-the-usa-georgia-3-fort-pulaski_927.html). Acesso em 17/07/2020.

Tendo em vista que as características técnicas das armas impõem limitações ou oferecem possibilidades para a ação militar, e são alguns dos fatores condicionantes das doutrinas militares, convém examinar o estado da tecnologia militar à época da Independência e do Primeiro Reinado. O único explosivo então existente era a pólvora negra, que havia sido levada da China para a Europa durante a Idade Média tardia. Na primeira metade do século XIX, a pólvora negra servia como carga de projeção e como elemento de escorva<sup>13</sup> para todas as armas de fogo – peças de artilharia e armas leves –, e era usada como carga explosiva de granadas, bombas e minas. A pólvora negra era um explosivo de preparação mecânica, produzida pela trituração e mistura de três substâncias encontradas na natureza: carvão vegetal, enxofre e salitre. No início do século XIX, a “receita” da pólvora negra usada em Portugal e no Brasil era fórmula francesa: 12,5% de carvão, 12,5% de enxofre e 75% de salitre.<sup>14</sup> Mas, devido aos processos artesanais de produção e às diferenças de composição química das matérias-primas – dependendo de suas fontes de obtenção –, era muito difícil manter as características químicas da pólvora produzida, resultando em grande variação de sua capacidade explosiva.

A explosão da pólvora negra gerava muita fumaça e resíduos sólidos no interior das armas. A densa nuvem de fumaça provocada pelos disparos obrigava os artilheiros a esperar a sua dispersão antes que pudesse fazer nova pontaria. Os resíduos exigiam que os serventes desobstruíssem os ouvidos dos canhões após cada tiro, usando uma agulha. Também era necessário limpar regularmente a alma dos tubos, raspando e removendo os resíduos incrustados em suas paredes.<sup>15</sup>

Os tipos de munições empregadas pela artilharia da primeira metade do século XIX variava conforme o tipo da boca-de-fogo. Os canhões disparavam balas sólidas (também chamadas balas rasas) e metralha. Os obuses disparavam granadas explosivas e metralha. Os morteiros disparavam bombas.

A bala sólida era moldada com ferro fundido em formato esférico, e era empregada contra pessoal em formação cerrada, contra alvos sólidos – muralhas e outras construções – e contra outras peças de artilharia, a fim de destruir seus reparos. Os bons artilheiros sabiam fazer uso do efeito de ricochete para aumentar o dano causado pelo pesado projétil sólido contra as fileiras de infantaria. Mas seu efeito ficava limitado aos homens, animais ou objetos que estivessem exatamente na sua trajetória, sendo muito reduzido contra tropas em formações pouco compactas.

A munição mais eficaz contra infantaria e cavalaria a curta distância era a metralha – tiro de múltiplos pequenos projéteis, carregados em um receptáculo leve. Ao ser disparado diretamente do tubo do canhão, o invólucro era despedaçado pela explosão da carga de projeção e lançava um jato de projéteis contra o alvo, num efeito semelhante ao das modernas espingardas de caça tipo *shotgun*.

13 A escorva é o elemento de iniciação de uma explosão. No caso das peças de artilharia, era a pequena quantidade de pólvora fina colocada no ouvido da peça, a fim de ser inflamado pela brasa de um morrião (mecha) ou de uma vela pirotécnica, provocando a explosão da carga de projeção na câmara da boca de fogo. No começo do século XIX, a escorva de peças de artilharia com pólvora solta foi substituída por uma “espoleta” – canudo de papel recheado com uma composição inflamável, que era introduzido no ouvido da peça.

14 LUZ, Francisco Carlos da. *Estudo sobre as pólvoras de guerra antigas e modernas sob a forma de instruções para o seu fabrico, exames e provas, acondicionamento e transporte*. Paris: Garnier Irmãos, 1889. p. 29.

15 MANUCY, 1949, p. 23-24.

Seu alcance eficaz era de cerca de 300 a 500 m, dependendo do calibre e tipo do canhão. A metralha podia ser acondicionada nas formas de “lanterneta” ou de “pirâmide”, também chamada “cacho de uva”. A lanterneta era uma fina lata cilíndrica, recheada com balins (figura 4). A pirâmide ou cacho de uva, empregava balins maiores que os da lanterneta, acondicionados em um saco de lona ou presos entre discos e argolas de metal (figura 5).

Figura 4. Lanterneta.



Fonte: Reserva técnica do Museu Histórico Nacional.  
Fotografia do autor.

Figura 5. Pirâmide ou cacho de uva.



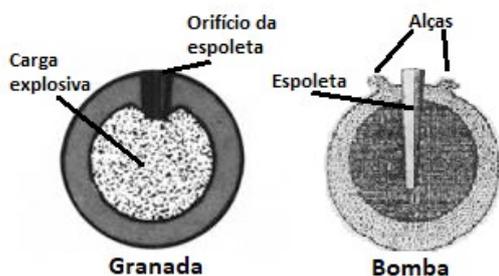
Fonte: Ridgeway.<sup>1</sup>

A granada explosiva era uma esfera oca de ferro fundido, recheada com uma carga de pólvora negra (figura 6). A granada era disparada por um obus e explodia pela ação de uma espoleta. A espoleta da granada era um tarugo cônico de madeira, que era inserido no orifício da granada. No cento do tarugo, havia um de rastilho de pólvora. A espoleta da granada devia ser cortada no comprimento que permitisse ao fogo chegar à carga explosiva após decorrido o tempo de duração da trajetória até o alvo, provocando sua explosão no tempo desejado. As granadas explosivas tinham um duplo efeito – agiam pelo impacto direto no alvo, como as balas rasas, e também pela explosão, que provocava a concussão e a dispersão de inúmeros estilhaços da esfera de ferro. Eram empregadas, principalmente, contra pessoal desabrigado e contra abrigos e parapeitos de madeira ou terra, de forma a desmontá-los. Mas, naquela época, as granadas explosivas eram artefatos pouco confiáveis e pouco efetivos, devido à baixa confiabilidade das espoletas.

Convém assinalar que a artilharia da primeira metade do século XIX usava outro tipo de artifício pirotécnico que também era chamado espoleta – eram as espoletas das bocas-de-fogo. Estas eram confeccionadas com um pequeno tubo de papel ou pena de ganso, rematado por um receptáculo chamado boquim, e eram carregadas com um rastilho inflamável. A espoleta da boca-de-fogo era introduzida no ouvido da arma, e destinava-se a levar fogo à carga de pólvora no fundo do tubo.

A bomba de morteiro era um tipo de granada esférica de maior dimensão, dotada de duas alças aos lados do ouvido. Essas alças eram usadas para suspender a bomba com ganchos e introduzi-la no tubo da arma (figura 6).

Figura 6. Granada esférica e bomba



Fonte: Haecker, 1994,<sup>2</sup> p. 61. Legendas do autor.

A bala rasa e a granada eram carregadas no tubo com um taco que as separava da carga de pólvora. O taco era uma bucha de fibras, madeira ou outra substância, e fazia com que a força expansiva da queima da pólvora atuasse sobre todo o hemisfério posterior do projétil. Os tacos fixos eram cilindros chatos de madeira com uma concavidade, na qual as balas eram presas por meio de cintas metálicas, a fim de facilitar e agilizar o carregamento da peça (figura 7).

Figura 7. Bala rasa de 12 lb com taco fixo.



Fonte: Ridgeway.<sup>16</sup>

Para o serviço das bocas-de-fogo, cada peça contava com um conjunto de instrumentos e petrechos chamado “palamenta” (figura 8).<sup>17</sup> Os principais itens da palamenta de uma peça de artilharia do século XIX eram:

- Soquete – haste de madeira, tendo uma maça cilíndrica em uma de suas extremidades, com diâmetro quase igual ao calibre da boca-de-fogo. Era usado para acomodar o cartucho de pólvora e o projétil no fundo do tubo.
- Lanada – haste de madeira com uma escova macia, feita de lã de ovelha ou estopa. Era usada umedecida para limpar a alma do tubo após o tiro, evitando que alguma fagulha fizesse explodir

<sup>16</sup> RIDGEWAY, [s.d.].

<sup>17</sup> AMARAL, Antonio José do. *Nomenclatura Explicada de Artilharia, organizada para uso da Escola Militar*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861. p. 37-49.

a carga de pólvora do tiro seguinte. Em alguns casos, o soquete e a lanada eram afixados nas duas extremidades da mesma haste.

- Balde de água, para umedecer a lanada.

- Cocharra – concha metálica cilíndrica, usada para introduzir a medida de pólvora solta no tubo da peça. A cocharra era pouco útil quando se empregava a pólvora encartuchada, mas também poderia ser usada para remover o projétil do tubo e para limpar as paredes da alma do tubo, como substitutivo à rascadeira.

- Rascadeira – instrumento para raspar os resíduos de pólvora incrustados à alma do tubo. Era composta por uma haste de madeira, tendo lâminas circulares em uma das extremidade.

- Saca-trapo – haste de madeira com uma extremidade metálica em forma de dupla espiral, usada para remover objetos entalados no interior do tubo, tais como pedaços do taco dos projéteis ou de papel dos cartuchos.

- Serpentina – haste longa, que era cravada ao solo à retaguarda de uma bateria ou seção, tendo um morrão aceso em sua extremidade superior.<sup>18</sup> Servia como reserva de fogo, na qual se podiam acender as “velas mistas”.

- Estojo de velas – canudo de couro com tampa, correia e fivela, em que se guardavam as velas mistas. A vela mista era um tubo de papel carregado com uma composição inflamável. Era usada para levar fogo às espoletas das bocas-de-fogo.

- Botafogo – haste curta de madeira com um encaixe para a fixação da vela mista. Era usado para levar a vela em brasa ao ouvido da boca-de-fogo, provocando o disparo da peça. Cada peça era dotada de um botafogo.

- Bolsas de couro, para o transporte dos cartuchos entre o carro de munição e a peça.

- Caixa de espoletas.

- Jogo de agulhas, usadas para perfurar o cartucho e para desobstruir e limpar o ouvido da peça.

- Tampão ou tapa da boca-de-fogo – disco de madeira usado para manter a boca do tubo fechada, evitando a entrada de sujeira e chuva, quando a peça não estiver sendo usada.

- Quadrante e nível – instrumentos usados para efetuar a pontaria da arma em altura.

A palamenta da artilharia mais pesada também incluía os “espeques”, que eram alavancas de madeira terminadas em unhas, com que se moviam as bocas-de-fogo e seus reparos. E a das peças de campanha incluía o leme de conteira – alavanca de madeira que era encaixada na conteira<sup>19</sup> do reparo (figura 9), para ajudar no movimento lateral da peça e no seu “conteiramento”, ou seja a colocação

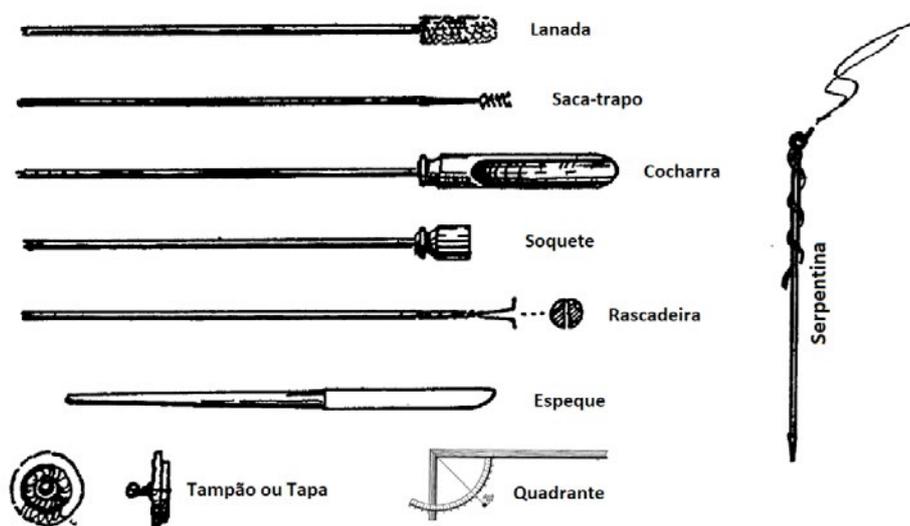
---

18 Morrão era uma mecha de cordão grosso embebido em material inflamável de queima lenta, que era utilizada para atear fogo à pólvora dos canhões e dos antigos mosquetes de mecha.

19 Conteira é a parte final da flecha do reparo. É a parte da flecha que se apoia ao solo.

da peça na direção desejada; e tirantes de cassonete – correias usadas para a eventual necessidade de os serventes tracionarem o canhão a braço.

Figura 8. Principais itens da palamenta de uma peça de artilharia no século XIX.



Fonte: Imagem de Manucy, 1949, p. 26, 74, 76. Legendas e edição do autor.

O serviço das bocas-de-fogo nesse período era bastante elementar. Embora houvesse peculiaridades decorrentes das diferenças de peso das bocas-de-fogo e dos projéteis, e do tipo de carretas – de campanha, de sítio ou de posição –, o serviço das peças incluía, basicamente, as ações de: 1) apontar a peça na direção do alvo, usando os espeques ou o leme de conteira; 2) limpar o tubo, usando a lanada; 3) meter o cartucho no tubo e calcá-lo até o fundo da alma, usando o soquete, enquanto um dos serventes tapava o ouvido da arma com o dedo polegar; 4) se o projétil não viesse encartuchado junto com a pólvora, repetir a operação para introduzir o taco e a bala [ou granada ou tiro de metralha, conforme fosse o caso]; 5) apontar a boca-de-fogo, usando o parafuso de elevação; 6) enfiar uma agulha no ouvido da arma para “sangrar” (perfurar) o fundo do cartucho; 7) enfiar a espoleta da boca-de-fogo no ouvido da arma; e 8) fazer fogo, levando a vela mista acesa ao boquim da espoleta, com a ajuda do botafogo.

## Organização das unidades de artilharia no Brasil no Primeiro Reinado

A artilharia do Exército Imperial no Primeiro Reinado foi constituída com unidades de artilharia de campanha e de posição. Não foram organizadas unidades de artilharia de sítio. As unidades de campanha eram os Corpo de Artilharia Montada, as de posição foram chamadas de Corpos de Artilharia de Posição. As unidades de artilharia de posição receberam o nome genérico de “corpos” tendo em vista a diversidade de efetivos e o número e tipo das fortalezas que deviam guarnecer. As

unidades de artilharia montada também foram denominadas “corpos” por não terem recebido organização e efetivo compatível com um regimento.<sup>20</sup>

É difícil saber precisamente como estavam organizados esses corpos de artilharia, uma vez que o decreto de 1º de dezembro de 1824, que deu a primeira organização geral ao Exército Imperial, não trazia a organização específica de cada unidade. Por isto, sou levado a supor que as unidades permaneciam com as organizações vigentes na data do decreto. J. B. Magalhães informa que os corpos de artilharia montada estariam organizados com duas companhias, sendo que o 1º Corpo também teria uma companhia de condutores. O 1º Corpo teria um efetivo de 354 homens, os demais apenas 200.<sup>21</sup>

Embora Magalhães não informes suas fontes, o exame dos decretos de criação das unidades de artilharia que deram origem aos corpos renomeados no decreto de dezembro de 1824 confirma suas estimativas. Tomemos como exemplo o 4º Corpo de Artilharia Montada, sediado em Alagoas. A unidade havia sido criada em 14 de abril de 1823 como o Corpo de Artilharia a Cavalos da Província das Alagoas. Sua organização oficial previa um pequeno estado-maior e duas companhias, num efetivo total de 202 oficiais e praças.<sup>22</sup>

Em relação ao 1º Corpo de Artilharia Montada, o decreto de dezembro de 1824 determinava que essa unidade fosse organizada a partir das Duas Brigadas de Artilharia da Corte, que haviam sido criadas originalmente em 31 de julho de 1819, sendo organizadas com um estado-maior e três companhias – duas de artilheiros e uma de condutores – num efetivo total de 354 oficiais e praças.<sup>23</sup> Os efetivos reais dos corpos de artilharia montada eram bem menores do que o tabelar. Em 1º de janeiro de 1830, a média de efetivo dos corpos era de 174 oficiais e praças, sendo que a média de praças de fileira era de 55 homens por companhia.

Quanto à organização dos corpos de artilharia de posição, o decreto de 1º de dezembro de 1824 estabeleceu que não deveriam ter todos a mesma organização e efetivo, em função das diferenças de tipo e número de fortificações de cada província.<sup>24</sup> O decreto tampouco especificava as fortificações a serem guarnecidas por esses corpos. Podemos apenas identificar as obras defensivas existentes nas diversas províncias com base na Relação dos Fortes Existentes no Brasil em 1829,<sup>25</sup> publicada pelo coronel Jonathas da Costa Rego Monteiro em 1927.<sup>26</sup>

20 O termo “corpo” é uma designação genérica para as unidades de tropa. Mas, no século XIX, também designava as unidades cuja organização não contemplava o número de companhias suficiente para serem consideradas um regimento ou batalhão.

21 MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 250.

22 BRASIL. Decreto de 14 de abril de 1823. Extingue o corpo de linha das Alagoas e cria um Batalhão de caçadores e um corpo de artilharia a cavalo. In BRASIL. *Collecção de Leis do Brazil de 1823*. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 57-58.

23 BRASIL. Decreto de 31 de julho de 1819. Approva o plano para a organização nesta Córte de duas Brigadas ou Baterias de Artilharia montada. In BRASIL. *Collecção de Leis do Brazil de 1819*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 41-42.

24 J. B. Magalhães informa que todos os corpos de artilharia de posição teriam sido organizados com seis companhias de seis peças, mas com efetivos que variavam conforme a sede da unidade (MAGALHÃES, 1998, p. 250). Entretanto, o exame dos decretos de criação das unidades que deram origem a esses corpos não confirma o número igual de companhias.

25 MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Relação dos Fortes Existentes no Brasil em 1829, com Indicação de seu Armamento. *Revista Militar Brasileira*, Anno XVII, No. 2, Abr-Jun 1927, Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1927. Ver também SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil. *Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLVIII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1885.

26 A Relação do coronel Jônatas Monteiro não traz uma classificação precisa das fortificações relacionadas. São todas chamadas fortes. Os documentos de época tampouco são claros e precisos em relação à classificação das fortificações brasileiras. A mesma fortificação classificada como forte em um relatório do Ministério da Guerra podia aparecer como fortaleza ou praça em outro relatório.

O 1º Corpo de Artilharia de Posição foi criado por transformação do 1º Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro. Jônatas do Rêgo Monteiro informa que, em 1824, o novo corpo foi constituído com um estado-maior um estado-menor e oito companhias.<sup>27</sup> O 2º Corpo havia sido criado na Corte em 1822, como o Batalhão de Artilharia de Posição composto de Pretos Libertos. Segundo seu plano de organização, tinha um estado-maior e quatro companhias, resultando em um efetivo de 478 oficiais e praças.<sup>28</sup> Na Corte do Rio de Janeiro e seu entorno, as principais obras de defesa eram as fortalezas de São João da Barra e de Santa Cruz da Barra, que, junto com o forte da Laje, defendiam o acesso à Baía da Guanabara e à Capital do Império. Também tinham importante papel defensivo o forte do Pico, que protegia a fortaleza de Santa Cruz; e o forte da Praia Vermelha, que exercia a mesma função em relação à Fortaleza de São João.

O 3º Corpo era originário do Batalhão de Artilharia de Linha que havia sido criado na Vila de Santos, São Paulo, em 1822.<sup>29</sup> A unidade havia sido organizada com a mesma estrutura básica do batalhão de pretos libertos da Corte – quatro companhias e um estado-maior –,<sup>30</sup> mas seu efetivo era bem menor, com um total de 398 oficiais e praças. As principais fortificações da Vila de Santos e seu entorno eram a fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande e o forte de São João da Bertioiga, que protegiam os principais acessos ao porto de Santos.

O 4º Corpo originou-se do Corpo de Artilharia de Linha da Ilha de Santa Catarina que havia sido criado em 1819, organizado com um estado-maior de apenas três homens, duas companhias de 120 homens – uma a pé e outra montada – e um seção de 28 condutores agregados à companhia montada. A nova unidade teria, portanto, 271 oficiais e praças.<sup>31</sup> Rêgo Monteiro informa que a unidade permanecia com as duas companhias em 1824, sendo uma montada, o que parece incomum para uma unidade de posição. Mas Luiz Manoel de Lima e Silva confirma que uma “brigada” do 4º Corpo de Santa Catarina foi enviada ao Rio Grande do Sul durante a Guerra da Cisplatina, tendo tomado parte da Batalha do Passo do Rosário.<sup>32</sup> As principais fortificações da cidade de Desterro, hoje Florianópolis, eram as fortalezas de São José da Ponta Grossa, de Santo Antônio de Ratonés<sup>33</sup> e de Santa Cruz de Anhatomirim, que protegem o acesso à Baía Norte da Ilha de Santa Catarina; e a fortaleza da Conceição da Barra do Sul, que protege a entrada da Baía Sul.

27 MONTEIRO, Jônatas do Rêgo. *O Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939. p. 220-1.

28 BRASIL. Decreto de 13 de fevereiro de 1823. Aprova o plano de organização do batalhão de artilharia de posição composto de pretos libertos. In BRASIL. *Collecção de Leis do Imperio do Brazil de 1823*. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 29-31. Rêgo Monteiro confirma esta organização em 1824. Cf. MONTEIRO, 1939, p. 220-1.

29 BRASIL. Decreto de 29 de novembro de 1822. Crêa um Batalhão de Artilharia de Linha na Villa de Santos, da Província de S. Paulo. In BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1822*. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

30 Rêgo Monteiro confirma esta organização em 1824. Cf. MONTEIRO, 1939, p. 220-1.

31 BRASIL. Decreto de 3 de maio de 1819. Manda organizar um Corpo de Artilharia de Linha na Ilha de Santa Catharina. In BRASIL. *Collecção das Leis do Brazil de 1819*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 21-23.

32 Cf. MONTEIRO, 1939, p. 220-3; e SILVA, 1926 (1862). p. 7, 9.

33 Adler Fonseca de Castro informa que a fortaleza de Santo Antônio de Ratonés havia sido desativada em 1820, sendo substituída pelo forte do Pontal dos Ratonés.

O 5º Corpo, veio do 9º Batalhão de Artilharia, que havia sido criado em Montevidéu em 1818, composto por um estado-maior e cinco companhias, sendo quatro de artilheiros e uma de artífices.<sup>34</sup> De acordo com Jônatas do Rêgo Monteiro, em 1824, a unidade estava organizada com duas companhias.<sup>35</sup> Àquela altura, o esquema defensivo de Montevidéu era composto por um cordão de fortins destacados. A principal fortificação da cidade era a Cidadela. Fora da cidade, havia a fortaleza do Cerro.

O 6º Corpo foi criado a partir da companhia de artilharia do Corpo de Tropa de Linha da Província do Espírito Santo, organizado em 1820. O efetivo da companhia de artilharia era de 93 homens, incluindo quatro oficiais.<sup>36</sup> Segundo Rêgo Monteiro, em 1824, a nova unidade contava com um estado-maior, um estado-menor e com duas companhias.<sup>37</sup> As principais obras defensivas na província do Espírito Santo eram os fortes de São Francisco Xavier da Barra e de São João.

Os 7º e 8º Corpos, originaram-se dos Corpo de Artilharia da Bahia e de Pernambuco, respectivamente. Esses corpos eram muito antigos, mas, segundo Rêgo Monteiro, em 1824, ambos estavam organizados com um estado-maior, um estado-menor e duas companhias.<sup>38</sup> Na Cidade da Bahia, as principais fortificações eram os fortes de Santo Antônio da Barra, de São Marcelo (ou do Mar), de São Pedro e de São Paulo do Morro. Em Pernambuco, as principais fortificações eram os fortes do Brum, do Mar e de Santo Antônio do Buraco, que guardavam a entrada do porto do Recife. Também estavam na área da província, as fortificações da Ilha de Fernando de Noronha, sendo as principais os fortes de Nossa Senhora dos Remédios, de São José e de Santo Antônio.<sup>39</sup>

O 9º Corpo surgiu da Companhia de Artilharia do Corpo de Tropas de Linha do Piauí, criada em 1820, com efetivo de 170 homens, incluindo quatro oficiais.<sup>40</sup> Em 1824, a unidade estava constituída por um estado-maior, um estado-menor e duas companhias.<sup>41</sup> Deve-se registrar que a Relação dos Fortes Existentes no Brasil em 1829, de Rego Monteiro, não registra qualquer fortificação na província do Piauí. Mas verificamos que foram construídos diversos redutos artilhados durante a Guerra de Independência, e esses redutos demandavam pessoal da 1ª linha para sua guarnição.<sup>42</sup>

O 10º Corpo, de Fortaleza, originou-se da Companhia de Artilharia do Ceará, criada em 1800, cujo efetivo previsto era de 157 oficiais e praças em 1813.<sup>43</sup> Quando foi constituído como corpo

34 BRASIL. Decreto de 4 de junho de 1818. Approva a criação do 9º Batalhão de Artilharia do Exército. In BRASIL. *Collecção das Leis do Brazil de 1818*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

35 MONTEIRO, 1939, p. 220-3.

36 BRASIL. Decreto de 22 de janeiro de 1820. Manda crear na provincia do Espirito Santo um Corpo de Tropa de Linha composto de uma Companhia de Artilharia e duas de Infantaria. In BRASIL. *Collecção das Leis do Brazil de 1820*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 10-11.

37 MONTEIRO, 1939, p. 220-3.

38 MONTEIRO, 1939, p. 220-1.

39 SOUZA, 1885, p. 80-85; 91-95.

40 BRASIL. Decreto de 22 de janeiro de 1820. Manda crear e annexar ao Corpo de Tropa de Linha da Provincia do Piauhy mais duas Companhias de Infantaria e uma de Artilharia e as praças de Cirurgião-mór e Ajudante de Cirurgia. In BRASIL. *Collecção das Leis do Brazil de 1820*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 8-9.

41 MONTEIRO, 1939, p. 220-3.

42 Informação prestada por Adler Homero Fonseca de Castro.

43 BRASIL. Decreto de 31 de julho de 1813. Manda organisar um Batalhão de Tropa de Linha das duas Companhias de Artilharia e Infantaria existentes na Capitania do Ceará. In BRASIL. *Collecção das Leis do Brazil de 1813*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 24-25.

em 1824, sua organização passou a ser de um estado-maior, um estado-menor e duas companhias.<sup>44</sup> A principal fortificação da província era a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

O 11º Corpo, de São Luís, originou-se do Corpo de Artilharia do Maranhão, criado em 1815, com 120 oficiais e praças.<sup>45</sup> Em 1824, foi transformado em corpo de artilharia de posição, organizado com um estado-maior, um estado-menor e duas companhias.<sup>46</sup> As principais fortificações da província eram o forte ou baluarte de São Luís e o forte de Santo Antônio da Barra.<sup>47</sup>

O 12º Corpo originou-se do Corpo de Artilharia do Pará, unidade muito antiga, cuja data de criação não nos foi possível encontrar. Segundo Jônatas do Rêgo Monteiro, em 1824, o novo corpo foi organizado com um estado-maior, um estado-menor e duas companhias.<sup>48</sup> Em relação à sua área de responsabilidade, deve-se observar que durante o Primeiro Reinado a província do Pará abarcava toda a região que mais tarde seria desmembrada para a formação da província do Amazonas. As principais fortificações da província eram então: os fortes do Castelo da Cidade e da Barra, em Belém; a praça de São José de Macapá; e os fortes da Barra do Rio Negro (Manaus), de São Joaquim do Rio Branco, de São José de Marabitanas, de São Gabriel da Cachoeira, e de São Francisco Xavier da Tabatinga.

Ainda em relação à organização da artilharia, deve-se observar que, nas primeiras décadas do século XIX, o termo bateria ainda não era usado para designar uma subunidade de artilharia. A bateria ainda era entendida como um conjunto de canhões empregados sob o mesmo comando. A subunidade dos corpos de artilharia era a companhia, que, como nas outras armas, tinha funções eminentemente administrativas. Embora a artilharia do Exército Imperial estivesse organizada em corpos do nível de batalhão, seu emprego em combate era feito por “brigadas” ou baterias. O uso do termo “brigada” para designar uma unidade tática de artilharia era de origem britânica. Havia chegado a Portugal durante a Guerra Peninsular (1807-1814) e sido incorporado à linguagem militar portuguesa. Na Guerra Peninsular, da qual diversos oficiais do nascente Exército Imperial Brasileiro traziam suas experiências, uma brigada de artilharia normalmente era composta por uma companhia de artilharia e o número de condutores e animais necessários para tracionar seis bocas-de-fogo – normalmente cinco canhões de campanha e um obus –, além dos carros de munição e uma forja móvel.<sup>49</sup> Esse modelo pôde ser visto no Brasil, por ocasião da Guerra da Cisplatina, quando foram enviadas duas brigadas de artilharia para integrar o Exército do Sul, sob o comando do Marquês de Barbacena. Uma era composta por tropas do 1º Corpo de Artilharia Montada, do Rio de Janeiro, e

44 MONTEIRO, 1939, p. 220-3.

45 BRASIL. Decreto de 06 de junho de 1815. Approva o plano para a organização da Companhia de Artilharia de linha que se manda crear na Capitania do Maranhão. In BRASIL. *Collecção das Leis do Brazil de 1815*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 22.

46 MONTEIRO, 1939, p. 220-3.

47 SOUZA, 1885, p. 69-70.

48 MONTEIRO, 1939, p. 220-1.

49 MCNAB, Chris (Ed.). *Armies of the Napoleonic Wars: An Illustrated History*. Oxford, UK: Osprey, 2009. p. 138-139.

guarneckia seis canhões de campanha de 6 lb e dois obuses de 5” ½; a outra era composta por tropas do 4º Corpo de Artilharia de Posição, de Santa Catarina, e foi dotada com quatro peças de campanha de 6 lb.<sup>50</sup> No Brasil, havia certa superposição entre os termos bateria e brigada de artilharia, como ficou evidente na criação de uma unidade chamada “Duas Brigadas ou Baterias de Artilhara Montada” em 1819.<sup>51</sup>

## Armamento e equipamento da artilharia brasileira no Primeiro Reinado

Nas primeiras décadas após a Independência, as unidades de artilharia brasileiras utilizavam o mesmo armamento individual e equipamento das unidades de infantaria e cavalaria. Os corpos de artilharia de posição eram dotados com as mesmas espingardas da infantaria, e os corpos de artilharia montada, usavam as clavinas, pistolas e espadas da cavalaria.<sup>52</sup>

Quanto ao material de artilharia, o Exército Imperial Brasileiro estava dotado com canhões e obuses de alma lisa. Os canhões não tinham um modelo específico, e podiam ser de bronze ou de ferro. Em geral, eram de fabricação portuguesa ou inglesa. Na artilharia de campanha, os armamentos mais usados eram os canhões de 3 lb (74 mm) e 6 lb (94 mm) e os obuses de 4” ½ (120 mm) e 5” ½ (150 mm). Os canhões de 3 lb – ou calibre 3, como se dizia então – eram muito leves (o tubo pesava por volta de 170 kg), e seu alcance e efeito em combate eram muito reduzidos. Os canhões de 6 lb eram de diversos modelos e pesos – havia dois tipos de peças ligeiras, cujos tubos pesavam 250 e 300 kg, respectivamente, e havia um modelo pesado, com tubos de cerca de 380 kg.<sup>53</sup>

Na Guerra da Cisplatina, além dos 10 canhões de 6 lb e dois obuses de 5” ½, acima citados, que compunham a artilharia de campanha do exército do Marquês de Barbacena, podem ser identificadas quatro peças de ferro de 9 lb, que foram enviados de Rio Grande para guarnecer o Forte de Santa Tereza em outubro de 1827.<sup>54</sup>

O alcance útil dos canhões e obuses da artilharia de campanha variava com o tipo da arma, seu calibre e o tipo da munição empregada. O quadro 1 resume os alcances da artilharia britânica usada na Guerra Peninsular. Pelo tipo das bocas-de-fogo e seus calibres, e levando em conta que o Exército Português usava artilharia de fabricação britânica ou similar, pode-se concluir que estes dados podem ser aplicados à artilharia brasileira do Primeiro Reinado.

50 SILVA, Luiz Manoel de Lima e. *Annaes do Exercito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1926 (1862).

51 BRASIL. Decreto de 31 de Julho de 1819. Approva o plano para a organização nesta Côrte de duas Brigadas ou Baterias de Artilharia montada. In BRASIL. *Collecção das Leis do Brazil de 1819*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 41-42.

52 BRASIL. Decreto de 3 de setembro de 1824. Approva a Tabella para a distribuição do armamento, petrechos e utensis aos diferentes corpos do Exercito. In BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1824*. Parte 2ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 56-57.

53 Conforme informações oferecidas por Adler Homero Fonseca de Castro.

54 SILVA, 1926 (1862). p. 8, 91.

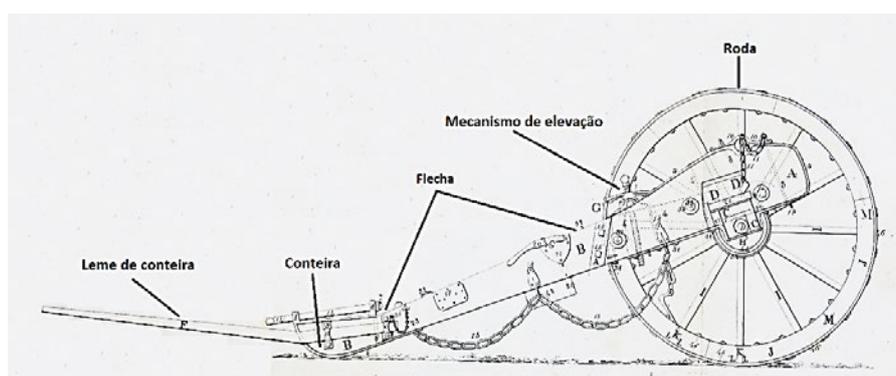
Quadro 1. Alcance útil dos canhões e obuses britânicos da Guerra Peninsular.

Arma \ Munição	Metralha	Bala sólida	Granada explosiva
Canhão de 3 lb	320 m	900 m	
Canhão de 6 lb leve	450 m	1.100 m	
Canhão de 6 lb pesado	450 m	1.300 m	
Canhão de 9 lb	450 m	1.300 m	
Obus de 5" ½			1.350 m

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir do gráfico publicado por Lipscombe, 2013.<sup>55</sup>

O reparo dos canhões e obuses de campanha era uma carreta de um eixo, sobre a qual era transportada a boca-de-fogo – canhão ou obus – e de onde a peça podia ser disparada (figura 9). Os reparos de campanha eram atrelados a um armão, dotado de caixas para o transporte de munição de uso imediato.<sup>56</sup> O conjunto formava um carro de dois eixos, com boa estabilidade para o movimento em estradas e através do campo em áreas planas e regulares (figura 10). Cada peça era acompanhada por um carro com munição adicional – chamado “caixão” ou “carro manchego” (figura 11). Os canhões e carros da artilharia de campanha eram tracionados por cavalos ou mulas. Cada canhão de campanha e cada carro de munição era tracionados por quatro ou seis animais. Isto resultava num total de 8 ou 12 animais de tração para o serviço de cada peça. Deve-se observar que alguns animais de tração também eram usados como montaria para os serventes das peças.<sup>57</sup>

Figura 9. Reparo de campanha português.



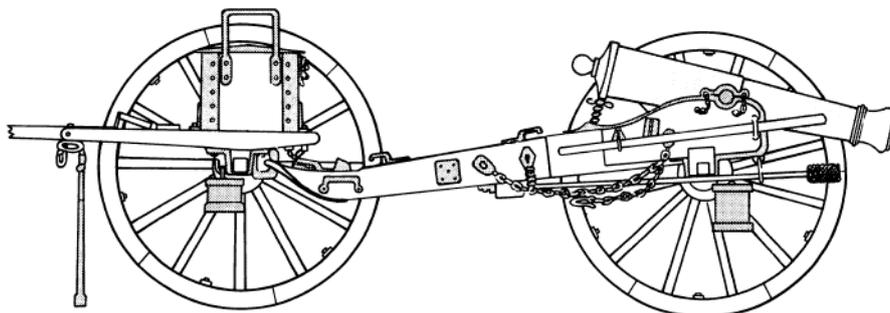
Fonte: Imagem de Portugal, 1842, Estampa VI. Legendas do autor.

55 LIPSCOMBE, Nick. *Shrapnel's Shell – A Force Multiplier*. 2013. p. 7. Disponível em: <http://www.nick-lipscombe.net/Shrapnel.pdf>. Acesso em 04/07/2020.

56 Armão era um carro de um eixo, que servia como jogo dianteiro das viaturas de artilharia e transportava pequena quantidade de munição.

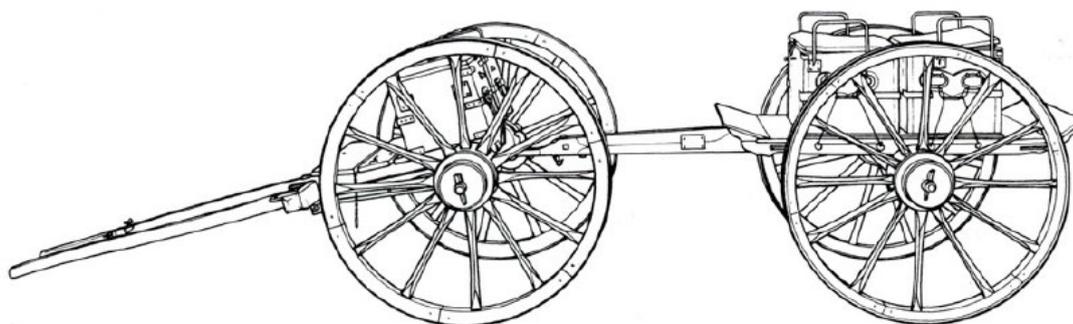
57 PORTUGAL, *Regulamento para os Exercícios, Manobras, e outras Instruções dos Corpos de Artilharia do Exército Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842. Estampa XXXI.

Figura 10. Carro formado por um canhão de campanha de 6 lb em seu reparo, atrelado ao armão.



Fonte: Haecker, 1994, p. 67.

Figura 11. Carro de munição de artilharia (caixão ou carro manchevo), modelo britânico do início do século XIX, atrelado ao seu armão.

Fonte: Haythornthwaite, 1996, p. 69.<sup>58</sup>

Em relação à artilharia de posição, o material utilizado pelo Exército Brasileiro durante todo o século XIX era muito diverso, e as fontes disponíveis, raramente apresentam com clareza seus tipos e calibres. Os corpos de posição não tinham uma dotação padronizada de peças de artilharia. Seu papel era operar as bocas-de-fogo existentes nos fortes e fortaleza sob sua responsabilidade. A relação dos fortes brasileiros e sua artilharia em 1829, elaborada pelo coronel Jonathas do Rêgo Monteiro em 1927, apresenta apenas as quantidades das bocas-de-fogo em cada fortificação, sem qualquer indicação de tipo da peça ou calibre.

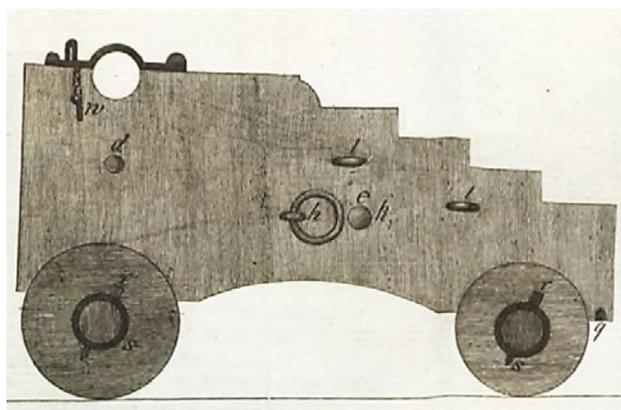
Diante da dificuldade em ter uma visão precisa do material de artilharia disponível nas fortificações brasileiras no Primeiro Reinado, valho-me das indicações deixadas pelo marechal-de-campo português Antônio Teixeira Rebello, em sua **Instrução Geral ou Escola do Serviço Braçal da Arma d'Artilheria**, de 1819. Segundo Rebello, àquela altura, a artilharia portuguesa de praça e de sítio empregava canhões dos calibre 6, 9, 12, 18 e 24 lb; morteiros de 10" e 12", mas também de calibres

58 HAYTHORNTHWAITE, Philip J. *Weapons & Equipment of the Napoleonic Wars*. London: Arms & Armour, 1996.

menores; obuses de 9”<sup>59</sup>; e pedreiros,<sup>59</sup> dos quais ele não especifica os calibres. Sendo essa a artilharia de posição utilizada em Portugal, é provável que a maior parte das peças encontradas nas fortificações brasileiras fossem desses calibres.

A artilharia de posição brasileira do Primeiro Reinado utilizava reparos de três tipos básicos. O primeiro era o tipo carreta de marinha, semelhantes aos reparos navais, com quatro rodas sólidas e duas falcas – grossos pranchões de madeira –, sobre as quais se apoiavam os munhões da boca de fogo (figura 12). As falcas eram recortadas em escaletas (degraus), que serviam para apoiar os espeques e erguer ou abaixar a culatra do canhão, permitindo o ajuste da pontaria em elevação.

Figura 12. Reparo tipo carreta de marinha para artilharia de posição.



Fonte: Muller, 1792.<sup>60</sup> Est. V, Fig. 15.

O segundo tipo era o reparo de patesca, dotado de grossas rodas sólidas de formato abaulado – chamadas rodas de patescas – e de pesadas e longas falcas (figura 13). O terceiro tipo era o reparo a Onofre, projetado no Brasil em 1822 pelo artífice Manoel José Onofre, do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, com base no reparo francês de Caramignole. Seu desenho era mais leve e dotado com pequenos rodetes para curtos movimentos na plataforma da fortificação (figura 14). Os pesados reparos de patesca foram substituídos pelos reparos a Onofre, que estiveram em uso no Exército Brasileiro até o início do século XX.

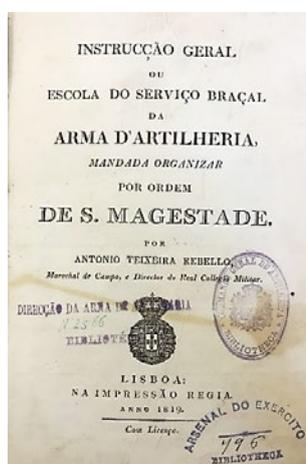
59 Pedreiro era uma peça de artilharia de sítio e de posição semelhante ao morteiro, mas com o tubo menos espesso. Era usado para lançar granadas e pedras.

60 MULLER, João. *Tractado de Artilheria*. Vol. 1. Tradução de Antonio Teixeira Rebello. Lisboa: Officina de João Antonio da Silva, 1792.



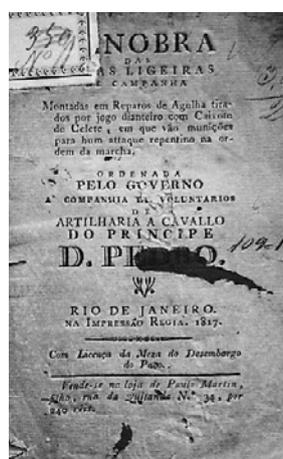
São poucas as evidências físicas do uso da *Instrução Geral* de Rebello no Brasil. Nesta terceira década do século XXI, não é possível encontrar qualquer exemplar desse manual nos catálogos da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército e da Biblioteca Nacional.<sup>65</sup> Mas o General Tasso Frago- so afirmou haver consultado um exemplar das *Instruções* de Rebello disponível na Biblioteca do Exército durante suas pesquisas para o livro *A Batalha do Passo do Rosário*, publicado em 1922. E entendia que seu uso no Brasil era provável, *visto ser natural admitirmos que, nos primeiros tempos, o exército do novo império guardou intacta a arte militar da metrópole portuguesa*.<sup>66</sup>

Figura 15. Folha de rosto do manual *Instrução Geral ou Escola do Serviço Braçal da Arma d'Artilharia*, de Antônio Teixeira Rebello, 1819.



Fonte: Biblioteca do Exército Português.

Figura 16. Folha de rosto do manual *Manobra das Peças Ligeiras de Campanha*, de 1817.



Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil).

O título do livro de Rebello era modesto e enganoso, pois a obra ia muito além do simples serviço das peças de artilharia. Na verdade, era um tratado de artilharia dividido em seis partes, cada uma subdividida em capítulos muito detalhados, claramente explicados e com fartas ilustrações em um caderno de estampas ao final do livro.

A Parte I – Serviço braçal das bocas-de-fogo de sítio e de praça – desenvolvia-se em oito capítulos. O 1º capítulo tratava do serviço das peças (canhões) de sítio e de praça de maiores calibres (18 e 24 lb). O 2º capítulo abordava o serviço das peças de calibre menores (6, 9 e 12 lb). O 3º capítulo tratava do serviço dos morteiros de 10” e 12”. O 4º capítulo referia-se ao serviço dos morteiros de calibres menores do que 10”. O 5º capítulo abordava o serviço do obus de 9”. Os 6º e 7º capítulos tratavam do serviço dos pedreiros e das cabrilhas,<sup>67</sup> respectivamente. Finalmente, o 8º capítulo oferecia instruções didáticas aos oficiais e sargentos encarregados da instrução dos recrutas no serviço da artilharia de sítio e de posição.

65 Há um exemplar no catálogo *on line* da Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha.

66 FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Batalha do Passo do Rosário*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951. p. 382. A 1ª edição foi de 1921.

67 Cabrilha era um aparelho destinado a realizar manobras de força para suspender e movimentar as pesadas peças de artilharia de sítio e de posição.

A Parte II – Serviço braçal das bocas-de-fogo de campanha – estava organizada com sete capítulos. O 1º capítulo tratava do serviço das peças (canhões) de campanha de 3, 6, 9 e 12 lb. O 2º capítulo tratava do serviço dos canhões de montanha de 3 lb. O 3º capítulo cuidava do serviço dos obuses de campanha. O 4º capítulo ocupava-se da maneira de preencher as funções dos homens que viessem a faltar durante o combate. O 5º capítulo tratava dos movimentos dos armões. 6º capítulo abordava os movimentos das peças utilizando a força dos animais de tração e dos homens. O 7º e último capítulo da 2ª Parte tratava do serviço e movimentos das peças que eventualmente fossem colocadas à disposição dos batalhões de infantaria ou esquadrões de cavalaria.

A Parte III – Princípios gerais relativos à composição e formações das baterias de campanha a pé e a cavalo – estava organizada em seis capítulos. O 1º capítulo cuidava dos movimentos de montar e aprear e da postura do homem a cavalo. O 2º capítulo ensinava os movimentos para encadear os cavalos, quando os homens os deixavam para irem servir as peças. O 3º capítulo apresentava a composição hipotética de uma bateria de artilharia de campanha a pé, dotada com seis peças de 6 lb. O 4º capítulo apresentava a mesma composição hipotética para uma bateria a cavalo com a mesma dotação de canhões. Esses dois capítulos eram muito relevantes porque, àquela altura, as baterias não eram subunidades permanentes dos corpos de artilharia, e só eram organizadas para serem empregadas em operações. Cada capítulos apresentava uma composição ideal de bateria de campanha – a pé e a cavalo –, que poderia ser adaptada para organizar baterias com diferentes números de peças ou calibres. As organizações dessas baterias ideais são apresentadas no quadro 2 abaixo.

Quadro 2. Composições ideais de baterias de campanha a pé e a cavalo.

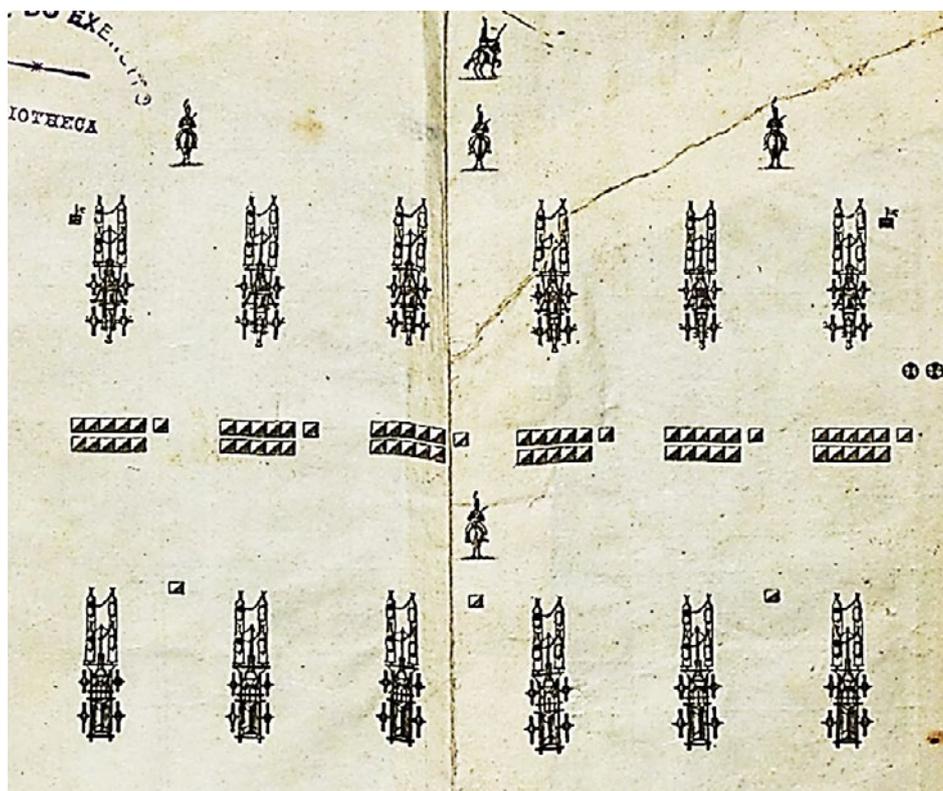
Função	Bateria a Pé			Bateria a Cavalo		
	Homens	Cavalos	Parelha de Mulas	Homens	Cavalos	Parelha de Mulas
Comandante da Bateria	01	01		01	01	
Comandantes de Seção	03	03		03	03	
Oficial comandante do trem e da linha de caixões	01	01		01	01	
Sargentos Chefes de Peça	06			06	06	
Sargentos Chefes de Seção de Caixões				03	03	
Soldados serventes das peças	48			48	48	
Soldados vigias				12	12	
Soldados guarda-caixões	06			06		
Condutores das peças	12		12	18		18
Condutores dos caixões	12		12	18		18
Alinhadores				02	02	
Soma	89	05	24	118	76	36

Fonte: quadro organizado pelo autor, a partir de Rebelo, 1819, p. 110 e 114.

Cabe observar que cada peça de campanha a pé era tracionada por quatro muares (duas parelhas), enquanto as peças da artilharia a cavalo deviam ser tracionadas por seis mulas (três parelhas), a fim de que obtivessem uma velocidade capaz de acompanhar os esquadrões de cavalaria. Além da boca-de-fogo com seu armão, cada peça era acompanhada por um caixão – carro de munições. O número de animais de tração dos caixões também dependia da natureza da bateria – a pé ou a cavalo.

A figura 17 mostra uma bateria de seis peças em marcha, na formação “em batalha”, com as seis peças justapostas. Observam-se, à testa da bateria, o seu capitão, seguido pelos três oficiais subalternos comandantes das seções de tiro. Em seguida, vê-se a linha das peças, acompanhada pelos seus serventes. Mais à retaguarda, seguem os caixões de munição, tendo à testa o oficial comandante do trem e da linha de caixões.

Figura 17. Bateria de artilharia de campanha de seis peças em marcha na formação “em batalha”.



Fonte: Rebello, 1819, Est. V.

O 5º capítulo da Parte III apresentava os princípios gerais relativos à formação das baterias de campanha, a pé e a cavalo. Ficava estabelecido que uma bateria de seis bocas-de-fogo deveria ser formada com o efetivo de uma companhia de artilheiros, sendo metade da companhia empregada no serviço das peças e a outra metade no serviço do trem da bateria. O 6º capítulo tratava das diversas formações das baterias em combate e em paradas e desfiles.

A Parte IV – Escola de manobras das baterias de campanha a pé e a cavalo – estava dividida em cinco capítulos que descreviam meticulosamente todas as ações de uma bateria, desde a saída do seu parque – ou local de estacionamento – até a participação em diversos tipos de operações. O 1º capítulo tratava dos movimentos preparatórios, ou seja, os movimentos iniciais antes de uma marcha. O 2º capítulo abordava as manobras, incluindo as marchas de coluna e a passagem para a ordem de batalha e vice-versa. O 3º capítulo era uma continuação do anterior, e incluía as passagens de obstáculos e desfiladeiros no avanço e na retirada. O 4º capítulo tratava da execução dos fogos em diferentes situações – fogo por bateria, fogo em retirada por meias baterias ou por peças alternadas por escalão e fogo para a retaguarda. O capítulo terminava com o retorno da bateria ao seu parque. Finalmente, o 5º capítulo tratava do emprego conjunto de diversas baterias, formando uma linha de baterias. Esse último capítulo é uma demonstração cabal da inexistência de uma doutrina de emprego conjunto de regimentos, batalhões ou corpos de artilharia. O elemento de emprego da artilharia no começo do século XIX era a bateria, a qual podia eventualmente ser empregada em conjunto com outras baterias, formando uma linha de baterias, que poderiam ser oriundas de diferentes corpos. Neste caso, um oficial superior seria o comandante da linha de baterias, e cada duas baterias formariam uma “divisão”, também comandada por um oficial superior.

A Parte V – Escola de tiro das bocas-de-fogo em geral – era uma parte essencialmente técnica, e estava dividida em sete capítulos. O 1º capítulo apresentava a nomenclatura das diversas bocas-de-fogo, destacando as linhas e ângulos imaginários na boca-de-fogo para dirigir a pontaria. O 2º capítulo tratava especificamente da pontaria das peças de artilharia, em direção e em elevação, dependendo da distância do alvo. O 3º capítulo tratava do uso da linha de mira nos tiros fora de medida, ou seja, quando a pontaria não podia ser feita diretamente sobre um alvo que estava a grande distância. Nestes casos, a elevação da peça impedia a pontaria direta, exigindo o uso de instrumentos de pontaria, como o quadrante e a alça de mira. O 4º capítulo abordava a pontaria pelos lados da peça. Os 5º e 6º capítulos tratavam das técnicas de tiro com obuses e morteiros. Os capítulos 2, 4 e 5 incluíam uma série de tabelas experimentais elaboradas por comissões de oficiais portugueses para avaliar os diversos tipos de pólvora nacionais e importadas e os alcances das peças em diferentes ângulos de elevação. As tabelas publicadas por Rebello eram de grande utilidade em uma época na qual ainda não havia tabelas de tiro padronizadas, e cabia aos oficiais artilheiros estabelecer os ângulos de tiro a partir da pura experiência e de cálculos aprendidos nas escolas. A figura 18 mostra uma das tabelas do livro de Rebello. Na nota da tabela, o autor exprimia a expectativa de uma futura padronização dos calibres, e da publicação de tabelas de tiro padronizadas para armas do mesmo calibre. O 7º capítulo não era sobre artilharia, pois tratava do tiro de espingarda. Esse capítulo, que caberia melhor num manual de infantaria, apresentava a balística básica do tiro das armas portáteis e orientava como conduzir a instrução de tiro de espingarda para os recrutas.

Figura 18. Tabela de alcances de artilharia para uma peça de calibre 32.

Distancia da Bateria ao objecto	Grãos de abaixamento da culatra, ou elevação do bocal.	Comprimento dos arcos na faixa da culatra		Comprimento dos arcos no círculo da maior projecção do bocal	
		Pol. Lin.	Pont.	Pol. Lin.	Pont.
<i>Pés</i>	<i>Grãos Min. Seg.</i>				
1200	0. 51. 21.	0. 8. 0, 35.		0. 11. 4, 25.	
1800	1. 24. 33.	1. 1. 2, 84.		1. 6. 9, 06.	
2400	2. 3. 30.	1. 7. 7, 97.		2. 4. 0, 27.	
3000	2. 49. 11.	2. 2. 7, 2.		3. 2. 1, 89.	
3600	3. 42. 1.	2. 10. 10, 2.		4. 2. 5, 10.	
4200	4. 43. 12.	3. 8. 11, 7.		5. 6. 10, 8.	

*Nota* Se as dimensões das peças se achassem prefixadas por huma ordenança, seria bastante huma taboa semelhante a esta para cada calibre; porém como não o estão, faz-se indispensavel passar por este trabalho para cada peça.

Fonte: Rebello, 1819, p. 257.

A Parte VI – Influência da artilharia nas ações campais e máximas gerais sobre o seu uso em campanha – trazia instruções muito ricas sobre aspectos técnicos e táticos do emprego da artilharia em combate no começo do século XIX. Sua abordagem era bastante moderna para uma obra escrita no início do século XIX, pois fazia considerações sofisticadas sobre o inimigo e as imposições do terreno. Além disso, tinha uma perspectiva estritamente pragmática, como quando recomendava o abandono dos canhões diante da ameaça de captura ou matança do pessoal das baterias. Para Rebello, cabia aos comandantes de bateria avaliar a oportunidade de retirar as peças para outra posição ou mesmo abandoná-las, tentando salvar as vidas dos artilheiros e se possível as bestas e a palamenta, *sendo certo que na guerra não eh vergonha nem descredito fazer o que eh impossivel evitar*.<sup>68</sup>

A sexta parte estava dividida em duas seções (ou capítulos) não numeradas. A primeira tratava da influência da artilharia nas ações campais. A segunda e última seção trazia uma série de máximas sobre o emprego da artilharia em campanha. Dentre muitos outros aspectos, Rebello apresentava regras claras e metódicas para o engajamento do inimigo pelo fogo de artilharia, à medida que ele se aproximasse das baterias, levando em conta que, a grandes distâncias, os tiros são menos precisos e os erros de avaliação de distância são maiores. A 400 toesas (800 m),<sup>69</sup> afirmava Rebello, os tiros de canhão eram incertos. A essa distância, devia-se atirar devagar, ajustando a pontaria. A 200 toesas (400 m), os tiros começavam a ser mais precisos. Devia-se, então, atirar vivamente, para retardá-lo. A 100 toesas (200 m), os tiros eram exatos, e o fogo devia ser violento, a fim de rompê-lo.

68 REBELLO, 1819, p. 307.

69 Toesa era uma antiga medida de distância equivalente a cerca de dois metros.

Rebêlo também alertava que, se o inimigo começasse a fazer fogo a grande distância, seria para ajustar o alcance de suas peças ou porque era descuidado no controle da munição, e esse erro do inimigo não nos devia induzir a cometer o mesmo erro.<sup>70</sup>

Quanto ao uso da munição, Rebêlo recomendava que, de 400 a 250 toesas (800 a 500 m), devia-se atirar com bala rasa e devagar, *porque então o grande fundo oferece probabilidade do seu bom efeito*. Entre 250 e 130 toesas (500 a 260 m), *convém atirar, sendo de frente, com metralha grossa; e, sendo de enfiada ou contra colunas, com bala, fazendo fogo vivo*. Quando inimigo chegasse ao alcance de 130 toesas (260 m), *atirar-se-á com metralha miúda; e se oferecer enfiada, com bala rasa, fazendo fogo vivo*. Para o tiro com obus, devia-se romper o fogo com granada quando o inimigo estivesse a 600 toesas (1.200 m), e com metralha quando ele chegasse a 150 toesas (300 m). E ensinava: *os tiros feitos com esta arma não perdem tanto por defeito de elevação como os das peças (canhões), porque as granadas ofendem no primeiro choque, ofendem com os ricochetes, e com os estilhaços*.<sup>71</sup>

À época da Independência a artilharia brasileira também contava com um curto manual de publicação local. O folheto **Manobra das Peças Ligeiras de Campanha**, com apenas 16 páginas, foi publicado no Rio de Janeiro em 1817.<sup>72</sup> Das informações constantes da folha de rosto (figura 16), verifica-se que o manual foi elaborado pela companhia de voluntários de artilharia do Príncipe D. Pedro. O título indica que se tratava de um manual destinado a orientar unicamente o serviço das peças ligeiras de artilharia de campanha, mas esse escopo bastante limitado era cumprido nas primeiras oito páginas. Em seguida, uma segunda seção ou capítulo, também de oito páginas, tratava do serviço das peças montadas em reparo de praça, ou seja, artilharia de posição. O manual limitava-se a explicar os movimentos e ações dos serventes das bocas-de-fogo ao receberem os comandos referentes ao carregamento, pontaria e fogo da peça. Não incluía nada sobre a técnica de tiro ou sobre o emprego da artilharia em combate. O aspecto relevante dessa publicação é o fato de ser um dos primeiros manuais militares concebidos e publicados no Brasil.

Nos primeiros anos do Primeiro Reinado, o Exército Imperial também fez publicar um pequeno folheto de apenas seis páginas destinado a orientar o uso dos novos reparos “a Onofre” desenhados e produzidos no Arsenal de Guerra da Corte desde 1822. O manual Manejo de peça de bater de grosso calibre montada em reparo de nova construção denominada a Onofre foi publicado no Rio de Janeiro em 1825, dando especificidade à artilharia de posição brasileira. No período, também se publicou no Rio de Janeiro em 1830 uma instrução sobre as regras praticas do manejo e do transporte do parque de artilharia de campanha, de autoria de Antonio Ladislau Monteiro Baena.

70 REBELLO, 1819, p. 304-305.

71 REBELLO, 1819, p. 306.

72 BRASIL. *Manobra das Peças Ligeiras de Campanha*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817.

## Considerações finais

A estrutura do Exército Imperial foi drasticamente alterada após a abdicação do Imperador D. Pedro I. A Regência que assumiu o poder na menoridade do sucessor, D. Pedro II, promoveu uma radical mudança na estrutura militar do País, criando uma Guarda Nacional de caráter civil, não vinculada ao Exército, extinguindo a 2ª Linha do Exército, e reduzindo as forças remanescentes a menos da metade do efetivo existente na 1ª linha durante o Primeiro Reinado.

O impacto na arma de artilharia foi enorme. A artilharia de campanha foi reduzida a um único corpo de artilharia a cavalo com efetivo autorizado de escassos 354 homens; a artilharia de posição foi reduzida de 12 para cinco corpos, cada um com efetivo autorizado de menos de 500 homens. A drástica redução da artilharia de posição resultou no abandono da maioria das fortificações existentes no Brasil, as quais, nas décadas subsequentes foram reduzidas a ruínas.

O armamento de artilharia de alma lisa em uso no Primeiro Reinado continuou sendo utilizado nas décadas seguintes, até ser parcialmente substituído na artilharia a cavalo, em 1850, pelos canhões-obuses “João Paulo”, um projeto nacional do General João Paulo dos Santos Barreto. Finalmente, na década de 1860, o Exército Brasileiro recebeu modernos canhões raiados do sistema francês La Hitte e do sistema britânico Whitworth de alma sextavada, cujas características técnicas mudaram drasticamente os procedimentos de tiro e de emprego em combate da artilharia brasileira.

# 1932: comunicação e identidade paulista

Luiz Eduardo Pesce de Arruda<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo afirma que as comunidades nacionais – e também as regionais - definem sua identidade a partir do conceito de “comunidades imaginadas”, com “memórias que conectam seu passado com o seu presente e imagens que delas são construídas”. A crônica do processo histórico paulista, mesclando fatos, interpretações mitificadas ou mesmo licenças poéticas presentes em uma vasta produção de romances históricos, iconografia e estatuária, encadeou racionalmente uma sucessão de fatos que teriam por objetivo justificar a obviedade da proeminência paulista no cenário político e econômico nacional naqueles anos de consolidação da República, definindo sua identidade. O texto aborda como o governo Vargas explorou os temas mais sensíveis à identidade paulista e como a propaganda e a contrapropaganda paulista se posicionaram para reforçar os temas compatíveis com a identidade regional, rechaçando os argumentos contrários.

**ABSTRACT** The present article states that national communities - as well as regional communities - define their identity from the concept of “imagined communities”, with “memories that connect their past with your present and images that are built from them”. The chronicle of the São Paulo historical process, mixing facts, mythical interpretations or even poetic licenses present in a vast production of historical novels, iconography and statuary, rationally chained a succession of facts that had as objective to justify the obviousness of São Paulo prominence in the political and economic scenario. in those years of consolidation of the Republic, defining its identity. The text explores how the Vargas administration explored the most sensitive themes to São Paulo’s identity and how São Paulo’s propaganda and counter-propaganda were positioned to reinforce themes compatible with regional identity, rejecting the opposite arguments.

**Palavras-Chave / Keywords:** São Paulo, Revolução de 1932, propaganda ideológica, contrapropaganda, comunidades imaginadas, Getúlio Vargas

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de AEH – Universidade Presbiteriana Mackenzie

## Introdução

No presente artigo, explorando a liberdade que BRENANN, citado por HALL (HALL: 2006. p.58) concede, o conceito de “nação” será abordado de modo menos restrito ao moderno estado nacional e mais como uma comunidade regional, estabelecida no território do Estado de São Paulo, formada por paulistas<sup>2</sup>, unida pelo sentido de pertencimento, levado ao paroxismo nos momentos que antecederam e durante o chamado “movimento constitucionalista” de 1932<sup>3</sup>.

O homem, diz LARAIA (2001: p.47), é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Prossegue afirmando que o homem é herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e invenções, resultado não da ação isolada de um gênio, mas do esforço de toda uma comunidade.

Assim, a identidade é uma construção que se elabora em uma relação de oposição a outros grupos com os quais se está em contato (BARTH, p.184-185). A identidade, nesse caso, funciona como um procedimento de distinção cultural (trocas sociais).

Tomando por base teórica os conceitos de HALL (2006: p.47), é permitido afirmar que, no mundo moderno, segundo as culturas nacionais (mas também regionais e locais), em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural.

Ao nos definirmos, muitas vezes nos dizemos brasileiros, paulistas ou paulistanos.

Embora essas identidades não tenham nenhuma relação com a genética, as pessoas pensam nela como se fizessem parte de sua natureza essencial, mas formadas e transformadas no âmbito da *representação*.

SCRUTON (1986: p.156), citado por HALL (2006: p. 48) afirma que

[...] o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar.

Segundo HALL (2006: p. 48), as identidades nacionais não são coisas com as quais os indivíduos nascem, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Só se pode saber o que é ser *paulista* devido ao modo como a *paulistanidade* veio a ser *representada* – como um conjunto de significados – pela cultura regional paulista.

<sup>2</sup> “Paulista”, no caso, não se refere a local de nascimento, mas à posição ideológica adotada em relação ao movimento constitucionalista. Assim, muitos brasileiros nascidos em outras unidades federativas, bem como imigrantes, serão chamados discricionariamente de “paulistas”, para efeito deste artigo.

<sup>3</sup> A própria denominação: “Revolução Constitucionalista”, “movimento constitucionalista”, ou “Guerra Cívica de 32”, no dizer de Paulo Nogueira Filho, traz em si um viés ideológico, retratando o episódio segundo a ótica “paulista”. O Governo Vargas tratou-o como “Rebelião de São Paulo”, Stanley Hilton chamou-o de “a guerra civil brasileira” e outros, como Euclides de Figueiredo, denominaram o evento simplesmente de “Revolução de 1932”. Segundo Hannah Arendt, “É evidente que [...] as revoluções são mais que insurreições bem-sucedidas e que não temos o direito de chamar revolução a qualquer golpe de Estado ou até de vermos uma revolução em cada guerra civil” (1971, p. 34). Sob tal conceituação teórica, é passível de discussão se realmente o movimento foi “revolucionário”. O autor sustenta admitir-se que o termo possa ser usado, pelos reflexos do Movimento na vida política, industrial, acadêmica (criação da USP e da Escola Paulista de Medicina) e mesmo na igualdade feminina no Brasil (eleição de Carlota Pereira de Queiroz como primeira deputada federal).

A nação, o ente federativo, não é apenas uma entidade política, mas um sistema de representação cultural. E as pessoas não são apenas cidadãos de um território por força legal: elas realmente participam da ideia do Estado, tal como representada em sua cultura regional.

Citando SCHWARZ (1986: p.106), HALL ressalta que, sendo um a comunidade simbólica, o Estado tem “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade”.

Embora, nas sociedades ocidentais modernas, a lealdade e a identificação tenham sido transferidas gradualmente à cultura nacional, não se eliminaram de todo os traços anteriores, em que se devotava lealdade ao grupo primário (família, tribo, cidade) ou à região. No mundo contemporâneo isso pode ser constatado, por exemplo, nas manifestações independentistas da Catalunha, da Liga do Norte italiana e do Curdistão.

No Brasil, esse fenômeno, embora não adquira, na atualidade, traços de busca de autonomia ou secessão nacional, como nos exemplos citados anteriormente, está presente em manifestações de orgulho regional.

Ainda que a identidade regional, no Brasil, não tenha violado o código do idioma comum (pois no país, embora se falem mais de 180 idiomas, o português subsiste como o grande elo unificador da linguagem em todo o território), nem a predominância do cristianismo ou o reconhecimento de heróis-símbolo da nação, é notável a presença dos regionalismos, expressos no modo de falar, na gastronomia, nas manifestações de fé religiosa e na própria narrativa das sagas exaltando acontecimentos e vultos regionais, onde história e lenda se confundem, como fontes de identidade e orgulho, sem com isso deixar de reconhecer, é preciso reiterar, o vínculo primeiro com a nação.

Reconhecendo a existência de tal orgulho regional, a União, atendendo ao caráter federativo da República estabelecido na Constituição E 1988, editou a Lei Federal n.º 9093, de 12.09.1995<sup>4</sup> que, em seu artigo 1.º, II, permitiu aos Estados fixarem suas datas magnas.

As comunidades nacionais, no dizer de Benedict Anderson<sup>5</sup> - mas também as regionais, às quais esse conceito se aplica - definem sua identidade a partir do conceito de “comunidades imaginadas”, com “*memórias que conectam seu passado com o seu presente e imagens que delas são construídas*”.

A narrativa da cultura regional, (HALL: 2006. 52-56) conceito que se aplica a narrativa da cultura regional paulista - é contada a partir de alguns elementos:

**A narrativa da nação**, como está descrita nas histórias e na literatura, fornecendo estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e ritos, que simbolizam ou representam as perdas, triunfos e desastres que dão sentido à nação.

---

4 Lei Federal n.º 9093, de 12.09.1995, alterada pela Lei Federal n.º 9335/96, declara que são feriados civis ou nacionais os declarados em lei federal, a data magna do Estado fixada em lei estadual, bem como os dias do início e do término do ano do centenário de fundação do município, fixados em lei municipal.

5 In HALL, 2006: P. 50-51.

Ela dá sentido, importância e significado à existência das pessoas, conectando a aridez de suas vidas cotidianas com um destino comum, dando-lhes uma visão de transcendência, ou seja, o sentido de que a nação preexiste às pessoas e continuará existindo após sua morte.

**A ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade**, assegurando que os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, a despeito da modernidade e das vicissitudes do curso da história.

**A invenção da tradição** - Uma terceira estratégia discursiva, naquilo que HOBBSAWN e RANGER, citados por HALL, chamam de “**invenção da tradição**”, demonstrando que “tradições que parecem ou alegam ser antigas, são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventada...”

“Tradição inventada” é um conjunto de práticas... de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual automaticamente implica continuidade com um passado histórico adequado”.

Uma quarta estratégia discursiva é a do **mito fundacional**: uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional, num passado que se perde nas brumas do tempo, não se referindo aqui a um tempo “real”, mas a um tempo “mítico”.

“Tradições inventadas” tornam as confusões e os desastres da história inteligíveis transformando a desordem em comunidade e a derrota em triunfo. Como exemplo da transformação da desordem em comunidade, pode-se evocar o episódio em que a história e a visão poética se misturam, que descreve a fuga dos paulistas sobreviventes do “massacre do Capão da Traição” e que, ao chegarem a São Paulo, foram rejeitados por suas mulheres que exigiram que retornassem às Minas para obterem vingança, em abril de 1709.

Essa passagem evoca em muito uma reedição do mito de Lisístrata, personagem que lidera uma greve de sexo para por fim à guerra do Peloponeso, na comédia escrita na antiga Grécia por Aristófanes.

Essa aparente contradição conduz a historiografia paulista a registrar a luta de 1932 como uma “vitória moral”, onde, como disse BELMONTE, “a razão e o direito vencem, ainda que desarmados”

Não por acaso, em julho de 1934, lembra satisfeitos com a situação política pós-32, os articulistas do jornal “O Estado de S. Paulo” registravam (RODRIGUES: 2016, p.43)::

A nossa guerra não foi inútil porque venceu nos objectivos de S. Paulo: Constituição, autonomia, hegemonia.

Também no mesmo ano, uma comissão dava início à campanha pela construção do monumento- mausoléu do Soldado Constitucionalista.

Perpetuando a memória dos tombados na guerra, comemorava-se a vitória “moral”! da causa, permitindo assim superar o luto que, direta ou indiretamente, infelicitou todas as famílias paulistas do período.

O florescer de uma toponímia exaltando os feitos de 1932, nominando logradouros com personagens ligados ao evento, e a edificação de monumentos (inclusive funerários) pelas cidades paulistas nas décadas seguintes o confirmaria, no imaginário paulista, que se alcançara uma paz honrosa a promulgação da Constituição democrática que exigiam.

Essa construção permitiu que os paulistas – e a cada ano mais brasileiros de todos os rincões –comemorem com orgulho e ufanismo uma derrota militar.

**A “identidade nacional” é, muitas vezes, simbolicamente baseada na ideia de um povo original**

Assim, o discurso da cultura nacional constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro.

Equilibra-se o discurso na tentação de retornar a glórias passadas, “ao tempo perdido onde a nação era grande” , para restaurar as identidades passadas e o impulso por avançar rumo à modernidade.

Assim ocorre, por exemplo, no dia 20 de setembro, festa cívica tradicional e comemorativa da Revolução Farroupilha e que adquire, no Rio Grande do Sul, destaque igual ou maior que a própria comemoração do Dia da Independência do Brasil.

Igualmente, o dia 9 de Julho, por força da Lei Estadual n.º 9497, de 05.03.1997, foi instituído como data magna do Estado de São Paulo, em alusão à data da eclosão do Movimento Constitucionalista de 1932. Nessa data, no Monumento-Mausoléu do Soldado Constitucionalista, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, e em dezenas de municípios paulistas, são retomados valores que remetem à identidade paulista e que tem, como uma de suas ideias-chave, a disponibilidade do “paulista defender o Brasil”, fenômeno já presente em 1932, mas racionalizado e reforçado por ocasião daquele evento histórico.

Ao invés de pensar as culturas nacionais como unificadas, afirma HALL (HALL:2006. P.61), deveríamos pensá-las como constituindo um “dispositivo discursivo “que representa o híbrido cultural - que realmente são – com suas evidentes diferenças, como unidade ou identidade, minimizando os conflitos que levaram à criação dessa comunidade e exaltando seus pontos comuns.

## A construção do orgulho regional paulista

A crônica do processo histórico paulista, mesclando fatos, interpretações mitificadas ou mesmo licenças poéticas presentes em uma vasta produção de romances históricos, iconografia e estatutária. encadeou racionalmente uma sucessão de fatos que teriam por objetivo justificar a obviedade da proeminência paulista no cenário político e econômico nacional naqueles anos de consolidação da República, definindo sua identidade.

Essa narrativa parte do princípio de que o isolamento, imposto pela dificuldade de transposição da Serra do Mar, a não integração aos mercados consumidores e o risco de viver na vila de São Paulo, a “boca do sertão”, constantemente exposta a ataques de indígenas hostis, promoveu um processo seletivo natural, que atraía somente pessoas com espírito empreendedor, náufragos, fugitivos da justiça, aventureiros e estrangeiros, sem que os locais atribuíssem grande importância à história passada, origem nobre ou genealogia dos que pretendessem se fixar na Vila. Foi esse aparente isolamento e a sensação de que somente em comunidade seria possível enfrentar inimigos poderosos, fez desenvolver um sentido de comunidade, autonomia e liberdade na população local.

AMARAL (1932) assim descreve o “caráter” que identifica os paulistas:

S. Paulo, até os meados do século XVIII, povoado por uma raça enérgica e ativa onde a agressividade do sangue espanhol se misturava à independência guarani, era bem, como afirmou Bougier, “uma espécie de república independente”.

Apesar dos conflitos posteriores com a Igreja, decorrentes da extensiva escravização de índios, a devoção confiante dos homens na Providência se estendeu à Vila de São Paulo de Piratininga desde seu nascimento, quando uma humilde capela de dez por quarenta passos sediou a primeira missa em Piratininga, em 25 de janeiro de 1554. Não por acaso, todas as povoações fundadas no século XVI, quer estivessem na costa ou em suas imediações (São Vicente, Santos, Itanhaém, Iguape, Cananéia, Cubatão, Santo André), quer acompanhando o curso do rio Tietê (Mogi das Cruzes, Santana do Paranaíba, Embu, Santo Amaro, Pinheiros, Guarulhos, Carapicuíba, Itaqucetuba, São Miguel, Juquery – atual Mairiporã) têm, a seus nomes de origem tupi, acrescido um nome cristão.

A inexistência de grandes fortunas ou membros da nobreza vivendo na Vila valorizou a capacidade de negociação, o diálogo e as decisões colegiadas – que ocorriam na Câmara Municipal – entidade política da qual os moradores mais proeminentes- os “homens bons” – participavam na condição de vereadores.

Essa dificuldade fez com que os que aqui se fixaram se mesclassem rapidamente com os indígenas aliados, promovendo um inédito intercâmbio étnico, social e cultural.

Também essa isolamento fez com que os paulistas não esperassem pelos favores da Metrópole, mas se reunissem e empreendessem com recursos próprios, sem depender do governo central,

desde a construção do muro de taipa para proteção da vila nascente, até as bandeiras e moções, que exploraram o território, expandiram os limites territoriais brasileiros para seus limites atuais, descobriram riquezas, abriram caminhos, difundiram a língua, fé e costumes pelo interior do país, movimentaram contingentes populacionais pelo território brasileiro e fundaram povoações que viriam a se transformar em cidades.

Às críticas e posterior proibição à escravização de indígenas – já presentes no século XVII - e à resistência da Igreja, os paulistas ponderavam candidamente que eram pobres e a escravidão era um mero “remédio para a pobreza”. Persistindo a proibição, a atitude dos paulistas foi de rebeldia às ordens metropolitanas, culminando com a expulsão dos jesuítas de São Paulo.

*“Es gente alevantada qui non hace caso de las leys de El-Rey”*, lamenta o padre Mancilla.

Esse espírito empreendedor e avesso aos favores da Corte inspirou também a expansão da cana-de-açúcar, que deu a base econômica para a implantação e expansão do café e das ferrovias, levadas a efeito com recursos privados.

Sua resistência e capacidade de empreender, desenvolveu seu orgulho regional, manifestado muitas vezes, como no caso dos episódios da oferta de um cacho de bananas de ouro ao Rei de Portugal por Manuel Branco (descrito por Paulo Setúbal). Em 1642, dois vereadores de São Paulo – Dom Luiz da Costa Cabral e Balthazar da Borba Gato (AMARAL, 1932), vão à presença do Rei levar um pergaminho, contendo o juramento de lealdade de seus pares à coroa portuguesa. Menos de um ano antes, Amador Bueno recusara ser aclamado Rei dos Paulistas pelos espanhóis da Vila, mantendo sua fidelidade a Dom João IV, que restaurara o trono português após 60 anos de União Ibérica.

O Rei, sensibilizado, pergunta o que gostariam de pedir em troca:

- Senhor, nós vimos dar e não vimos pedir! – Respondeu-lhe Borba Gato.

Registra Paulo Setúbal, igualmente, o inconformismo de Pedro Leme, chamado jocosamente de “El Tuerto” pelos espanhóis, mas que insurgiu-se com sucesso contra a cessão dos sertões de Vaccaria aos invasores castelhanos, do incêndio da aguardente perante os índios pelo Anhanguera, da fidelidade ao Rei de Amador Bueno ou da reprimenda aplicada pelo capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha ao Príncipe Regente Dom Pedro, ao julgar-se desrespeitado.

Esse orgulho regional foi destacado, ora elogiosamente, ora criticamente, por vários governantes e personalidades públicas. D. Luiz Antônio Botelho de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Matheus e Antonio Paes de Sande elogiam o “caráter paulista”.

Auguste de Saint-Hilaire<sup>6</sup>, em visita à província de São Paulo no início do século XIX, assim se referiu aos bandeirantes: *“depois que se conhecem os pormenores das jornadas intermináveis dos antigos Paulistas, fica-se como estupefato e levado a crer que esses homens pertenciam a uma raça de gigantes”*.

6 HILAIRE, Auguste de Saint. Viagem à Província de São Paulo – EDUSP / Itatiaia: 1972, p.VII

Em 1878, Américo Brasiliense publicou o livro “O programa dos partidos e o Segundo Império”, no qual traçou uma trajetória do movimento republicano brasileiro, no qual destaca o espírito “independente e altivo” dos paulistas (SILVA: 2012. P.91):

Em seu passado se encontram uma série de fatos, revelando a altivez e a independência do espírito paulista [...] não se prendiam as municipalidades a considerações de hierarquia administrativa, não perdiam o tempo em consulta a autoridades superiores, não pediam a estas inspirações para um bom procedimento. Elas por si mesmo estudavam as necessidades locais, tomavam as providências e faziam o que julgavam de mais utilidade aos municípios.

Os cafeicultores, reunidos sob a sigla do PRP, na busca de sua consolidação no processo de liderança do movimento republicano, também investiram na criação de uma memória iconográfica, remunerando José Ferraz de Almeida Junior para, no decênio 1880 - 1890, retratar em pinturas a óleo os próceres do Partido (SILVA: 2012. P.92).

A construção da iconografia histórica paulista é outro traço relevante. Debret, em 1827, deixou o registro de “Bandeirante combatendo índios botocudos no interior de São Paulo”. Nessa imagem, destaca-se o gibão de algodão (técnica comprovadamente utilizada pelos bandeirantes paulistas para proteger-se de flechadas dos indígenas) e a bota de cano longo, peças que serão reproduzidas posteriormente em muitas outras obras.

Em não havendo registros precisos da aparência dos bandeirantes, nem do modo detalhado como se vestiam, os autores da iconografia paulista do período buscaram registrar essas vestimentas como de uso comum.

Há, porém, que se observar que a maioria dos membros das expedições eram mamelucos ou indígenas pobres, sem recursos para adquirir botas ou gibões ou armaduras, como presentes nos óleos sobre tela do início do século XX.

Obras como “Ciclo da caça ao índio”, de Henrique Bernardelli (1922), “Últimos momentos de um bandeirante”, do mesmo autor (1932), “Morte de Fernão Dias Paes Leme”, de Antonio Parreiras (1920), “Domingos Jorge Velho”, de Benedito Calixto (1903) – pintura que Afonso de Taunay utilizou como modelo para a estátua alocada no Museu Paulista - entre outras, consolidaram no imaginário popular a virilidade, a força e a grandeza do personagem mítico que, a partir das Bandeiras, expandiu as fronteiras do Brasil.

O ano de 1894 é marcado pelo forte investimento na vida intelectual da cidade e do Estado.

Em fevereiro, surge a Escola Politécnica. Em maio, instala-se o Museu Paulista, ganhando vida autônoma ao ocupar as dependências do Palácio do Ipiranga, sob a direção de Hermann vom Ihering, e que depois foi sucedido por Afonso D’Escagnolle Taunay.

Em setembro, inaugura-se o Ginásio do Estado, escola pública modelar, apta a preparar os jovens para ingresso nos cursos superiores.

E em 1.º de novembro de 1894, ao meio dia, no Salão Nobre da Faculdade de Direito, por convocação de Antônio de Toledo Piza, Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho e Estevão Leão Bourroul, e com a presença de 139 sócios fundadores, dentre os quais Bernardino de Campo (presidente do Estado de São Paulo), Jorge Tibiriçá (futuro presidente do Estado), Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves, instala-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Os primeiros diretores do Instituto, eleitos naquela data por aclamação, foram Cesário Mota Junior, presidente; Domingos Jaguaribe, vice-presidente; Antônio de Toledo Piza, secretário; e Estevão Leão Bourroul, Carlos Reis e cônego José Valois de Castro para diretores sem pasta. A mesma assembleia aclamou como presidente de honra a Prudente de Moraes, que após a reunião de fundação do IHGSP, partiria de São Paulo, chegaria ao Rio de Janeiro no dia seguinte para assumir, duas semanas depois, a Presidência da República. Em 23 de dezembro de 1894 foi eleita a diretoria para o primeiro triênio administrativo, com cinco membros, tendo à testa Cesário Mota Junior.

A partir do Instituto, com suas sessões, leitura de trabalhos sobre temas históricos e geográficos, a instalação de uma biblioteca e arquivo e a admissão de novos sócios (32 no primeiro ano de funcionamento), tem início a construção de uma história paulista, capaz de justificar o predomínio de São Paulo no cenário político e econômico do Brasil. O Instituto, desde sua fundação, propôs-se a<sup>8</sup>:

I - Promover o estudo, da História, Geografia do Brasil do principalmente do Estado de São Paulo. [...]

Alteração posterior do estatuto (2017), define como missões do IHGSP:

I - Promover a pesquisa, o estudo e a divulgação da História, Geografia e Ciência ou Artes correlatas, especialmente no que se relaciona com o Município de São Paulo e com a projeção histórica deste no passado, abrangendo todo o atual Estado de São Paulo e a área do território nacional, influenciada, a partir da Vila e depois cidades de São Paulo nos Ciclos do Bandeirismo, das Minas, das Monções e do Tropeirismo;

II - Defender a memória e as tradições paulistas, sem descuidar da busca da verdade histórica. [...]

Em 1917, segundo SILVA (P.94), a construção ideológica da história paulista ganhou impulso com a designação de Affonso D'Escagnolle Taunay para a direção do Museu Paulista.

Ainda segundo SILVA, durante a administração de Taunay, o equipamento abdicou do foco anterior, de museu de ciências naturais, zoologia e história natural, assumindo o protagonismo na abordagem de temas históricos, sobretudo no que se referia

7 Disponível em <http://ihgsp.org.br/o-instituto>. Acesso em 10/11/2019, 19:00h.

8 Estatuto do IHGSP, 1895. Disponível em <http://ihgsp.org.br/o-instituto>. Acesso em 10/11/2019, 19:00h.

ao ideário de nascimento e construção da nação, sendo creditada sua constituição aos paulistas, principalmente aos bandeirantes, antepassados dos cafeicultores, os grandes responsáveis pela expansão territorial da então colônia lusitana nos séculos XVII e XVIII, o que permitiu ao país ter uma grande extensão, quase continental. Nessa construção, o caráter da “caça ao índio” foi minimizado, valorizando-se a exploração dos metais preciosos, que levaram os paulistas a territórios espanhóis anexados por Portugal.

A gestão de Taunay, inspirada pelos ideais positivistas de educação das massas por meio do culto à história e a seus heróis, na sacralização da figura feminina e no culto à memória bandeirante (“desbravadores e descobridores do Brasil”, segundo a placa que identifica as estátuas de Fernão Dias e Raposo Tavares no acesso principal do edifício), teve todo respaldo, segundo SILVA (p.95), da elite cafeeira paulista, que via nesse esforço uma legitimação de seu predomínio no cenário político e econômico do país, em um momento em que surgiam as primeiras contestações a esse modelo.

Anos depois, o presidente do Estado, Washington Luiz, viu no incentivo à construção da história regional um caminho para catapultá-lo à presidência da república, o que de fato ocorreria em 1926.

Washington Luís, desde muito jovem dedicava-se às lides da pesquisa histórica. Foi ele, como prefeito da Capital, que fez transcrever, imprimir e publicar as Atas da Câmara Municipal a partir dos anos finais do século XVI. Movido pelo seu objetivo político e pela sua paixão diletante pela História, apoiou Affonso de Taunay a fazer das comemorações do Centenário da Independência no Ipiranga um evento que rivalizasse com o evento nacional, que teria lugar na Capital da República, com uma Exposição do Centenário que teria, entre outras atrações, a primeira emissão oficial de Rádio no Brasil.

Assim, foram realizados eventos monumentais no Ipiranga, arrastando ao local então distante uma considerável parcela da população da capital, além de visitantes.

Dentre os eventos, desfilou a Força Pública com todo seu efetivo disponível e o regente da Banda dessa instituição militar, o Major Maestro Joaquim Antão Fernandes, regeu um coro de 5.000 vozes infantis, no maior coral integrado por escolares já reunido em São Paulo.

Como resultado, o evento consolidou e popularizou o imaginário da independência (reforçado pela exposição do quadro de Pedro Américo) e da ousadia e grandeza dos bandeirantes.

Os líderes do PRP, estimulados pelo sucesso do evento do Centenário incumbiriam Taunay de organizar, no ano do cinquentenário da Convenção Republicana, o Museu Republicano, que seria instalado no imóvel que sediou a citada Convenção em Itu, município com forte influência no bandeirismo. Na inauguração do memorial, Washington Luís retomou o discurso mítico dos fundadores de São Paulo<sup>9</sup>:

9 LUÍS, Washington. Discurso de inauguração do museu republicano, In SILVA, Fernando S. da. Op.cit. p.99.

Emoção que se transforma em confronto moral ao ler as assinaturas que subscrevem a ata da Convenção de Itu, ao encontrar nelas nomes patrimoniais da história de São Paulo desde os primeiros tempos da capitania de São Vicente. Pertencem eles às primeiras famílias paulistas pela sua educação, pela clareza de sua prosápia, pela riqueza de seus haveres, pelas tradições sempre renovadas de participação na governança da terra, [...]

Entre 1924 e 1930 Taunay prosseguiu nas pesquisas sobre o bandeirismo, exaltando a figura do bandeirante e a grandeza de seus descendentes. Em 1936 e, posteriormente, entre 1946 e 1950, Taunay publicou a coleção “História Geral das Bandeiras Paulistas”, sua obra de maior fôlego.

Desde a década final do século XIX, quando tem início o esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo de construção do imaginário bandeirante, até 1930, o período viu florescer uma geração de intelectuais e artistas, dentre os quais destacamos os oradores Aureliano Leite e Ibrahim Nobre, romancistas Júlio Ribeiro. Menotti del Picchia e Paulo Setúbal, os historiadores Alfredo Ellis Junior (amigo de Taunay, autor de “Raça de Gigantes”, 1926), Afonso Antônio de Freitas, os artistas José Wasth Rodrigues, Oscar Pereira da Silva, Benedito Calixto, Almeida Junior, Henrique Bernardelli e Belmonte, os poetas Baptista Cepellos (morto precocemente em 1915, autor do poema “Os bandeirantes”), Menotti del Picchia e Guilherme de Almeida (autor, em conjunto com Washt Rodrigues, do Brasão de Armas da cidade de São Paulo), além de pesquisadores do imaginário popular, como Cornélio Pires. O ponto de contato entre eles era a narrativa de um São Paulo grandioso no cenário nacional, com seus personagens, sua história e seu passado mítico, onde “fios e rastros”, no dizer de Carlo Ginzburg, se confundiam e se completavam. Uma história concebida para um fim certo e sabido.

## **Prepara-se a luta: a retomada da identidade**

A Revolução de 30 desarticulou momentaneamente o processo de legitimação da identidade paulista iniciada, como anteriormente relatado, ainda nos anos que precederam a República.

Essa invocação de identidade somente começa a retomar corpo quando Vargas assume o governo provisório e suspende a vigência da Constituição de 1891.

Superados os momentos cruciais da Revolução de 30, José Maria Whitaker (28/10 a 04/11/30) e Plínio Barreto (04 a 25/11/30) exerceram, como membros do Partido Democrático (PD, aliado aos revolucionários), a chefia do governo provisório estadual.

Quando os próceres do PD esperavam que um político saído de seus quadros assumiria a interventoria no Estado, Vargas nomeou, em 25/11/1930, o “tenente” João Alberto Lins e Barros, capitão do Exército e pernambucano, revolucionário histórico desde o Forte de Copacabana, revolução de 24 e veterano da marcha da “Coluna Miguel Costa- Prestes”.

Como interventor<sup>10</sup>, João Alberto permitiu que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) funcionasse, assim como que a Sociedade dos Amigos da Rússia fosse criada. Em contrapartida se posicionou contra greves e contra uma aproximação com o comunismo, prometendo uma repressão severa por parte do governo àqueles que perturbassem a ordem pública.

Em dezembro de 1930, dias depois de sua nomeação para o cargo, João Alberto decretou medidas sociais favorecendo o trabalhador: aumentou em 5% o salário para operários e diminuiu a carga horária semanal para 40 horas. Na ocasião, ele declarou que confiscaria fábricas que não obedecessem às novas regras.

A alegada inexperiência administrativa de João Alberto e sua desconexão e incapacidade de diálogo com os quadros políticos locais breve transformaram sua interventoria numa queda de braço com as lideranças locais.

Sua posição também se fragilizava com atos de violência, de insensibilidade e ganância de parte de seus assessores (como a apropriação de talheres, louças e quadros do Palácio dos Campos Elíseos, sede do governo paulista, para levar para seus domicílios particulares). Quando esses saques aconteciam, os jornalistas acreditados no Palácio informavam o interventor, que determinava a devolução imediata do butim. Mas no dia seguinte, outro assessor repetia o gesto e tudo voltava à estaca zero<sup>11</sup>.

A disputa de poder de João Alberto com Miguel Costa agravou o quadro, levando Vargas a substituí-lo, em 25/07/1931, por um interventor civil e paulista (nascido em Amparo), o desembargador Laudo de Camargo.

Após breve gestão, conhecido como “o governo de 40 dias”, Laudo de Camargo se retira do governo, alegando a impossibilidade de prover livremente os cargos de seu secretariado e de governar com isenção, em face das pressões da Legião Revolucionária de Miguel Costa.

Seguiu-se a nomeação, a 13/11/1931, de Manoel Rabelo, coronel do Exército, nascido em Barra Mansa – RJ.

Manoel Rabelo era positivista, de uma geração anterior à dos “tenentes” e buscou realizar um governo de cunho social, privilegiando em particular os indigentes e alterando o fecho dos documentos públicos para “saúde e fraternidade”, como convinha ao positivismo.

É na interventoria de Manoel Rabelo que renasce com força o argumento de que São Paulo estava sendo tratado como “terra ocupada”, exigindo-se de Vargas o retorno do país à ordem constitucional e que São Paulo fosse governado por um “civil e paulista”,

A crise se expande e as baterias, antes assestadas contra os interventores, agora têm por alvo o próprio Chefe do Governo Provisório.

---

10 Wikipédia. João Alberto Lins de Barros. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_Alberto\\_Lins\\_de\\_Barros#Na\\_interventoria\\_do\\_Estado\\_de\\_S%C3%A3o\\_Paulo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Alberto_Lins_de_Barros#Na_interventoria_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo). Acesso em 11/11/2019, 13:30h.

11 Depoimento oral de José Benedicto Silveira Peixoto, jornalista no Palácio dos Campos Elíseos em 1931-32 ao autor.

Em 02 de janeiro de 1932, estudantes da Faculdade de Direito, da Politécnica, da Medicina, da Farmácia e Odontologia e do Mackenzie fundam a Liga Paulista Pró-Constituinte. Em seu texto originário, a Liga já registra:

Por isso, ela [a Liga] vos conclama, ó Paulistas, para a reconquista de uma Constituição! (...) <sup>12</sup>

Em 25 de janeiro, uma segunda feira chuvosa, comemorava-se o aniversário de fundação da cidade de São Paulo. Nesse dia, após um verdadeiro exercício de malabarismo da equipe de redação de “A Gazeta” para driblar a censura, é publicado o artigo “Minha Terra, Minha Pobre Terra”, de autoria do promotor de justiça Ibrahim Nobre.

A publicação <sup>13</sup>, que dependeu de uma complexa operação para burlar a presença permanente, dentro da redação do jornal, de um representante do Governo Provisório, encarregado da censura dos textos, implicou distrair o censor, retirando-o momentaneamente das oficinas, para se permitir que, nesse breve intervalo, se procedesse à substituição da matriz original, já aprovada, pela matriz contendo o texto de Ibrahim Nobre.

A manobra só foi detectada tardiamente pela censura, depois que o jornal já havia sido distribuído pela moderna rede logística do jornal que, à época, já envolvia furgões, autos, trens e até transporte aéreo. O texto teve grande repercussão pelo país e isso motivou Getúlio Vargas a decretar a prisão de Ibrahim Nobre.

Ainda em 25 de janeiro de 1932, estudantes da Faculdade de Direito, organizadores do primeiro comício de protesto pela autonomia de São Paulo e reconstitucionalização do Brasil, sob a égide da Liga de Defesa Paulista, amarraram, entre as torres em construção da Catedral da Sé, uma imensa bandeira de listas alvinegras.

Essa bandeira, desenvolvida pelo jornalista Júlio Ribeiro, foi publicada pela primeira vez em seu jornal “O Rebate”, em 16 de julho de 1888, com a proposta de que viesse a ser a bandeira do Brasil republicano. Seu autor assim se expressou:

[...] simboliza de modo perfeito a gênese do povo brasileiro, as três raças de que ela se compõe - branca, preta e vermelha. As quatro estrelas a rodear um globo, em que se vê o perfil geográfico do país, representam o Cruzeiro do Sul, a constelação indicadora da nossa latitude astral... Assim, pois, erga-se firme, palpíte glorioso o Alvo-Negro Pendão do Cruzeiro!!!”

Realmente, quando da mobilização militar que resultou na República, em 15 de novembro de 1889, a bandeira proposta por Ribeiro chegou a ser hasteada no Palácio do Governo, no Pátio do Colégio, como bandeira do Brasil, até o dia 19 de novembro, quando o marechal Deodoro da Fonseca, como Chefe do Governo Provisório da República, optou por preservar a Bandeira do Brasil Imperial, substituindo apenas os símbolos da monarquia.

<sup>12</sup> PEREIRA, Antonio Carlos. Op.Cit. p.212

<sup>13</sup> Fato relatado ao autor pelo jornalista José Benedicto Silveira Peixoto

Já em 1915, o historiador Afonso A. de Freitas publica o livro: “ A imprensa periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914”, no qual assinala à página 339<sup>14</sup>:

Esta bandeira ideada por Júlio Ribeiro e por ele proposta para substituir o pavilhão imperial, é, com pequenas modificações exigidas pela adaptação regional, a atual do Estado de São Paulo por todos os brasileiros conhecida e respeitada.

Positivamente, não há evidências de que a população paulista tenha, até essa época, efetivamente reconhecido essa Bandeira como sendo a bandeira estadual.

Setembro de 1922. Eram os dias das comemorações do Centenário da Independência quando, pela primeira vez, graças em grande parte ao esforço de Afonso de Taunay, o Museu Paulista tem alterada sua função originária de museu de ciências naturais e passa a ser adotado pela opinião pública, paulista e brasileira, como o marco físico e emocional da libertação do Brasil da Metrópole.

Nesse momento, o tema volta à baila pelo jornal “Correio Paulistano” que, em sua edição de 22 de setembro de 1922, faz referência a:

uma bandeira que os usos e costumes consagram como a de São Paulo.

Diz também que:

nela os riscos brancos e pretos com um canto vermelho mostram que dia e noite os brasileiros devem estar vigilantes e prontos a derramar seu sangue pela Pátria.

Por certo, a bandeira de Júlio Ribeiro permaneceu em uso para adornar a zona bancária da cidade, situada na rua Boa Vista e imediações, e para timbrar sacas de café, indicando sua procedência paulista.

A adoção da bandeira como símbolo dos paulistas tomou força seguramente apenas às vésperas do Movimento Constitucionalista de 32.



14 FEDERICI, Hilton. Símbolos paulistas: estudo histórico-heráldico. - Secretaria da Cultura, Comissão de Geografia e História: São Paulo, 1981.

Naquele 25 de janeiro, os estudantes a adotaram como bandeira do Estado de São Paulo, confeccionando-a domesticamente. Algumas tinham 13 listras negras e brancas, outras 11 e outras 15. Algumas mostravam o mapa do Brasil claramente aplicado em azul sobre um fundo branco em forma de círculo. Outras mostravam a América do Sul, com a silhueta do mapa do Brasil destacada. Todas tinham um cantão vermelho e quatro estrelas amarelas.

Dali, o significado heráldico da bandeira: “a bandeira de São Paulo significa que ‘noite e dia’ (campo burelado de preto e branco) o nosso povo está pronto a verter o seu sangue (cantão vermelho) em defesa do Brasil (círculo e silhueta geográfica) nos quatro pontos cardeais (estrela de ouro)”<sup>15</sup>.

Em 25 de janeiro de 1932, Júlio de Mesquita Filho fez uso da palavra, em comício promovido pela Liga de Defesa Paulista, evocando a identidade paulista, a partir de seu “mito fundacional”:

A vontade que a alma [a multidão] é aquela mesma vontade que outrora nos levou a dilatar desmedidamente os limites da primitiva Colônia; a resolução de que se acha possuída em nada difere da decisão serena com que séculos a fio palmilhamos o sertão brasileiro [...] disputando a terra, os tesouros em seu seio escondidos, e conquistando palmo a palmo a floresta, o terreno sobre o qual edificariamos um dos mais belos monumentos da civilização moderna<sup>16</sup>.

O comício transformou-se em passeata, culminando com a ocorrência do único incidente do dia, quando, deixando a praça do Patriarca, um grupo numeroso de manifestantes dirige-se à sede do Centro Gaúcho, que fica a um átimo de ser empastelado. Estalam conflitos, policiais são feridos, a cavalaria acorre, dão-se correrias e espancamentos, ruas são interditadas quando finalmente o povo se dispersa, sob uma chuva torrencial<sup>17</sup>.

A manifestação impactou os militares que, sob a liderança de Góes Monteiro, recorrem ao tema do separatismo para justificar sua ação.

Em 26 de janeiro o jornal “A Gazeta” foi advertida pelo Comando da 2ª Região Militar de que

[...]dentro do espírito de brasilidade que deve prevalecer em todas as decisões e na orientação de umas imprensa perfeitamente honesta e independente, ele [o comandante da Região] está de acordo em que se debatam ideias e se discutam rumos, mas não admite que sejam lançadas teses separatistas e incitamentos à desordem. [...]

E promete:

Contra tais ideias promete agir com a máxima energia e violência, fechando de uma vez para sempre [grifo nosso] as bocas que se abram blasfemando contra a unidade da Pátria e contra as Forças Armadas, índice máximo da Nação brasileira, fonte de civismo e de patriotismo.

---

15 Decreto-Lei 16.349, de 1946.

16 História do estado de São Paulo. Op.Cit. P.271

17 PEREIRA, Antonio Carlos. Op.Cit, p. 235-236.

No dia 27, era lida em todas as unidades da 2ª Região Militar a Ordem do Dia, assinada pelo general Góes Monteiro, insistindo na tese do separatismo<sup>18</sup>:

Inimigos declarados ou disfarçados de nossa Pátria – da unidade nacional que devemos defender e conservar perpetuamente, repetem as tentativas de pôr em prática seus abomináveis e sinistros fins [...].

Falsos brasileiros, ligando-se a elementos estrangeiros que aportam a nossa querida terra, para dentro dela lançar a discórdia e o germe de ideias dissociativas, encarniçam-se em manifestar ora os torvos intuitos separatistas [...]

### Góes promete arremessar a tropa

[...] não contra a boa gente paulista – cujos sentimentos de patriotismo e de brasilidade exaltam-se através de nossa história em fatos e provas conclusas – mas contra a malta transbordante de sentimentos antibrasileiros [...]

Oswaldo Aranha, gaúcho de ascendentes paulistas, e que tinha familiares residindo na Paulicéia, havia estado em São Paulo no dia 23 de Maio como representante do governo provisório e, testemunha presencial dos acontecimentos, discorda dos argumentos de Góes, indicando em bilhete, datado de 27 de janeiro, 1932 que a Ordem do Dia emanada pelo Comandante da 2ª Região Militar era “alarmante” e que o separatismo era um *leitmotiv*<sup>20</sup>. Mas, na mesma frase do bilhete, Aranha demonstra compreender o âmago da questão, que não é o separatismo

O enfraquecimento de todas as considerações com o governo estadual agravou-se com atos ostensivos ao teu governo e ao nosso estado. A situação dos negócios sofreu um colapso, acrescido pela campanha do não pagamento dos impostos estaduais e federais.

Nesse bilhete, Aranha alerta Getúlio sobre a constatação de fatos e situações que poderiam trazer “*sérias repercussões na vida federal*”, deixando patente a isenção de sua análise, prevenindo-se contra quem pudesse tentar desqualificar a ideia a partir da crítica à pessoa de seu autor:

Não é sentimentalismo, nem sangue paulista.

Ainda em janeiro de 1932, o PD rompeu oficialmente com o Governo Provisório. No mês seguinte, uniu-se ao PRP, constituindo a Frente Única Paulista (FUP), com o objetivo específico de pugnar, por todos os meios, pela constitucionalização do país e pela autonomia paulista.

As manifestações públicas se sucederam: 24 de fevereiro, 28 de abril, 13 de maio, respectivamente aniversário da Constituição republicana rasgada pela ditadura<sup>21</sup>, primeiro aniversário do

---

18 PEREIRA, Antonio Carlos. Op.Cit. p.237.

19 PEREIRA, Antonio Carlos. Op.Cit. p.238.

20 Leitmotiv, no caso, tem o sentido de uma ideia que reaparece de modo recorrente em um discurso político, para expressar uma preocupação dominante.

21 Ditadura, aqui, tem cunho ideológico, referindo-se às forças do Governo central, dirigido por Getúlio Vargas. Apesar de reconhecer esse fato, o autor afirma que o país viveu, naquele momento histórico, sob a égide de um governo ditatorial.

“putsch” da Força Pública, abortado por Miguel Costa no exato instante em que os jovens oficiais pretendiam deflagrá-lo e aniversário da “Lei Áurea”.

Em 07 de março, Getúlio cede à pressão e nomeia para interventor um civil e paulista, Pedro de Toledo.

Toledo nascera no centro da capital e era diplomata de carreira, portanto civil. Mas ao escolhê-lo, Getúlio usou da argúcia que viria a notabilizá-lo mais tarde: escolheu um paulista que há muitos anos se afastara da vida local, aposentado, residindo no Rio de Janeiro há uma década e velho, segundo os padrões de época, com seus setenta e dois anos de idade. A ele, Getúlio viria a referir-se, nos meses seguintes, como “*a velha múmia que exumei do esquecimento...*”<sup>22</sup>.

No dia 22 de maio, Pedro de Toledo anuncia que iniciará a nomeação de seu secretariado.

A intolerância das forças leais a Vargas, manifestada naquele dia crucial, resultou em uma carga de cavalaria contra estudantes desarmados que parlamentavam, restando dessa ação o primeiro ferido paulista, o estudante de direito Joaquim Eugênio de Lima Netto, de 26 anos.

Em contrapartida, o proselitismo desenvolvido pela imprensa paulista, pelo rádio e pela militância estudantil, que alcançou o paroxismo no dia 23 de maio, produziu um discurso no qual cada indivíduo se sentia diretamente atingido pela ditadura, do que resultou a maciça adesão popular à causa paulista (COHEN: 2010, p.272).

Dos fatos que se seguiram à nomeação de Waldemar Ferreira, o único secretário nomeado por Pedro de Toledo em 23 de maio, restou a depredação da Praça João Pessoa, que teve a placa arrancada, restituindo-se ao logradouro seu nome original: Praça do Patriarca. A marcha da multidão na expectativa de empastelar os jornais que defendiam a ditadura em São Paulo. E, finalmente, a tentativas e invasão da sede do Partido Popular Paulista, leal a Vargas, na esquina da rua Barão de Itapeitinga com Praça da República, seguindo-se um intenso tiroteio do qual resultou a morte imediata de três manifestantes: Martins, Miragaia e Camargo. Drausio, gravemente ferido por um projétil de fuzil que lhe transfixou o abdômen, viria a óbito no dia 28. Um quinto manifestante, Orlando Alvarenga, viria a morrer em agosto, em razão dos ferimentos adquiridos.

RODRIGUES (2016) traz uma indagação inquietante, sobre o porquê, tendo os mortos idades e profissões diversas, foram todos igualados pela memória paulista como “jovens estudantes”?

Propõe RODRIGUES:

Dificuldades para encontrar informações exatas em meio às agitações do momento? Precipitação? Manipulação intencional de dados e/ou fatos?

22 Diários de Getúlio Vargas (v.1), anotações referentes aos dias 12 e 13 de julho de 1932 - CPDOC/FGV - editora Siciliano & FGV: Rio de Janeiro, 1995

No entender do citado autor, a caracterização das vítimas como jovens e estudantes, isto é, a elite da mocidade paulista, viria favorecer a mobilização da opinião pública contra o “tenentismo” e o próprio Governo Vargas.

Ainda segundo RODRIGUES, a cobertura jornalística exploraria o potencial simbólico do trágico desfecho da manifestação de 23 de maio, conferindo-lhe significado preciso e generalizante:

Tudo que era nosso, os nossos recursos financeiros, as armas dos nossos soldados, a liberdade e a vida dos nossos cidadãos, ficou, durante esses longos meses sombrios, ao serviço de um caudilhismo vexatório e doloroso. Por causa desse caudilhismo, e para lhe saciar a sede, sangue paulista, o generoso e quente sangue da mocidade, foi derramado nas ruas desta capital. (O Estado de S. Paulo, 25/05/1932, p.2).

Fato é que todo processo revolucionário se acelera quando do advento de uma “camisa sangrenta”, aquele fenômeno que em propaganda política se denomina “bloody shirt”.

No dia seguinte à morte dos três jovens, dois fatos definem, cada um em sua esfera, o futuro da história do movimento armado, que eclodiria em 09 de Julho: A criação da Guarda Paulista e a adoção do Hino “Paris Belfort”.

O outro acontecimento que marcaria o curso da Revolução foi a entrada do radialista Cesar Ladeira na Rádio Sociedade Record, na manhã de 24 de maio<sup>23</sup>.

Situada na Praça da República, 17, mas isolada do ambiente externo, o corpo técnico da Record desconhecia a extensão e a gravidade dos acontecimentos havidos a poucos metros da emissora.

Como as transmissões ordinárias só começariam às 08:30h, Ladeira solicitou ao discógrafa Azevedo Neto que, antecipando a programação ordinária - o “Jornal da Manhã”, entrassem no ar imediatamente com um boletim extraordinário:

Solta aí uma marcha militar! - pediu Cesar Ladeira, para preannunciar um boletim extraordinário.

Atônito, Azevedo perguntou:

- Mas qual?

- Qualquer uma!

Azevedo Neto então levou sua mão à estante de marchas militares, sacou um disco e colocou a marcha no ar.

A marcha, escolhida totalmente ao acaso, era uma composição francesa da guerra Franco-Prussiana de 1870. Seu título: “Paris Belfort”. Por uma ironia da história, a francesa “Paris Belfort” iria tornar-se, desde aquele momento, o Hino da Revolução Constitucionalista de 1932 e quase um hino não oficial do próprio Estado de São Paulo.

---

23 Fato relatado ao autor por Nicolau Tuma.

A noite, no restaurante Posílipo, ponto de encontro tradicional do PRP, situado na rua das Flores, Paulo Nogueira Filho, jantando com Aureliano Leite, Joaquim Sampaio Vidal e Prudente de Moraes Neto, teve a ideia de criar uma sociedade secreta que teria por fim defender a autonomia de São Paulo<sup>24</sup>, e, em última instância, preparar São Paulo para uma luta que, agora, parecia inevitável.

Horas mais tarde, reunidos no Clube Comercial, com o comparecimento de 24 lideranças da vida política paulista, foi fundada a Guarda Paulista. Paulo Nogueira Filho<sup>25</sup> discursou aos presentes:

“A Guarda Paulista será a elite, será o pobre, o empregado das fábricas, o desempregado, o estudante, o professor, a esposa, o filho!” [...] “É o anseio dos homens pelo povo e pela lei!”

Dias depois – Drausio morrer, depois de lenta agonia, em 28 de abril, o grupo discutiu a mudança do nome da sociedade secreta. Por sugestão de Edgard Baptista Pereira<sup>26</sup>, a Guarda Paulista foi rebatizada, agora com as iniciais dos nomes dos mortos, de forma a homenagear as vítimas do 23 de Maio, nomeando-se a entidade de M.M.D.C.

A despeito de pesquisas, ainda não há um documento conhecido que evidencie precisamente a data da mudança do nome. Resta uma questão: Se o fato se deu quando Drausio ainda estava vivo, quando da mudança do nome, porque seu nome entrou com a letra “D” na sigla?

Drausio era estudante (assim como Miragaia) e, aos quatorze anos de idade, era a vítima mais jovem do episódio. Somente por esses fatos, seu nome merecia destaque,

Mas havia algo além: Drausio sofrera extensa cirurgia abdominal, para tentar corrigir os danos devastadores causados por um tiro de fuzil que, entrando pela fossa ilíaca direita, transfixou seu abdômen e saiu pela fossa ilíaca esquerda<sup>27</sup>.

Em 23 de maio, recolhido ao posto médico de Assistência Policial,<sup>28</sup> chegou a prestar depoimento no Inquérito que apurava os acontecimentos da noite anterior, embora seu estado já fosse classificado como gravíssimo<sup>29</sup>.

Ainda estava vivo, mas a combinação do choque traumático com a peritonite não reservava a ele um prognóstico favorável.

Em um tempo em que ainda não havia antibióticos, a morte era inevitável e viria a ocorrer na madrugada de 28 de maio<sup>30</sup>. A realização do exame cadavérico limitou-se à análise externa do cadáver, já então exposto em velório na sala da residência do morto, impossibilitando um laudo

24 PEREIRA, Antonio Carlos. Op.Cit. p.365-366

25 BATISTA, Vera. M.M.D.C. – o movimento que fez história em 1932. Publicado em 10/05/2018 - 12:48. Disponível em <http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/m-m-d-c-o-movimento-que-fez-historia-em-1932/>. Ac Acesso em 11/11/2019, 13:40h. Publicado em 10/05/2018 - 12:48

26 PEREIRA, Antonio Carlos. Op.Cit. p.366

27 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Autos do Inquérito Policial sobre as ocorrências verificadas na Praça da República às 23 horas de hoje. Fls 09.

28 Id. Ibid. Fls 12

29 Id.Ibid. Fls 10 e 47

30 Id. Ibid. Exame cadavérico de Drausio Marcondes de Souza. Fls33-36 e 49-51.

necroscópico mais preciso sobre os danos causados pelo ferimento a bala em órgãos internos de Drausio.

Na noite de 09 de julho eclodiu a Revolução.

## Ataques à identidade paulista e a guerra da propaganda

Desencadeada a luta, criou-se na M.M.D.C., agora efetivada por decreto de Pedro de Toledo, um Departamento de Publicidade, incumbido de oferecer o noticiário de operações aos jornais, bem como censurar as notícias que os jornais colhessem<sup>31</sup>.

Essa preocupação, embora compreensível, revelou-se praticamente desnecessária, pelo envolvimento da imprensa paulista na causa, favorecendo um “pacto de autocensura”<sup>32</sup>.

Desse modo, embora acompanhando as operações de guerra como repórteres ou fotógrafos, mantinham estreita ligação e mútua vigilância para, segundo PEIXOTO, “*não prejudicar a causa paulista*”.

Polarizou-se a propaganda de guerra entre os meios de comunicação a serviço do governo Vargas e os paulistas. No caso desses últimos, adota-se um tom exageradamente ufanista, otimista ou mesmo contrário aos fatos reais, objetivando manter alto o ânimo das tropas e da população civil, enquanto se aguardava que outros Estados, ou mesmo países, se solidarizassem com a causa constitucionalista, o que efetivamente não ocorreu. Há poucas horas do armistício, assinado na cidade de Cruzeiro em 02 de outubro de 1932, o jornal “O Estado de São Paulo” de 29 de setembro trazia a seguinte manchete: “*O Exército da Lei mantém valentemente as suas posições*”.

A análise da propaganda paulista permite-nos perceber, sobretudo quando a campanha se aproxima de seu final, que se exaltam feitos individuais e vitórias táticas, ocultando-se a macro visão estratégica das derrotas irreversíveis, mais ou menos como faria a UFA alemã, ao final da Segunda Guerra Mundial, repetindo essa técnica<sup>33</sup>.

A propaganda adversa, orientada a partir das notícias emanadas do serviço de publicidade da Imprensa Nacional e dos comunicados da Chefatura de Polícia, rapidamente escolheu os pontos nevrálgicos para fragilizar a causa paulista e mobilizar o país contra o território rebelado (DONATO:1982, p.198).

A questão ganhava maior importância pois os argumentos apresentados por Vargas atingiam diretamente a identidade e a autoimagem dos paulistas, pacientemente construída e cultivada desde os anos finais do Império.

---

31 Asilva, Herculado de Carvalho. Op. Cit. p.128.

32 PICCHIA, Menotti Del, Op.Cit. p.249-251, fato comprovado por depoimento de José Benedito Silveira Peixoto ao autor.

33 DONATO, Hernâni. Op.Cit. p. 198. Comparar, por exemplo, com a palestra de Paul Bieber, ministrada em 1987 na FFLCH /USP, sobre o tema: “A UFA e o Wochenschau: noticiário semanal alemão 1933 – 1947.”

Os principais argumentos da propaganda de Vargas foram:

1. lutar contra São Paulo é promover uma espécie de cruzada patriótico-cívico-religiosa;
2. o acúmulo de riquezas em São Paulo é o que determina o atraso das demais regiões brasileiras (regionalismo egoísta);
3. o movimento é separatista: São Paulo quer se separar do Brasil, abandonando os demais estados à sua própria sorte.

Nesse particular a propaganda do governo central, por sugestão de Góes Monteiro, percebeu que poderia conter o ímpeto que arrastava outros estados a se aliarem a São Paulo, quebrando a força da campanha pré-constituição, que não estava adstrita ao território paulista. Ao mesmo tempo, obrigaria São Paulo a adotar uma postura defensiva, no que foi bem-sucedido.

A questão do separatismo paulista, embora nunca tenha sido ideia proeminente, efetivamente existiu. Foi rejeitada de plano na reunião de fundação da M.M.D.C., não teve consistência durante os oitenta e sete dias do movimento constitucionalista, mas sempre esteve presente, quer como confederalismo (como defendia Alfredo Ellis Junior) ou mesmo secessão.

Por certo, havia um grupo partidário do separatismo, inexpressivo, mas presente, que chegou mesmo a editar o jornal “O Separatista” (PEREIRA: 1982.p,237).

Esse fato, foi, em momentos distintos, objeto de censura da parte, especialmente, de autoridades que conheciam pouco da história, da formação e do sentimento dos paulistas em relação ao Brasil. Ou, como no caso de Góes Monteiro, de autoridades que sabiam exatamente da pouca penetração da ideia na sociedade paulista, mas que utilizavam o argumento para atingir a identidade paulista, sempre construída e reforçada como sendo nacional.

Em 26 de janeiro de 1932, horas após o comício alusivo ao aniversário da cidade de São Paulo, e que inaugurou a crescente onda de eventos públicos que culminariam no 23 de Maio.

Em 28 de janeiro de 1932, poucos dias após a grande manifestação alusiva ao aniversário da cidade, o capitão Cordeiro de Farias<sup>34</sup>, por temer o fortalecimento da propaganda adversa, lançou na cidade um comunicado, proibindo e endurecendo a repressão aos “subversivos” separatistas:

É lamentável que de um caso regional se passe a um outro quase criminoso qual o do separatismo. O primeiro é perfeitamente defensável. Mas daí a ideia do desmembramento da Federação vai uma grande distância. Por esse motivo, vou agir com a máxima energia até junto da imprensa para evitar que tal propaganda tome corpo e vulto. (CORREIO DA MANHÃ, 28/01/1932).

---

34 RODRIGUES, João Paulo. Tradição e retórica imagética: a construção da propaganda visual oposicionista no levante de 1932 em São Paulo (artigo). In Revista História vol.30 no.1 Franca Jan./June 2011. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100018>. Acesso em 12/11/2019,13:30h.

Mas o argumento foi usado extensivamente no curso da guerra. Para confirmar essa tese, o governo Vargas chegou até mesmo a irradiar o testemunho “insuspeito” de paulistas no Nordeste, valendo-se de emissões de rádio “pirata”.

Em 12 de julho de 1932<sup>35</sup>, mal a luta havia sido deflagrada, já ficava evidente a preocupação das lideranças paulistas em demolir a tese do separatismo.

Ao saudar a chegada do general Bertoldo Klinger à estação da São Paulo Railway (estação da Luz), Ibrahim Nobre assim se expressou:

Nós estamos aqui, todos de pé, e em armas. Chamaram-nos de separatistas, porque procuramos não só libertar São Paulo como todo o Brasil, desse estelionato civil que queria fazer de nós escravos. Não somos separatistas. É mentira. Nós deixamos nossas casas, numa comunhão de ricos e pobres, de operários e patrões, para nos defendermos. Nossas mãos calejadas pelo trabalho pegaram em armas, para que sobre a sepultura de nossa dignidade não colocassem um epitáfio de lama. [...]. Estamos dispostos a derramar o nosso sangue em defesa de São Paulo e do Brasil. [...] Nós queremos que seja respeitada essa Constituição que a ditadura rasgou[...].

A reportagem de “O Estado de São Paulo completou:

Quando o general Klinger aparece à saída estação, ouve-se o Hino Nacional, executado por uma das bandas que ali se acham.

As expressões artísticas reforçavam a ideia da unidade nacional. Veja, por exemplo, a letra do hino marcial “Redenção” (Hino das Forças Constitucionais M. M. D. C.), letra de Paulo Gonçalves e música do maestro Marcello Tupynambá, que conclama os “irmãos brasileiros” a auxiliarem seus irmãos paulistas:

Prometemos salvar o nosso povo  
Pela dedicação mais varonil  
Porque nós somos como um sangue novo  
Purificando o corpo do Brasil

Se um domínio funesto nos infama  
Comprometendo até nosso porvir  
Empunhe cada qual a sua flama  
Que é dever de nós todos reagir!

(Coro)

Vem conosco ó brasileiro!  
Auxilia os teus irmãos!

---

35 Jornal “O Estado de São Paulo”. Chegou hontem a São Paulo o general Bertholdo Klinger. Edição de 13/11/1932, p.1

Temos na frente o Cruzeiro!

Temos a Pátria nas mãos!

São os gênios da nossa independência

Cuja sombra palpita entre nós

Que protestam por nossa consciência

E estão cantando pela nossa voz!

Nosso próprio destino é que te exorta

A cumprir este cívico dever

Nós é que temos de forçar a porta!

Nós, só nós, é que temos de vencer!

(Coro)

Vem conosco ó brasileiro!

Auxilia os teus irmãos!

Temos na frente o Cruzeiro!

Temos a Pátria nas mãos!

#### 4. A Revolução é comunista, promovida por inimigos da Religião e da Pátria<sup>36</sup>

Esse argumento foi empregado pela ditadura tão precocemente que, na fala de Ibrahim Nobre a Bertholdo Klinger, em 12 de julho, destacamos o seguinte trecho do discurso:

[...] O nosso movimento é do Brasil católico, disciplinado e forte, contra a anarquia, em que queriam que vivêssemos, Uma luta de Jesus contra Lenine [...].

5. A Revolução é capitaneada por estrangeiros, sobretudo italianos, que desejam fundar em São Paulo uma “colônia fascista às ordens de Mussolini”, tendo como presidente um italiano chamado Matarazzo.

LOBO<sup>37</sup>, tratando dos impulsores psicológicos que moviam os combatentes à luta, cita que

à noite, patrulhas getulistas, aproximando-se das trincheiras contrárias, dirigiam a seus inimigos insultos que os faziam rir e que eram geralmente monumentais de incoerência. Aí vai um exemplo:” – Paulista, comunista...está trabalhando pro Matarazzo!”

A contrapropaganda paulista combateu as ideias-força da propaganda adversária, interferiu nas emissões de rádio, desaconselhou que se captassem emissoras leias a Vargas e repudiou ferozmente o derrotista e o autor e propagador de boatos, especialmente os que desestimulavam o esforço de guerra em São Paulo.

---

36 CARNEIRO, Glauco, citado por DONATO, Hernani, op. Cit. P.198.

37 LOBO, Roberto Haddock. Pro Brasília Fiant Eximia: a psicologia dos que combateram pela revolução. Editora Bandeirante. São Paulo: 1939.

Isolado na trincheira, participe de fatos relevantes, mas sem fontes seguras de informação, sem acesso regular a jornais ou outros meios de comunicação, o soldado paulista dependia em grande parte dos colegas que voltavam das licenças nas cidades, sendo propício o ambiente para o surgimento e difusão de boatos (a que chamavam de “peixes”) para se atualizar e manter o moral elevado.

Se os boatos eram estimulantes, não havia repressão, mas os oficiais procuravam saber da veracidade dos fatos para manter a tropa informada.

CANAVÓ FILHO<sup>38</sup> descreveu vários desses boatos, especialmente os que davam conta da queda da ditadura, ao longo de todo o período de luta.

No esforço da contrapropaganda, os paulistas valorizaram sobretudo o uso de imagens, naquilo que DOMENACH (1963: p.54) classificou como

[...] o instrumento mais notável e eficaz, sua percepção é imediata e não demanda nenhum esforço. Acompanhada de uma legenda, substitui vantajosamente não importa que texto ou discurso. É o maior instrumento de difusão de símbolos de uma campanha de propaganda.

Vale notar que os dois principais símbolos paulistas, ainda hoje em uso – a Bandeira e o Braço de Armas - tem conexão direta com o Nove de Julho.

Analisando as fotos publicadas nas edições de “O Estado de São Paulo” de 10 de julho a 29 de setembro de 1932, é evidente o esforço da contrapropaganda paulista.

Combatendo a ideia do separatismo, observamos constantes flagrantes mostrando a adesão de brasileiros de outros estados à causa constitucionalista (ex: companhia do 5.º RCD do Paraná, aviadores do Rio de Janeiro que se somaram à luta dos paulistas, apelos das lideranças mineiras, gaúchas e nordestinas residentes em São Paulo a seus coestaduanos)

A Bandeira Nacional aparece com a Bandeira Paulista em grande destaque.

Fazendo frente à ideia de uma “revolução comunista”, “O Estado” atesta o estreito vínculo da Igreja de São Paulo à campanha, com a realização de solenidades de bênção de bandeiras e unidades combatentes, missas campais, doação de bens pela Cúria Metropolitana (que foi quem coordenou a troca de alianças de ouro por outras de metais menos nobres, na “Campanha do Ouro para o Bem de São Paulo”), ofícios fúnebres por constitucionalistas tombados, especialmente de famílias tradicionais, como Fernão Salles e Caetano de Sylvio, e exortações pelo rádio, inclusive pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, além do apoio dos beneditinos à revolução (SILVA:1932, P.36).

As famílias mais tradicionais participam da luta, ombreadas às mais humildes, como pontuou Ibrahim Nobre na acolhida a Klinger em 12 de julho, na frente e na retaguarda, todos, ainda, contribuindo com suas doações para a campanha do “Ouro para a Vitória”.

---

38 CANAVÓ FILHO, José. Depoimento ao autor- SP: 1979

Buscando opor-se à ideia de que o estado pretendia transformar-se numa colônia do “Duce”, ressaltam-se os vínculos de forte nacionalismo, evocando-se imagens românticas associadas à identidade mítica paulista, como o bandeirante, ressaltando-se a participação de famílias e entidades mais tradicionais de São Paulo (Associação Comercial, Liga das Senhoras Católicas, Faculdade de Direito Mackenzie College, entre tantas outras) capitaneando a luta.

Houve, nesse período, grande esforço para a retomada da “identidade paulista”, focado na imagem da “São Paulo heroica das Bandeiras”, como mito legitimador da presença paulista em todos o território nacional.

Ocultam-se por outro lado a participação de imigrantes estrangeiros incorporados como voluntários às unidades em luta.

Como a opinião pública não teria condescendência com a presença de mercenários estrangeiros entre as forças paulistas, fato constantemente explorado pela propaganda de Vargas, confirma-se, isso sim, que São Paulo recebe ajuda humanitária, prestada pelas colônias estrangeiras imigrantes, que doam ambulâncias, capas de chuvas, alimentos e, como no caso da colônia alemã, chegam a promover evento esportivo, com ingresso revertendo em favor da Cruz Vermelha, onde a atração principal seria a exibição de um novo esporte, recém-trazido da Europa, o handebol<sup>39</sup>. O evento ocorreu no dia 14/08 às 15:00 horas, no campo do Colégio São Bento, promovido pela Liga Alemã de Handebol.

A propaganda paulista, em oposição, explorou ao máximo a figura do “mercenário local”, no caso “os cangaceiros”, elementos excluídos da nacionalidade e da cidadania por se tratar de bárbaros, combatendo a soldo da ditadura, sem nenhuma motivação mais nobre<sup>40</sup>

## Argumentos de identidade paulista e propaganda

A consolidação de uma simbologia genuinamente paulista encontra, no movimento de 1932, Além da Bandeira, cuja jornada até 1932 e simbologia heráldica já foram descritas neste artigo, vale considerar a construção do Brasão de Armas de São Paulo.

---

39 Jornal “O Estado de São Paulo”. edição de 12 de agosto de 1932. P.4

40 Veja, por ex, no Diário Nacionaal”, edição de 28/09/32.



O Brasão foi obra de criação do artista e historiador iconográfico José Washt Rodrigues.

Washt Rodrigues já havia criado, em parceria com Guilherme de Almeida, em 1917, o Brasão de Armas da cidade de São Paulo, com seu listel: NON DUCOR, DUCO ou seja: NÃO SOU CONDIZIDO, CONDUZO), e instituído pelo governador Pedro de Toledo, por força do Decreto nº 5.656, de 29 de agosto de 1932, traz em seu texto original a seguinte justificativa:

O Estado de São Paulo, ao contrário dos demais Estados da Federação, não possui, ainda, brasão de armas. Vai possuí-lo agora, em hora oportuna como poucas. Como tudo o que é seu, como tudo o que se acha incorporado ao seu patrimônio moral e material, este brasão de armas será, também, uma conquista do seu povo. Ao invés de consagrar unicamente glórias antigas, consagrará, também, glórias presentes. Os símbolos que no mesmo figuram viverão pelo que dizem do passado e pelo que confirmam no presente.

São Paulo vive um instante de apogeu. A história de Piratininga, tão ilustre hoje como na era das Bandeiras, veio culminar nesta epopéia pelo direito e pelas liberdades publicas.

À Espada, que aparece no centro do Brasão, é atribuído um quántuplo significado:

A espada batalhante encontra, mais uma vez, mãos que a empunham, enristam e dignificam. Essa espada desbravou sertões, alargou fronteiras, fundou cidades, desembainhou-se pela Independência, cobriu-se de glória nas guerras do Sul, ajudou a implantar e a consolidar a República e agora se levanta contra a ditadura, para salvar e redimir o Brasil. A sua missão, no passado, como no presente, é de pelear, vitoriosamente, pelas grandes causas da nacionalidade, a cujos destinos, várias vezes, tem aberto novos rumos.

A espada romana, usada pelo apóstolo São Paulo, evoca o padroeiro do Estado. Lembra ainda o gesto de Amador Bueno, a epopéia das Bandeiras, Pedro Iº proclamando a Independência na colina do Ipiranga e, finalmente a espada que, na hora atual, foi “desembainhada em continência à Lei.”

O escudo, com suas cores heráldicas, também associa o passado ao presente:

O escudo é o português, como convém a descendentes de portugueses e de acordo com o uso já consagrado no Brasil. De uma só côr e um só metal, como é de bom estilo em heraldica, ficando, assim, dentro da maior simplicidade e em harmonia com o brasão da cidade de São Paulo. O vermelho, esmalte representativo da altivez, da audácia e da glória, perpetua o valor do povo paulista, que jamais trepidou em afrontar as asperexas da luta e a derramar o seu sangue pelo Brasil e pela liberdade. A prata, metal simbólico da lealdade e da nobreza, alude também ao tope branco usado tradicionalmente pelos partidários da Constituição, desde os tempos coloniais, e adotado como distintivo dos soldados constitucionalistas no atual movimento revolucionário. Diz bem do carácter ordeiro da nossa gente, que somente quer viver sob o regimen da lei e das garantias jurídicas, pelo qual ainda agora se bate.

Os ramos de louro e carvalho evocam a capacidade combativa dos paulistas:

Os ramos de louro e carvalho consagram o valor militar de São Paulo, que desde os tempos coloniais tem sabido enobrecer as tradições de bravura do povo brasileiro, e o seu valor cívico, sempre á frente das grandes iniciativas tendentes a criar para o Brasil uma situação proeminente no concerto dos povos cultos.

A proeminência econômica paulista, assegurada pelo café, está presente no Brasão:

Os ramos de café indicam a base da fortuna pública do Estado e a tradição de riqueza que São Paulo soube criar, através de árduos trabalhos.

A unidade nacional, por derradeiro, é evocada novamente na estrela e no listel:

Como timbre, uma estrela de prata: indica que São Paulo é uma das unidades da Federação Brasileira, simbolizadas por 21 estrelas nas armas federais.

A divisa - “PRO BRASILIA FIANT EXIMIA” “PELO BRASIL FAÇAM SE GRANDES COUSAS” afirma o profundo sentimento de brasilidade do Povo Paulista. Lembra o esforço de que sempre se mostraram capazes os filhos deste Estado quando a Nação exigiu deles o máximo de sacrifícios, como ainda agora está acontecendo.

Na versão original do Brasão, Washt Rodrigues propusera a Pedro de Toledo a adoção da frase: ‘*PRO SÃO PAULO FIANT EXIMIA*’, ou seja, “*POR SÃO PAULO FAÇAM SE GRANDES COISAS*”.

Pedro de Toledo recordou ao artista que São Paulo, naqueles dias, estava se batendo pela Legalidade e pela Liberdade do Brasil, razão pela qual a frase do listel deveria ser alterada de *PRO SÃO PAULO* para *PRO BRASILIA*. Washt Rodrigues concordou e procedeu à alteração.

Dessa maneira, os dois principais símbolos heráldicos de São Paulo: a Bandeira e o Brasão – evocam, antes, a unidade nacional. Merece registro, por derradeiro, que a bandeira paulista é a única *BANDEIRA ESTADUAL*, na Federação, que traz em seu corpo o mapa do Brasil.

Se forem tomados os pontos principais da propaganda e contrapropaganda paulista em 1932, será possível evidenciar como tal construção buscou preservar e resgatar os traços essenciais da dita “identidade paulista”, construída, como se verificou neste artigo, a partir do projeto de poder do PRP no final do II Reinado.

Esses temas foram, em síntese:

TEMA	ARGUMENTO	RECURSOS PARA DIFUSÃO
<b>UNIDADE NACIONAL</b>	Ideia-chave: São Paulo forte em um Brasil Unido Aparece nas Bandeiras Nacional e Paulista entrelaçadas nos cartões postais do Correio Militar da M.M.D.C., pintadas em capacetes, bordadas em gorros sem pala dos combatentes, cartazes e cerimônias públicas de caráter cívico e religioso	Jornais, rádio, discursos, panfletos lançados por avião Bordadura em uniformes Medalhística (pins) 02 selos postais emitidos por São Paulo. Vultos históricos nacionais – não paulistas – nas cédulas de bônus paulistas (“dinheiro paulista”) editadas na primeira estampa (Ruy Barbosa) e em segunda estampa (Barroso, Tamandaré, Osório, Floriano, Caxias, Ruy Barbosa), em setembro de 1932 Uso das cores nacionais e paulistas combinadas na decoração de palanques e espaços públicos Filme “M.M.D.C” Bandeira e Brasão Uso das cores do Brasil no selo de correspondência militar M.M.D.C. Uso da bandeira do Brasil no selo de 200 réis.
<b>CONSTITUIÇÃO E LEGALIDADE</b>	A luta de São Paulo é pela Lei e pelo retorno do Brasil à ordem Constitucional	Faixas de tecido, jornais, rádio, discursos, panfletos lançados por avião 08 selos postais e 03 selos de depósito emitidos por São Paulo. Brasão. Uso da figura de Themis no selo de depósito de 5.000 réis Uso da balança da Justiça no selo de 300, 600 e 5.000 réis e no selo de depósito de 10.000 réis

<b>CAPACIDADE DE SÃO PAULO COLOCAR OS INTERESSES NACIONAIS ACIMA DOS REGIONAIS</b>	São Paulo realiza este sacrifício pelo Brasil	Bandeira e Brasão Jornais, rádio, discursos
<b>LITURGIA DE SACRIFÍCIO PELA CAUSA, ESTOICISMO E BRAVURA</b>	Os paulistas não se importam em dar a vida pelo Brasil e pela causa da Lei	Jornais, rádio, discursos Anéis “Dei ouro para o bem de São Paulo” Cartazes (“desta casa partiu o soldado da Lei”) Cerimônias fúnebres
<b>VALORES CRISTÃOS</b>	Os paulistas lutam para que o cristianismo (em particular o catolicismo) impere no Brasil, em contraposição ao leninismo dos “tenentes” extremistas	Jornais, rádio, discursos Troca e alianças por anéis “Dei ouro para o bem de São Paulo”, sob responsabilidade da Cúria Metropolitana e das paróquias, Benção de bandeiras e de Unidades Cerimônias fúnebres Cartazes (“desta casa partiu o soldado da Lei”) Cerimônias fúnebres
<b>UNIDADE DE UM POVO ORIGINAL</b>	Embora a população paulista seja majoritariamente branca, de origem europeia, negros e indígenas estão unidos à causa. Mulheres assumem protagonismo na retaguarda. Os soldados que estão no front não precisam se preocupar, pois na retaguarda o povo paulista cuida de sua família	Jornais, rádio, discursos, cartazes Cerimônias públicas de benção de Unidades compostas por afrodescendentes e indígenas guaranis. Imagens de mulheres em solenidades, desfiles, oficinas e hospitais Mobilização infantil
<b>ÊNFASE NAS ORIGENS, NA CONTINUIDADE, NA TRADIÇÃO E NA INTEMPORALIDADE,</b>	O mesmo povo que fundou a Vila, expandiu as fronteiras do Brasil e construiu a riqueza e a liderança de São Paulo agora combate pela Lei e pela Constituição	Jornais, rádio, discursos, Bandeira, Brasão, cartazes, Marcha “O passo do soldado”; “Hino Constitucionalista” Resgate da figura do Bandeirante Uso das figuras míticas de Domingos Jorge Velho e Fernão Dias nas notas (primeira estampa) Uso da figura de bandeirante no selo de depósito de 10 mil réis.
<b>UNIDADE</b>	Repressão aos boateiros, derrotistas e indiferentes à causa	patrulhas femininas de alistamento

<b>CARÁTER NACIONAL DA LUTA</b>	Chamada à unidade e adesão por brasileiros de outros estados residindo em SP.  As pessoas querem lutar por São Paulo, mas a brutal repressão da ditadura não permite.	Jornais, rádio, discursos. Exaltação das deserções em favor de São Paulo. Exaltação de atos de resistência ou solidariedade em favor de São Paulo em outros pontos do território nacional
<b>SUPREMACIA TECNOLÓGICA E LOGÍSTICA</b>	São Paulo vencerá por possuir o maior parque industrial do país e dispor de um capital intelectual privilegiado a seu serviço	Jornais, rádio, discursos.  Destaque para a produção industrial paulista, com ênfase no trem blindado, no capacete de aço e na matraca. Matérias sobre prisioneiros que passavam fome lutando pela ditadura e agora estão atendidos pela humanidade dos paulistas.  Uso da imagem do capacete de aço nos selos de 200, 400 e mil réis e no selo de depósito de 5.000 réis.  Uso da imagem do capacete no filme "M.M.D.C."

## Conclusão

Os símbolos estaduais, proibidos de serem usados pelo Estado Novo, foram restaurados pela Constituição democrática de São Paulo de 1946. A Constituição Estadual de 1947 os referencia e lei ordinária 145, de 1948 os reconhece e institui formalmente.

O orgulho regional, decorrente da unidade da população pela causa, a capacidade de mobilização e de luta contra um adversário poderoso e cruel, atuou naquilo que Paul Ricoeur aborda como “memória e esquecimento”.

As consequências danosas – perdas de vidas humanas, políticas (exílio de 110 líderes do movimento constitucionalista para Portugal, entre 1.º de novembro e 15 de dezembro de 1932<sup>41</sup>) e econômicas foram eclipsadas pela vitória moral do armistício (nunca houve rendição às forças de Vargas), pelo tratamento cavalheiresco o aplicado pelos vencedores ao exército constitucionalista vencido e, sobretudo, pela promulgação de uma Constituição democrática em 1934, mesmo ano em que a autonomia paulista foi restaurada, assumindo o governo Armando de Salles Oliveira, antigo líder constitucionalista.

Quase nove décadas após o movimento constitucionalista, suas marcas se preservam no imaginário paulista, nos símbolos estaduais, nos nomes dos edifícios públicos (Palácio dos Bandeirantes,

41 PEREIRA, Antonio Carlo, Op.Cit. p.558-559

Palácio Nove de Julho, Palácio Anchieta), na toponímia e nos monumentos funerários, nas coleções familiares particulares e em acervos de museus do interior e capital.

A identidade paulista foi bastante modificada pelas novas correntes migratórias e imigratórias e pelo fenômeno da pós-modernidade, mas, a despeito da morte dos últimos veteranos, São Paulo vive um reflorescimento do culto à memória de 1932, com a criação de núcleos da Sociedade Veteranos de 32 – M.M.D.C. em dezenas de municípios e bairros da capital, com a realização do Júri simulado anual, alusivo à morte de M.M.D.C. no Palácio da Justiça, dos desfiles cívico-militares no Parque do Ibirapuera com adesão crescente, a cada ano, das forças armadas, do registro dos nomes de MMDC no Panteão dos Heróis da Pátria em Brasília por força da Lei Nº 12.430, de 20 de junho de 2011 e pela ocorrência pela primeira vez na história, em 11 de julho de 2019,, de uma sessão Solene no Senado da República, evocando 1932 como um movimento pela democracia no Brasil.

A preservação da memória de 1932 – e com ela, parcela significativa da memória paulista, construída segundo exposto neste artigo, dependerá em muito da edificação de um Memorial do Soldado Constitucionalista em São Paulo. Tal obra, por questões mais de natureza ideológica (evitar ofender os adversários de ontem, eleitores de hoje) que financeira, ainda não foi priorizada. Igualmente o arrolamento do acervo material do movimento e o tombamento de sítios históricos onde as marcas dos combates permanecem vivas, como na área do Túnel da Mantiqueira, por exemplo, exigirá um grande esforço de parte da sociedade civil e das autoridades gestoras da cultura no Governo paulista.

## Referências

- AMARAL, Edmundo. *Rótulas e mantilhas*. Editora Civilização Brasileira: São Paulo, 1932.
- ARENDR, Hannah. *Sobre a revolução* - Moraes Editores, Lisboa:1971
- BATISTA, Vera. M.M.D.C. – o movimento que fez história em 1932. Publicado em 10/05/2018 - 12:48. Disponível em <http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/m-m-d-c-o-movimento-que-fez-historia-em-1932/>. Ac Acesso em 11/11/2019, 13:40h.
- BRENANN, Timothy. The national longing for form. In Bhabha, H. (org). *Narrating the nation*. Londres: Routledge, 1990.
- COHEN, Ilka Stern. *Vida política paulista nas décadas de 1920 e 1930: as revoluções de 1924 e 1932*. In ODALIA, Nilo e CALDEIRA, Ricardo de Castro (orgs.). *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. – 1 ed. – São Paulo: Editora DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política* – 2ª ed.- DIFEL: SP, 1963.
- DONATO, Hernâni. *A revolução constitucionalista* – Editora Circulo do Livro: São Paulo, 1982.

FEDERICI, Hilton. *Símbolos paulistas: estudo histórico-heráldico*. - Secretaria da Cultura, Comissão de Geografia e História: São Paulo, 1981.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto-Lei 16.349, de 1946.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade* - 11.<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart (org.). *Politics and ideology*. Milton Keynes: Open University Press, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico* - 14 ed.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

PEREIRA, Antonio Carlos. *Folha dobrada: O Estado de São Paulo* – editora OESP: São Paulo, 1982.

PICCHIA, Menotti del. *A revolução paulista (através de um testemunho do gabinete do governador)* – Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1932.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Autos do Inquérito Policial sobre as ocorrências verificadas na Praça da República às 23 horas de hoje. Inquérito autuado em 23 de maio de 1932 na Repartição Central de Polícia da Capital. Disponível em: <https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=51441>. Acesso em 16/10/2019, 19:00h.

RODRIGUES, João Paulo. Cidades que se repetem: referências ao levante “constitucionalista” de 1932 nos espaços urbanos paulistas e os embates pela memória. *Revista patrimônio e memória* – Unesp: São Paulo, v. 12, n.1, p. 24-49, janeiro-junho, 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. 7<sup>a</sup> Reimpressão. 1<sup>a</sup>. Edição – Editora UNICAMP: Campinas, 2018.

SCRUTON, R. Authority and allegiance. In DONALD, J. and HALL, S. (orgs.). *Politics and ideology*. Milton Keynes: Open University Press, 1986.

SCHWARZ, B. *Conservantism, nationalism and imperialism*. In DONALD, J. and

SILVA, Herculano de Carvalho e. *A revolução constitucionalista: subsídios para a sua história, organizados pelo Estado Maior da Força Pública de São Paulo* – Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1932.

UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.v.2

# O Brasileiro João de Souza: a Batalha do Atlântico e o cinema da Boa Vizinhança

The Brazilian João de Souza: the Battle of the Atlantic and the Good Neighbor cinema

Daniel Mata Roque<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende reconstituir parte da trajetória do filme *O Brasileiro João de Souza*, dirigido por Bob Chust e lançado em 1944. O filme narra a história de um marinheiro mercante vítima dos torpedeamentos de submarinos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se do primeiro filme brasileiro sobre a guerra, e o único realizado durante o conflito (1939-1945). Nossa análise centra-se em apresentar o enredo do filme, o contexto de sua produção e as críticas feitas à época de seu lançamento, que funcionam como únicas fontes documentais da obra, já que não existem mais cópias de exibição deste “filme perdido”. A partir desta reconstituição, apresentar o contexto do Brasil na guerra, em particular a Batalha do Atlântico, e o uso diplomático de *O Brasileiro João de Souza*, o primeiro longa-metragem brasileiro exibido nos Estados Unidos, alçado a símbolo da Política de Boa Vizinhança.

**Palavras-chaves:** Segunda Guerra Mundial; cinema brasileiro; Política de Boa Vizinhança.

**Abstract:** This article intends to reconstruct part of the trajectory of the film *O Brasileiro João de Souza*, directed by Bob Chust and released in 1944. The film tells the story of a merchant sailor victim of the torpedoing of nazi submarines during World War II. It is the first Brazilian film about the war, and the only one made during the conflict (1939-1945). Our analysis focuses on presenting the plot of the film, the context of its production and the criticisms made at the time of its release, which function as the only documentary sources of the work, since there are no more copies of the exhibition of this “lost film”. From this re-constitution, present the context of Brazil in the war, in particular the Battle of the Atlantic, and the diplomatic use of *O Brasileiro João de Souza*, the first Brazilian feature film shown in the United States, elevated to the symbol of Good Neighborhood Policy.

**Keywords:** World War II; Brazilian cinema; Good Neighborhood Policy.

---

<sup>1</sup> Daniel Mata Roque é cineasta e memorialista. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e 2º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB.

## A declaração de guerra do Brasil e a Batalha do Atlântico

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) revelou-se o maior conflito armado já visto, com até então impensáveis números de combatentes envolvidos, de armamentos poderosos, de novas tecnologias, de vítimas.

Adotando o princípio da neutralidade e mantendo relações de comércio com ambos os lados em disputa desde o princípio do conflito, o Brasil alinha-se definitivamente aos Estados Unidos após o ataque japonês à base naval americana de Pearl Harbor em 07 de dezembro de 1941, perfilando-se ao lado do país americano agredido, como acordado no Pacto Pan-Americano. Com a guerra viva no continente americano, realiza-se no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, a III Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas. O presidente Getúlio Vargas, registrando em seu diário os preparativos da Conferência e a chegada das delegações estrangeiras, anota, após reunião com o embaixador americano em 12 de janeiro: “Das minhas conversas, do que observo, fico apreensivo. Parece-me que os americanos querem nos arrastar à guerra, sem que isso seja de utilidade, nem para nós, nem para eles.” (SOARES, 1995, p.451).

Após muitas negociações e pressões nacionais e internacionais, o presidente Getúlio Vargas convoca reunião ministerial para debater o tema e conclui pelo rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo. No dia seguinte, 28 de janeiro de 1942, é encerrada a III Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, sem a unanimidade pretendida, aprovando-se apenas uma recomendação de rompimento, a ser ratificada por cada país. O governo brasileiro, no mesmo dia, anunciou o fim das relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão. Com essa tomada de posição, embora mantivesse neutralidade no conflito efetivo, o Brasil passou a ter navios mercantes afundados pelos submarinos do Eixo na América Central e na costa norte-americana. O historiador Cesar Campiani destaca que “o litoral do nosso país transformou-se em ativo teatro de operações bélicas.” (MAXIMIANO, 2010, p.14).

Em agosto, entre os dias 15 e 17, o submarino nazista *U-507* afundou, entre as costas da Bahia e de Sergipe, os navios mercantes *Baependi*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba* e *Arará*, provocando a morte de 218 tripulantes da Marinha Mercante e 389 civis, entre homens, mulheres e crianças (MARTINS, 1985, p.344-345). No dia 19 o submarino ainda afundaria a barcaça *Jacira*, sem vítimas.

O pavor provocado pelo violento ataque em território marítimo brasileiro, com o impacto emocional de cadáveres e naufragos chegando às praias do litoral nordestino, provocaram grande sentimento de revolta popular e anseio de vingança. A pressão popular tomou as ruas do país exigindo a declaração de guerra. Diversas manifestações estudantis ocuparam as ruas de todo o Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, então Capital Federal, satirizando as figuras de Hitler, Mussolini e Hiroito e exigindo a declaração de guerra (LOCHERY, 2015, p.159).



Encenação de estudantes brasileiros contra os países do Eixo na Segunda Guerra Mundial (1942)  
Fonte: página digital Portal da FEB

Esses seis navios afundados em apenas cinco dias são amplamente apontados como a grande crise que provocou a inevitável declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha e a Itália, os países agressores. “Essas ações, que chocaram profundamente a opinião pública nacional, levaram o Governo brasileiro a declarar o Estado de Beligerância a 22, e o de Guerra à Alemanha e à Itália em 31 de agosto de 1942.” (MARTINS, 1985, p.348).

Os navios mercantes passaram a navegar em comboio, escoltados por navios de guerra brasileiros e americanos. O pesquisador da Marinha Mercante Marcus Vinícius de Lima Arantes detalha que os comboios eram “um conjunto de navios mercantes que se deslocavam no mar obedecendo a uma formação previamente estabelecida, com escolta de navios de guerra em posições estrategicamente definidas”, estes organizados de maneira “que pudessem detectar e atacar os submarinos que porventura aparecessem durante o trajeto” (ARANTES, 2012, p. 261). Os comboios eram realizados do Sul ao Nordeste brasileiros, e então até Trinidad e Tobago, na América Central, seguindo para os Estados Unidos, ou até Dakar, na costa africana.



Exercício de lançamento de bombas de profundidade a bordo do Caça-Submarino *Guajará* (1944)  
Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

Declarada a guerra, o país enviaria a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater na Itália em 1944. O historiador Francisco Ferraz destaca que a criação da FEB foi “muito mais uma necessidade política que militar” (FERRAZ in SILVA, 2015, p.28), impulsionada “pelas aspirações da política externa brasileira em participar mais ativamente da reorganização do mundo após o fim do conflito, garantindo pelo menos uma hegemonia no continente sul-americano”. Ferraz destaca, no entanto, que “no cômputo geral, o desempenho em combate dos brasileiros da FEB e do Grupo de Caça da FAB [Força Aérea Brasileira] foi plenamente positivo, equiparável às melhores unidades combatentes do V Exército [Americano].” (FERRAZ in SILVA, 2015, p.30). No Brasil, a Marinha de Guerra teve a responsabilidade de proteger a costa e atacar submarinos inimigos (juntamente com a Defesa de Costa, composta de Exército e Força Aérea) e de realizar comboios dos navios mercantes nacionais, incluindo a escolta de alguns escalões da FEB até Gibraltar (ARANTES, 2012, p. 263-264).

Até o final da guerra o Brasil teria 33 navios mercantes atacados ou afundados, vitimando quase mil cidadãos brasileiros, entre tripulantes (da Marinha Mercante), militares (da Marinha de Guerra e do Exército) e civis (incluindo homens, mulheres e crianças). Na então Marinha de Guerra

houve um navio torpedeado e alguns graves acidentes de serviço, causando a morte de cerca de quinhentos militares (MARTINS, 1985, p.344-415).

## O cinema como “lugar de memória” da Batalha do Atlântico

Dentre todas as modernas armas que entraram em combate no conflito, o cinema foi uma das “privilegiadas” (PEREIRA, 2012, p. 18) por ambos os lados. O *filme de guerra* pode ser entendido como aquela obra cinematográfica que trata, como gênero ou subgênero, temática central ou pano de fundo, de um conflito militar e de seus assuntos periféricos ou correlatos (ROQUE, 2018, p.130). O filme de guerra é, na realidade brasileira, uma produção de nicho e um subgênero. Tradicionalmente, a cinematografia brasileira sobre guerra é muito reduzida e reúne público restrito.

Entre 1942 e 2020, apenas sete longas-metragens de ficção foram realizados e lançados comercialmente no Brasil tendo como temática central a participação nacional nos embates da Segunda Guerra Mundial. São eles *O Brasileiro João de Souza* (Bob Chust, 1944); *Asas do Brasil* (Moacyr Fenelon, 1947); *Sangue, amor e neve* (Jeronimo Jeberlotti, 1958); *Eles não voltaram* (Wilson Silva, 1960); *Por um Céu de Liberdade* (Luiz de Barros, 1961); *A Estrada 47* (Vicente Ferraz, 2013); e *Homens da Pátria* (Gastão Coimbra, 2015) (ROQUE, 2018, p.54).

O único filme do período do conflito é *O Brasileiro João de Souza*. Entretanto, é bastante improvável que possamos ainda desfrutar de sua narrativa, ouvir algum trecho de seus diálogos ou assistir às suas interpretações. É bastante improvável que saibamos algo sobre sua essência cinematográfica, senão por matérias de jornais da época e algumas poucas fotografias de cena. *O Brasileiro João de Souza*, tido como “filme perdido” por pesquisadores e instituições de arquivo, não é exceção na história do cinema brasileiro. Centenas de obras, produzidas entre os últimos anos do século XIX e até poucas décadas atrás, estão irremediável e completamente perdidas. Incêndios, inundações, furtos, falência, destruição deliberada. As razões são várias, refletindo a falta de zelo da sociedade brasileira com a memória nacional.

Neste cenário de raras abordagens e frequente esquecimento, este filme é elemento importante de nossa memória cinematográfica nacional. O historiador Cesar Campiani Maximiano destaca que “Ao contrário de vários outros países que se envolveram na Segunda Guerra, no Brasil o conflito não se consolidou como o grande evento traumático da memória nacional no século XX [...]” (MAXIMIANO, 2010, p.15).

Henry Rousso, sinteticamente, sustenta que a memória é “a presença do passado” (ROUSSO apud AMADO; FERREIRA, 1996, p.94). E complementa dizendo que “é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado [...]”. Como nos chama a

atenção Paul Ricouer, a história não é apenas uma narrativa da memória, mas também do esquecimento (RICOUER, 2007). “A memória é seletiva” (POLLAK, 1992, p.203), destaca Michael Pollak. Esquecer e lembrar não seriam, portanto, excludentes ou antagônicos, mas duas partes do mesmo processo. Pierre Nora diz que não há memória espontânea e, por isso, nascem os “lugares de memória” (NORA, 1993, p.13), com o objetivo de não deixar que determinadas memórias sejam esquecidas. Sua razão de ser “é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento [...]” (NORA, 1993, p.22). “Fala-se tanto da memória porque ela não existe mais” e “há locais de memória porque não há mais meios de memória.” (NORA, 1993, p.7). Portanto, os usos da memória são, ao mesmo tempo, esquecer e lembrar.

O cineasta Luís Alberto Rocha Melo, ao pesquisar a trajetória profissional do roteirista Alinor Azevedo, analisa o filme perdido *Moleque Tião* (José Carlos Burle, 1943), escrito por Alinor. Melo reconhece “as fotos de cena e as críticas da época” como “alguns dos poucos vestígios que nos permitem ter uma pálida ideia” (MELO, 2006, 16-17) sobre a obra. Melo associa este tipo de análise, uma certa fantasia construída como um quebra-cabeça incompleto, ao conceito de “cinemateca imaginada”, cunhado por Paulo Emílio Sales Gomes, que englobaria as lembranças dos filmes assistidos e os “filmes não-vistos nem ouvidos, porque ‘decompostos, desaparecidos, perdidos para sempre.’” (GOMES apud MELO, 2006, p.17).

Nessa concepção, enxergamos o filme *O Brasileiro João de Souza* tanto como integrante de uma “cinemateca imaginada” quanto como um “lugar de memória” para a experiência brasileira na Batalha do Atlântico. Estando hoje a obra provavelmente extinta em sua materialidade, este artigo tem como objetivo recuperar seus vestígios e problematizar sua trajetória.

## O brasileiro João de Souza, náufrago e patriota

*O Brasileiro João de Souza* teve a produção iniciada no final de 1942, após a declaração de guerra, e estreou, com grande expectativa, em 17 de fevereiro de 1944 no Metro Passeio, o mais luxuoso cinema da época, inaugurado em 1936 na Cinelândia carioca. No anúncio da estreia, além de destacar o cinema, com um “perfeito ar-condicionado para seu bem-estar”, o cartaz do filme apresenta João de Souza como o “símbolo do homem brasileiro, decidido, forte, altivo, nobre!” (DIÁRIO CARIOCA, 16/02/1944, p.7).

No dia da estreia, o *Diário Carioca* publicou imagens do filme, “em torno do qual há uma grande curiosidade” e que “marcará um ponto alto nos anais do Cinema Brasileiro” (DIÁRIO CARIOCA, 17/02/1944, p.7). Três dias depois, o jornal o anunciava como “vibrante filme brasileiro – o primeiro antinazista produzido entre nós” (DIÁRIO CARIOCA, 20/02/1944, p.7). O jornal destaca

ainda a contribuição de cerca de duzentos figurantes, homens e mulheres, capazes de conferir “vida e animação”, “vibração” e “intensidade” à produção, vista mesmo como de grande ação.



Cartaz de *O Brasileiro João de Souza*  
Fonte: Jornal *A Manhã* (16/02/1944, página 08)

A narrativa de *O Brasileiro João de Souza* inicia-se com um telegrama informando que João de Souza, náufrago resgatado de um navio mercante brasileiro, não resistiu e acaba de falecer nos EUA. Em retrospecto, o filme passa a narra a história de João desde a infância, informando que seu pai também era da Marinha Mercante e morrera em um navio torpedeado pelos alemães na Primeira Guerra Mundial. A narrativa evoca assim uma “justificativa” para uma pré-disposição contra os alemães e, ao mesmo tempo, um passado militar brasileiro, ao relembrar os ataques e as mortes do conflito mundial anterior, quando, levados pelo mesmo motivo, combatemos (e vencemos) o mesmo país inimigo, ao lado dos mesmos países amigos. Reflete, ainda, a ideia de ser o Brasil um país pacífico, que só se envolve em conflitos militares quando agredido. É um filme que justifica e mobiliza para a guerra.

Em uma elipse temporal, a narrativa passa ao João na Escola de Grumetes, de onde sai marinheiro do Lloyd Brasileiro. Em viagem a Porto Alegre, vai a um bar onde encontra estrangeiros e brasileiros cantando hinos alemães e fazendo a saudação nazista. João é ofendido por um desses homens, o que inicia uma briga generalizada no bar. João e um amigo são presos, sendo demitidos na sequência. De volta ao Rio de Janeiro, João reencontra a namorada Pretinha e conhece a cantora húngara Olga, com quem se relaciona. Absolvido e reincorporado ao Lloyd, por sua briga ter sido considerada de “cunho patriótico”, João escuta pelo rádio, na casa de Olga, que o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo por conta dos torpedeamentos. A cantora “fica indignada e insulta todos os brasileiros”. João deixa sua casa e marca a data de seu casamento com Pretinha. João parte para os EUA, após conversar com o amigo Mário, falando sobre a viagem. Mário, “sem intenção”, conta os detalhes da partida a um agente quinta-coluna alemão. O navio é torpedeado, o espião é preso e Mário, “cheio de remorsos”, se alista na Marinha de Guerra “para vingar a morte do amigo” (O JORNAL, 13/02/1944, p.5).

João de Souza, quase morrendo já, numa baleeira, quer responder a metralha do submarino nazista com seu revólver, porém cai baleado dando um viva ao Brasil. João de Souza soube morrer como um herói e a Pátria rendeu-lhe o devido tributo, ficando alerta contra seus inimigos e pronta para vingar seus indefesos heróis. (O JORNAL, 13/02/1944, p.5).

Após a primeira semana de exibição, “vitorioso no Metro Passeio, onde se revelou um dos mais primorosamente realizados filmes brasileiros” (DIÁRIO CARIOCA, 26/02/1944, p.7), a Cinex e a Metro Goldwyn Mayer ofereceram no mesmo cinema, em 25 de fevereiro, uma sessão especial do “primeiro filme antinazista brasileiro” para os militares da guarnição do Forte de Copacabana. A reportagem que descreve o fato, muito laudatória, conclui anunciando que, após o sucesso do filme, a saída dos militares do cinema “constituiu um verdadeiro espetáculo [...] entre a multidão estacionada à porta e o grande número de nossos bravos soldados, que irromperam em aclamações e vivas ao Brasil e às Nações Unidas.”

Para analisar a recepção ao filme, de público e crítica, as reportagens e colunas jornalísticas da época são fonte relevante e contextualizada.

Na coluna *As cotações da semana*, na revista *A Cena Muda*, em crítica não assinada, *O Brasileiro João de Souza* recebeu a nota 2, classificado como “bom”, em uma escala que partia de 1 (regular) e chegava em 3 (muito bom) e 4 (ótimo). O texto dessa crítica começa registrando a ausência da guerra, até então, como tema no cinema nacional:

Estava faltando no moderno cinema nacional um filme de combate à Alemanha nazista e pena é que *O brasileiro João de Souza* não tivesse sido realizado e exibido na época em que o Brasil uniu-se aos Aliados, na guerra contra o Eixo, porque, então, o seu sucesso seria ainda maior. (CENA MUDA, 29/02/1944, p.6).

O autor da crítica destaca que o diretor do filme teve “todas as facilidades das autoridades da Marinha” para reconstituir o torpedeamento de um submarino nazista a um navio mercante brasileiro. Sustenta que devemos “desculpar certos defeitos que o filme apresenta, bem como a falta de segurança da direção”, já que o diretor, estreante, conseguiu fazer um filme “muito acima dos abacaxis de alguns diretores veteranos”. “Produzindo este filme, Bob Chust merece o nosso estímulo, pois independente do assunto, o seu celuloide de estreia mostra que ele é um elemento de valor para a nossa cinematografia”. Para o autor, no entanto, o principal defeito do filme é justamente a falta de direção, “refletida nos principais intérpretes, novos em cinema”, como Zezé Pimentel, Sandro Roberto, Graça Mello e o próprio Bob Chust. Os atores experientes de cinema e teatro, como Rosita Rocha (apontada como “muito convincente” em seu papel), Lu Marival, Ziembinski e J. Silveira “destacam-se facilmente”. Elogio para a atuação do menino Oswaldinho Loureiro. Os atores principais estão bem escolhidos, mas a atriz foi “mal fotografada”. O crítico considera o argumento interessante e destaca a originalidade da cena de despedida de João e Pretinha, no cais, e da sequência no apartamento de Lu Marival, com Sandro Roberto. A sequência no bar “não é o que deveria ser, mas as cenas de pancadaria não são más.”

O texto segue com alguns comentários curtos sobre cenas variadas do filme, muito valiosos para reconstruirmos, ainda que mentalmente, a estrutura fílmica e narrativa da obra:

O torpedeamento do navio podia ter sido mais detalhado, mesmo levando em conta a dificuldade de mostrá-lo como o fazem os filmes americanos e ingleses, com recursos que Bob não teve. A sequência da baleeira metralhada está aceitável. Aquele bar em que Lu Marival canta está muito vazio, apesar dos aplausos ao número da cantora. A bebedeira está boa. Gostamos da cena noturna, em que João e Pretinha aparecem na varanda da casa, ouvindo a canção, trecho este um pouco longo, parando a narrativa. Outra coisa de que gostamos foi das cenas íntimas em família, com Pretinha, João e a mãe deste, principalmente aquela em que D. Luiza aprova o casamento do filho e a outra, na igreja, em que João de Souza e Pretinha ficam noivos. (CENA MUDA, 29/02/1944, p.6).

Nas análises técnicas, o crítico considera a cenografia “boa”, a fotografia “regular” e o som “inferior ao de *Caminho do céu*”, filme brasileiro de 1943 dirigido por Milton Rodrigues, que tem o cenário da guerra como pano de fundo para um romance e um enaltecimento ao trabalhador e à indústria nacional. O autor elogia ainda a montagem ao comentar “a maneira inteligente como foram intercaladas cenas de jornais e as vistas da capital gaúcha” e a “direção artística de Ziembinski.” E conclui elogioso e esperançoso: “Em conjunto, o filme agrada e foi recebido com simpatia e palmas, no Metro Passeio. Fez sucesso merecido. Agora, é preciso que Bob Chust continue.”

Em outra crítica bastante detalhada, e por isso para nós da maior relevância, agora na coluna *Fala o Amigo Fan* (CENA MUDA, 07/03/1944, p.14), Messias Silva Mendes diz que “levando em

conta a responsabilidade do assunto explorado – até então inédito em cinema nacional – e as condições técnicas em que se realizava a sua filmagem, esperávamos ‘O brasileiro João de Souza’ com muitas reservas”. Não que o filme o tenha “desagradado inteiramente”, ele ressalva, mas “vem justificar plenamente as nossas apreensões com os defeitos previstos diante da escassez dos nossos recursos materiais [...]”. O crítico elogia a contribuição da Marinha, mencionando a cena do torpedeamento do navio brasileiro por um submarino alemão, mas observa “falhas psicológicas, como os marujos se atirando ao mar, sem uma continuidade que desse noção do tempo para motivar aquele lance”. Aponta a necessidade de mais “cortes”, citando a mesma opinião emitida pelo prestigiado crítico Pedro Lima no *Diário da Noite*. Como falhas, o som “decepcionante” e a irrealdade da cena no bar gaúcho, onde simpatizantes alemães cantam o hino nazista, “de tão difícil realização numa pequena cidade brasileira, e inconcebível numa cidade como Porto Alegre”. Mendes critica ainda o elenco: Sandro Roberto quase sempre gesticula com “exuberância”; Zezé Pimentel está “bem acanhadinha quando fala”; Rosita Rocha está “dura, inflexível”; Bob Chust e Lu Marival estão “bem adaptados”; Ziembinski e Oswaldinho, “passáveis”. O texto, de uma página inteira, também traz alguns elogios, como a “excelente continuidade” e o “senso cinematográfico” do diretor, com cenas que são verdadeiros “achados”, como “a perplexidade em que fica Bob Chust (o intérprete); a aparição do espião nazista que é conduzido à polícia [...]”. E conclui seu comentário:

Aliadas as boas qualidades cinematográficas reveladas na direção a recursos materiais que permitissem a realização perfeita das cenas que constituem uma lacuna no filme, teríamos assistido a uma bela vitória do cinema brasileiro. Ainda assim, com todos os defeitos, “O Brasileiro João de Souza” representa mais um esforço digno de atenção, e deve ser visto. Mas com as devidas reservas. (CENA MUDA, 07/03/1944, p.14).

Na mesma coluna *Fala o Amigo Fan*, semanas depois, o expectador Laurentino Lima comenta:

Há poucos dias entrando na minha barca para Niterói, e portanto com 30 minutos pela “proa” para matutar sobre o primeiro assunto de um jornal, ou sobre qualquer coisa que me houvesse impressionado durante o dia, o Cinema Brasileiro foi o meu assunto. [...] ontem, exatamente ontem, me convenci que o cinema nacional já poderia vencer. Ontem eu vi um filme que tinha direção, sequência, fotografia e bom senso de cinema. O filme foi O BRASILEIRO JOÃO DE SOUZA e foi a primeira vez (na minha opinião) que se fez cinema nestas plagas, foi a primeira vez que se fez um drama e não se caiu no ridículo. O BRASILEIRO JOÃO DE SOUZA tem cinema, foi DIRIGIDO e, além do mais, teve também direção artística. Esse homem que fez o papel de Mário, Bob Chust, que deve contar apenas umas vinte e tantas primaveras, é o responsável por esta fita. Bob, aqui fica para você toda a admiração deste passageiro assíduo da barca das seis, até ontem descrente do cinema nacional. Continue, Bob, continue, tens por tua “proa” o mais promissor dos futuros. (CENA MUDA, 28/03/1944, p.30).

É possível perceber que tanto a crítica especializada quanto a coluna dedicada às impressões do público comum, em textos contemporâneos ao filme, foram bastante simpáticas ao seu lançamento, apontando diversas falhas técnicas, mas atenuando as críticas ao reconhecer as dificuldades financeiras do cinema nacional de um modo geral, encontrando boas cenas em matéria de fotografia, direção ou atuação, e sempre louvando a iniciativa de, contra todas as dificuldades conhecidas, querer fazer cinema no Brasil e trazer às telas o relevante tema da Segunda Guerra Mundial.

Na galeria da história do cinema brasileiro, no entanto, *O Brasileiro João de Souza* não conquistou lugar de destaque dentre críticos ou historiadores. O filme é por vezes mencionado dentre a pequena produção dos anos 1940, mas quase sempre superficialmente.

Um dos poucos comentários não elogiosos ao filme está em um texto do conceituado crítico Pedro Lima, em 1946 (*O CRUZEIRO*, 26/01/1946, p.24). Em uma matéria que analisa uma entrevista de Bob Chust a outro repórter da revista *O Cruzeiro*, Lima classifica *O Brasileiro João de Souza* como “um filme igualzinho aos outros, com uma ou outra cena apresentável” e credita tais cenas apresentáveis como fruto da direção de Ziembinski, o assistente de Bob Chust que também estreava no cinema brasileiro. “[Bob Chust] entrou para o rol dos produtores sem ‘chance’, porque seu trabalho fracassou, uma vez que ficou muito aquém das nossas possibilidades”.

Uma das críticas negativas feitas ao filme, alguns anos depois, está na rápida menção de Alex Viany, que à época do lançamento já era crítico de cinema e jornalista, em seu livro publicado em 1959 e reeditado em 1987: “Fora da Atlântida, pouco se fez nesse período que mereça registro especial. Em 1943, o paraguaio Bob Schust [sic] realizou *O Brasileiro João de Sousa* [sic], fraquíssima tentativa de explorar dramaticamente a guerra nas costas brasileiras.” (VIANY, 1987, p.102).

Na significativa obra *70 anos de cinema brasileiro* o filme *O Brasileiro João de Souza* é mencionado quando os autores discorrem sobre a produção dos anos 1940. Ao mencionar “nossa participação na Segunda Guerra Mundial”, os autores comentam que “esse último acontecimento inspirou a fita ‘O Brasileiro João de Souza’” (GONZAGA; GOMES, 1966, p.89). Trinta anos depois, em obra publicada *post-mortem*, o mesmo Sales Gomes aponta, quase nas mesmas palavras, o cenário político:

Durante o período que estamos focalizando [1933-1949], foi a vida nacional sacudida por episódios políticos dramáticos: golpe comunista, golpe integralista, golpe de Getúlio Vargas, golpe contra Getúlio Vargas, nossa participação na Segunda Guerra Mundial... Mas só esse último acontecimento inspirou nossa ficção cinematográfica no drama *O Brasileiro João de Sousa* [sic]; duas chanchadas também foram feitas, *Samba em Berlim* e *Berlim na batucada*, de Luiz de Barros [...] (GOMES, 1996, p.75)

É interessante que, embora este não seja o assunto de sua narrativa, o autor deixa transparecer relativa surpresa com a ausência de eventos então recentes e determinantes da política nacional do período nas representações cinematográficas. Essa sentida ausência na cinematografia nacional

também é externada por Alex Vianny quando fala de quatro filmes lançados entre 1931 e 1932, sendo três sobre o Movimento Tenentista e a Revolução de 1930 e um sobre um episódio da Guerra do Paraguai: “Cessou aí, entretanto, essa promissora aproximação entre o cinema e os fatos históricos do Brasil.” (VIANNY, 1987, p.97).

É possível que este aparente esquecimento sobre o filme e seu diretor esteja associado a questões práticas (como, por óbvio, o desaparecimento do material fílmico), questões conceituais (a análise do filme como “de propaganda”, pró-guerra, mobilizador) ou mesmo questões de disputas sociais, já que Chust abandonou o cinema e enveredou no trabalho televisivo, frequentemente visto como menor, pouco artístico e sem valor intelectual.

## Política de Boa Vizinhança e a carreira americana de João de Souza

O historiador britânico Neill Lochery (LOCHERY, 2015, p.20) aponta como objetivo central da Política de Boa Vizinhança, criada pelo subsecretário de Estado americano Sumner Welles ainda no final dos anos 1930, “aumentar a segurança dos Estados Unidos ao salvaguardar a região das influências estrangeiras hostis”, citando como principal alvo deter a influência ítalo-germânica nos países latino-americanos. O historiador diz que americanos e mesmo britânicos preocupavam-se, já nos anos anteriores ao início da guerra, com a “simpatia da Argentina pela Alemanha” e receavam que o mesmo ocorresse no Brasil, já que a “Alemanha estava interessada em desenvolver laços com os países latino-americanos, principalmente com o Brasil, em quem enxergava grandes oportunidades comerciais”. A negociação financeira entre Berlim e o Rio de Janeiro, em que o governo alemão pagava os insumos agrícolas que consumia com a troca por produtos industrializados, e não com dinheiro, fez prosperar a parceria e ameaçou tradicionais atores comerciais brasileiros.

Para o historiador Gerson Moura, em seu clássico *Tio Sam chega ao Brasil*, “essa boa vizinhança significaria [em teoria] um convívio harmônico e respeitoso entre todos os países do continente” e “uma política de troca generalizada de mercadorias, valores e bens culturais entre Estados Unidos e o restante da América.” (MOURA, 1984, p.8). Moura salienta que o discurso oficial prometia uma “via de mão dupla” no intercâmbio, mas acabou por significar uma influência de direção única, uma “americanização” do restante do continente. Os americanos abandonavam a política intervencionista do início do século e adotavam uma estratégia de parceria e ajuda militar.

Para dar andamento ao esforço diplomático, o governo americano criou, em 16 de agosto de 1940 (MOURA, 1984, p.20), o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), traduzido livremente como Escritório de Coordenação de Assuntos Interamericanos, que funcionaria até 1946. Subordinado ao Departamento de Estado americano, seria chefiado pelo empresário e filantropo

po milionário Nelson Rockefeller. Ao longo dos seis anos, o Escritório teria empregado cerca de 140 milhões de dólares em suas atividades, mobilizando milhares de funcionários em mais de 20 países (MOURA, 1984, p.22).

Moura argumenta que, para criar um entorno de segurança e influência, consolidando-se como grande potência, o governo americano procurou, através do Escritório, “recuperar as economias combalidas dos vizinhos latino-americanos (comprando sua produção agrícola e mineral exportável), bem como estabelecer um vigoroso programa educacional, de relações culturais, de informação e de propaganda.” (MOURA, 1984, p.21). Para o historiador, o conjunto das atividades do Escritório significou para o governo americano um dos *fronts* da guerra (MOURA, 1984, p.23), particularmente antes da efetiva declaração de guerra brasileira.

A historiadora austríaca Ursula Prutsch, em artigo sobre a atuação do Escritório no Brasil durante a guerra, afirma que o DIP foi seu mais importante colaborador na área cultural (PRUTSCH, 2010, p.199). Lochery afirma que o Brasil foi o foco principal da atuação do Escritório, por uma série de fatores:

Entre eles, os principais eram a importância estratégica do litoral do Nordeste brasileiro [...], a ameaça de os alemães estabelecerem uma posição no continente americano e o efeito potencialmente desestabilizador da grande população imigrante alemã no sul do país. O Brasil também tinha o potencial de ser uma fonte abundante de borracha, da qual os americanos precisavam muito para seu esforço de guerra. (LOCHERY, 2015, p.117).

Sobre a posição estratégica do chamado “saliente nordestino”, o ponto mais próximo entre os continentes americano e africano e de projeção no Atlântico Sul, vale registrar que Natal, no Rio Grande do Norte, teve a maior base aérea americana fora de seu território e chegou a ser, em dado momento da guerra, o aeroporto mais movimentado do mundo, e ainda que Recife, em Pernambuco, funcionou como sede da IV Frota americana, base de partida para o combate aos submarinos inimigos e de proteção ao comércio marítimo mundial (LATFALLA, 2019, p.85). A respeito do destaque dado ao Brasil no contexto da Política de Boa Vizinhança, o dado material é evidente quando Latfalla afirma que o material bélico americano vendido ao governo brasileiro atingiu a cifra de 230 milhões de dólares, “mais do que o dobro do total de todas as entregas feitas aos outros países da América Latina.” (LATFALLA, 2019, p.279).

No contexto cultural, Moura divide as linhas de atuação do Escritório no Brasil em três grandes áreas: informação, saúde e alimentação (MOURA, 1984, p.32). O setor de informação, ao qual estava associada toda a atuação cultural que nos interessa, foi o “mais importante” e compreendia seções de “imprensa, rádio, filmes, análises de opinião pública e ciência/educação”. Moura afirma que a seção dedicada ao cinema recebeu grande atenção do Escritório, que compreendia seu influente papel de comunicação. Ursula Prutsch destaca o filme cinematográfico como um produto artístico,

destinado ao consumo de massa, capaz de refletir modelos e transmitir valores (PRUTSCH, 2010, p.198). Prutsch cita uma correspondência de John Hay Whitney, diretor da seção de cinema do Escritório, ao chefe Nelson Rockefeller em junho de 1942. Whitney destaca o rádio, a imprensa e o cinema como três “armas de guerra psicológica”, reforçando que o cinema seria, dentre estas, a de maior potencialidade, ao “combinar o impacto da visão e da audição”.

Quando Walt Disney esteve no Brasil, em agosto de 1941, acompanhado de John Hay Whitney e de um representante do estúdio hollywoodiano RKO Pictures, o grupo reuniu-se com Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, para desenvolver estratégia culturais conjuntas (PRUTSCH, 2010, p.199). Segundo Prutsch, os americanos queriam entender melhor o gosto do público brasileiro, as nossas possibilidades técnicas de realização e os temas a abordar e evitar, para não ter problemas com a censura. O representante brasileiro sugeriu obras com artistas brasileiros, e que abordassem temas educativos e históricos.

Os americanos logo começariam a trabalhar. No campo do cinema de ficção, o Escritório influenciou estúdios de Hollywood solicitando que os filmes americanos a serem exportados para o crescente mercado latino não difundissem imagens negativas do próprio país e de suas instituições (Moura exemplifica com a questão racial) ou trouxessem temas que pudessem “ferir suscetibilidades” dos latino-americanos (como exemplo, os caricatos “bandidos mexicanos” dos filmes de faroeste), incentivando a produção de temas mais “simpáticos” para a união continental. Atrelada a esta produção foram promovidas turnês de estrelas do cinema americano aos países latinos, e de artistas latinos aos Estados Unidos. Moura cita as visitas de Tyrone Power, Bing Crosby, Cesar Romero, Orson Welles e John Ford ao Rio de Janeiro, reforçando as bilheterias e o mercado dos filmes americanos no Brasil (MOURA, 1984, p.38). No sentido inverso, estiveram nos EUA e lá trabalharam Ary Barroso e Carmen Miranda, que lá passou a residir. A apoteose desta relação americano-brasileira no campo do cinema ficcional é exemplificada com a criação, pelos estúdios Disney, do personagem Zé Carioca, um papagaio verde e amarelo, típica caricatura do malandro carioca, que estrelou os longas-metragens *Alô, Amigos!* (1943) e *Você já foi à Bahia?* (1944), símbolos da Política de Boa Vizinhança (MOURA, 1984, p.39).

No campo do cinema documental, o Escritório patrocinou diretamente a produção de diversos documentários de aspectos “naturais, sociais, científicos e técnicos”. Segundo Moura, os filmes sobre a América Latina a serem exibidos nos EUA focavam em aspectos históricos, folclóricos, associados à natureza e à vida comum da população. No inverso, os filmes americanos destinados ao mercado latino exibiam as indústrias, o material bélico, os avanços científicos e seu sistema educacional e cultural (MOURA, 1984, p.41).

Moura destaca que os americanos estavam preocupados em fazer com que os filmes efetivamente chegassem aos cinemas brasileiros, informando que, somente no ano de 1943, o Escritório

“patrocinou 8.698 sessões de cinema no Brasil, que alcançaram cinco milhões de pessoas.” (MOURA, 1984, p.41). O autor, no entanto, não informa quais filmes teriam sido exibidos, por quem foram diretamente produzidos, os cinemas que realizaram as sessões e nem cita nenhuma fonte para tais números.

É bastante interessante notar que Gerson Moura, em seu detalhado levantamento sobre as atividades do Escritório de Coordenação de Assuntos Interamericanos no Brasil, não menciona nenhuma produção ficcional aqui realizada, nem mesmo incentivada ou patrocinada. Como impacto na produção nacional o historiador levanta apenas cerca de 122 filmes documentários patrocinados pelo Escritório, em português, sem informar quem os teria efetivamente produzido, sendo muitos deles sobre o esforço de guerra brasileiro e nossa exploração de matérias-primas, assuntos que interessavam diretamente ao governo americano (MOURA, 1984, p.42). Os exemplos ficcionais que o autor fornece, todos na produção americana, são de sugestão, incentivo ou solicitação do Escritório, não de sua produção direta, como o caso Disney. A única iniciativa de produção direta seria o filme não concluído de Orson Welles, que Moura não aborda.

O filme nacional *O Brasileiro João de Souza* começou a ser produzido no final de 1942, pouco após a declaração de guerra do Brasil e alguns meses após o fracasso do projeto *É tudo verdade*, dirigido pelo consagrado cineasta americano Orson Welles, cancelado por volta de abril. O documentário misturado com ficção, filmado no Brasil e encomendado pelo governo americano, teve a interferência direta do presidente americano Franklin Roosevelt, que solicitou a Welles que viesse ao Brasil para dirigi-lo (LOCHERY, 2015, p.162), e uma espécie de supervisão do Departamento de Turismo do DIP, que escolheu a temática: o carnaval do Rio de Janeiro. O filme deveria ser “a cereja do bolo recém assado das relações entre os Estados Unidos e o Brasil” (LOCHERY, 2015, p.161), um épico para coroar o esforço de guerra conjunto e o pan-americanismo, patrocinado pelo Escritório de Assuntos Interamericano e por executivos de Hollywood. Após sucessivos aumentos de gastos, um acidente fatal durante as filmagens com os jangadeiros nordestinos que chegavam à cidade e notícias sobre as farras e aventuras sexuais de Welles pela cidade do Rio de Janeiro, onde tornou-se popular e querido, os executivos do estúdio hollywoodiano RKO Pictures suspenderam a produção. Welles esteve no Brasil entre fevereiro e abril de 1942, chegando logo após o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo.

Ainda no aspecto da Política de Boa Vizinhança, como abordado por Lochery, o cineasta americano John Ford esteve no Brasil no primeiro semestre de 1943 para produzir um documentário “sobre as contribuições do Brasil ao esforço de guerra dos Aliados”, material que o historiador classifica de “curta-metragem estereotipado de propaganda de guerra” (LOCHERY, 2015, p.222). No ano seguinte, a uma semana do lançamento comercial de *O Brasileiro João de Souza*, uma das publicações que anuncia sua exibição traz o título “John Ford chegou a ver ‘O Brasileiro João de Souza’ – e gos-

tou!” (O JORNAL, 11/02/1944, p.6). O texto informa que, “quando o grande cineasta do cinema norte-americano” esteve no Rio de Janeiro, as filmagens já estavam concluídas e Bob Chust teria exibido sua obra ao colega americano que, segundo a publicação, “o achou bom, elogiando mesmo a vibração de várias seqüências” e reforça que Ford “não estava apenas sendo amável, mas sincero.”. É mais uma clara associação do filme nacional à Política de Boa Vizinhança e, claro, uma grande propaganda aos futuros espectadores, chancelando a qualidade da obra não apenas com o suposto comentário de um cineasta de sucesso, mas de um cineasta americano de sucesso.

Outra menção ao fato está em uma matéria de três páginas, ilustrada com muitas fotografias, sobre a produção do filme, publicada no jornal *Carioca*. Abaixo de uma fotografia do ator Sandro Roberto interpretando João de Souza, Gustavo Alberto, que assina o texto, informa que, quando o filme foi exibido a Ford, o cineasta “classificou o trabalho do jovem artista como soberbo” (CARIOCA, 18/09/1943, p.29). Chust também reforça esse elogio feito por Ford em entrevista sobre o filme em junho de 1943 (CENA MUDA, 29/06/1943, p.4).

Não é possível comprovar se John Ford de fato assistiu ao filme, tampouco, por óbvio, os comentários que teria feito sobre a “vibração” de suas cenas ou a “soberba” atuação de seu protagonista.

No sentido inverso da cooperação cultural, o Brasil conseguiu enviar pouco de sua produção para os EUA, como já destacado por Gerson Moura no processo de “americanização” do continente. Prutsch afirma que os filmes brasileiros “não tiveram a chance de conquistar o mercado americano” (PRUTSCH, 2010, p.202) e cita como único exemplo *O Brasileiro João de Souza*, “um melodrama de propaganda, escrito por Adolfo Chust sobre a contribuição brasileira na guerra contra a ameaça alemã.”.

De fato, após grande campanha de publicidade, muita expectativa e uma carreira no Rio de Janeiro e em São Paulo, *O Brasileiro João de Souza* finalmente alçou a tão prometida carreira internacional. O filme teve uma exibição com pompa no Marquis Theatre, em Nova York, em 01 de novembro de 1944. Embora não tenha sido possível confirmar se o filme recebeu apoio financeiro, logístico ou de propaganda do Escritório de Coordenação de Assuntos Interamericanos ou dos governos brasileiro e americano para sua produção, o mesmo não ocorre com esta exibição internacional. A reportagem especial da revista *A Cena Muda* (CENA MUDA, 19/12/1944, p.8) sobre o fato é ilustrada com o recibo do envio de uma cópia do filme para os EUA e do convite para a exibição em Nova York: o primeiro documento, em português, é no papel timbrado do Coordinator of Inter-American Affairs (com endereço na Avenida Graça Aranha, no Centro do Rio de Janeiro) e é assinado por William W. Murray, então diretor da seção de cinema do Escritório; já o convite, em inglês, é emitido pela Motion Pictures Society for the Americas (MPSA). Essa entidade foi fundada como uma organização sem fins lucrativos por produtores de Hollywood em março de 1941, com a finalidade de intermediar as demandas do Escritório, atuando de certa forma subordinada a ele, para a produção

de filmes de “interesse nacional” e voltados para o mercado latino-americano, com as características que o Escritório desejava e precisava. A MPSA também atuou com filmes educativos e organizando sessões de exibição para “audiências selecionadas” (PRUTSCH, 2010, p.198), do que a exibição do filme brasileiro é significativo exemplo.

Não há qualquer dúvida de que este lançamento internacional esteve diretamente inserido no contexto da Política de Boa Vizinhança. Orlando de Barros caracteriza a exibição de *O Brasileiro João de Souza* em Nova York, ainda durante o desenrolar da guerra, como uma demonstração da “efetiva aliança dos governos Roosevelt e Vargas, em resultado prático da política de boa vizinhança que o presidente norte-americano havia posto em ação para obter a adesão do continente à causa dos aliados.” (BARROS, 2010, 62).

Na mencionada reportagem especial sobre o fato, assinada pelo jornalista José Lucas, o paraguaio Bob Chust é apresentado, já no título, como “um cineasta brasileiro nos Estados Unidos”. Segundo o texto, “a maior revista cinematográfica da América” teria classificado Chust, após a exibição do filme, como o “Orson Welles brasileiro”. O autor também destaca o apoio do Escritório de Assuntos Interamericanos para a exibição, afirmando que “pela primeira vez na história do cinema, um filme brasileiro é lançado nos Estados Unidos como qualquer produção dramática estrangeira [...]”. O filme foi, provavelmente, o primeiro longa-metragem brasileiro a ser exibido nos EUA, em um cenário de pouca projeção internacional de nosso cinema.

A questão do idioma é bastante importante para este aspecto internacional. O convite para a exibição do filme de Chust, no qual ele é anunciado como “first brazilian dramatic film production” a ser exibido nos EUA, informa, abaixo do título original em português, “in portuguese” entre parênteses, transmitindo a ideia de que, além de não ter sido dublado, também não haveria legenda. Na mesma sessão foi exibido um curta-metragem documental sobre Belo Horizonte, este em inglês, anunciando a cidade como “one of the World’s most interesting model cities” (CENA MUDA, 19/12/1944, p.9).

Na conclusão da reportagem nacional, José Lucas apresenta a tradução de uma crítica da revista *The Hollywood Reporter*, que o chama já no subtítulo de “arrojado filme antinazista” e uma “produção que transpôs as limitadas possibilidades e venceu” (CENA MUDA, 19/12/1944, p.8). A crítica americana reforça que é a primeira vez que um filme brasileiro é exibido em qualquer parte dos EUA, chamando de “primeiro esforço no campo dramático” após uma “produção limitada de curtas e cinejornais”, e destaca que a sessão de exibição patrocinada pela Sociedade Cinematográfica para as Américas (Motion Picture Society for the Americas) contou com “uma grande audiência, composta na sua maioria por destacadas personalidades da indústria”, reforçando nossa hipótese da estreita relação entre *O Brasileiro João de Souza* e a Política de Boa Vizinhança. A crítica americana prossegue descrevendo o enredo do filme com grandes elogios, sempre ressaltando as dificuldades financeiras

e técnicas que a produção teve de enfrentar, elogiando Chust e o resultado “possível”. Destaca ainda os esforços do Escritório para sua exibição “em caráter informativo”, afirmando que, “com legendas em inglês, o filme poderá perfeitamente servir a um mercado que aceite o cinema estrangeiro.” Não parece, no entanto, que isso tenha ocorrido. Essa é a única exibição do filme nos EUA documentada.

## Conclusão

Neste artigo procuramos reconstituir parte da trajetória do filme *O Brasileiro João de Souza* (Bob Chust, 1944) e demonstrar a importância da obra para a historiografia do cinema nacional e da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Além de ser o primeiro filme brasileiro sobre a nossa participação na guerra e o único produzido durante o conflito, pode ser visto também como um destacado símbolo no esforço bilateral da Política de Boa Vizinhança, ao ser o primeiro longa-metragem nacional exibido nos EUA, em novembro de 1944.

Na presente abordagem, quando optamos por nos referir somente aos longas-metragens de ficção, não se trata, em absoluto, de excluir ou negar o valor artístico e comunicativo de curtas-metragens e médias-metragens, bem como do formato documental. O longa-metragem de ficção foi escolhido como parâmetro por sua penetração narrativa popular. O formato comercial desses filmes propicia o grande alcance ao público, fazendo dele a referência padrão de uma cinematografia e sendo, portanto, a maneira mais eficaz de se transmitir uma mensagem de massa. O longa de ficção é a síntese do cinema de massa. O longa-metragem de ficção é a mais poderosa ferramenta comunicativa dentro do audiovisual cinematográfico. No tocante à transmissão de uma mensagem em caráter nacional, apenas este formato permite afirmarmos que existe uma narrativa coletiva sobre o tema.

Para reconstituir o enredo, a narrativa e o impacto do filme, recorreremos particularmente às fontes jornalísticas do período, uma vez que não existem mais cópias de exibição de *O Brasileiro João de Souza*, tido como “filme perdido”.

Fica evidente a importância do filme no contexto da Política de Boa Vizinhança não apenas por sua exibição em Nova York, intermediada pela MPSA, mas também por toda a aura americanizada que circulou a produção e a divulgação do filme, a cobertura da imprensa, as comparações e menções a diretores e artistas americanos, o apoio estatal brasileiro (particularmente no episódio do submarino cedido pela Marinha do Brasil às filmagens).

O filme *O Brasileiro João de Souza* esteve prenhe de significados para nossa história quando consolidou em sua narrativa diegética as razões que levaram o Brasil à guerra e a nossa atuação ao lado dos Aliados; e, em sua trajetória de exibição e propaganda, descortinou um elemento nacionalista, uma tentativa de superprodução e um reforço efetivo na aliança Brasil-EUA, algo particular-

mente pouco realizado no campo cultural, com uma inversão de sentido: exportação do Brasil para os EUA, embora em escala circunscrita.

Cumprir ressaltar, por fim, que o grande destaque deste filme de guerra, pela própria temporalidade, é a Batalha do Atlântico e não a campanha europeia da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que ganharia mais destaque nas poucas produções subsequentes. Na Batalha do Atlântico o Brasil perdeu a maior parte das vidas sacrificadas, empregou elevados recursos e a maior parte de seu efetivo, além de ser o contexto trágico que nos levou à declaração de guerra e a mais próxima experiência de guerra nacional, com invasões de nossas águas territoriais e corpos de náufragos chegando às praias.

Como um “lugar de memória” da Batalha do Atlântico o filme parece cumprir parcialmente a função, já que fica evidente, pela crítica da época, que, apesar do fundamental apoio da Marinha do Brasil para as filmagens com o objetivo de uma “superprodução realista”, as precariedades técnicas e orçamentárias limitaram os efeitos pretendidos pela cena do torpedeamento do navio mercante, central para a narrativa fílmica e para o registro histórico. A cena é comparada, sempre em desvantagem, com filmes de guerra “americanos e ingleses”, sendo apontada como importante e marcante, mas insuficiente, falha e curta. Por esse apoio institucional, destacado em quase todas as críticas, o Arquivo da Marinha, guardião de sua documentação histórica, torna-se, por excelência, também um “lugar de memória” do próprio filme a ser melhor explorado em suas fontes primárias.

É, por fim, com o desejo de que um conflito assim jamais se repita que lembramos desta história.

# Pontos de interseção da participação brasileira nas duas guerras mundiais

Interesting points of brazilian participation in two world wars

André Luís Woloszyn<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente e breve artigo se debruça sobre a participação brasileira nas guerras mundiais em 1918 e 1942 dando ênfase a diversos pontos de interseção da conjuntura interna e externa que permaneceram inalterados, embora o intervalo de tempo de 25 anos entre um e outro conflito. Analisa decisões que comprometeram a participação das forças armadas na Grande Guerra assim como aquelas que possibilitaram o envolvimento total do Brasil em 1942, na Segunda Guerra Mundial, quando da declaração de beligerância contra Alemanha e Itália. Conclui acerca da importância de uma visão estratégica ampla de parte dos governantes que se refletirá na capacidade de defesa do país face a ameaças internas e externas.

**Palavras-chave:** Guerras Mundiais; Brasil; Beligerância; Conjuntura Interna; Pontos em Comum.

**Abstract:** The present and brief article focuses on the Brazilian participation in the world wars in 1918 and 1942, emphasizing several points of intersection of the internal conjuncture that remained unchanged, although the time interval of 25 years between one and another conflict. It analyzes some decisions that compromised the participation of the armed forces in the Great War, as well as those that made possible the total involvement of Brazil in 1942, when the belligerence was declared against Germany and Italy. It concludes about the importance of a broad strategic vision on the part of the government that will be reflected in the country's defense capacity in the face of constant internal and external threats.

**Keywords:** World Wars; Brazil; Belligerence; Internal Situation; Common Points.

---

<sup>1</sup> Analista de Assuntos Estratégicos, oficial de Inteligência da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), diplomado em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra (ESG). Acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB) e Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

## Introdução

A participação do Brasil em ambas as guerras mundiais é separada por um intervalo de tempo de 25 anos, considerando as datas de 26 de outubro de 1917 e 21 de agosto de 1942, quando da declaração brasileira de Estado de Guerra contra o império Austro-Húngaro e de beligerância, contra Alemanha e Itália, respectivamente.

Embora em contextos tecnológicos distintos, existe uma interseção de pontos que revelam similaridade em ambas as participações que passaremos a discutir neste artigo e dizem respeito a conjuntura interna, econômica, política e militar.

Parcela destas, atribuídas ao acaso, outras, de natureza estratégica, envolvendo política e gestão governamental, ligadas as forças armadas que se mantiveram inalteradas, tanto em 1917 como em 1942.

Em uma análise preliminar destes dois cenários distintos, fica evidenciado que o país não possuía as condições mínimas para se envolver belicamente nestes conflitos, face a sua amplitude e complexidade. Parcela significativa disso, se devia ao estado deplorável que se encontravam as forças armadas, especialmente, a Marinha, que em 1917, sofria com o corte de recursos que reduzia sensivelmente sua operacionalidade marítima a tal ponto que a esquadra dependia, inclusive, de reparos técnicos e de combustível vindos do exterior.

O Exército, por seu turno, padecia da falta de efetivos, instrução, equipamentos e armamentos mais sofisticados além de uma cadeia logística adequada, fatores que contribuíam para uma baixa estima geral enquanto a aviação naval e do Exército dava seus primeiros passos na observação aérea e regulação de disparos de artilharia, de maneira tímida.

Em 1942, já defasadas tecnologicamente, sua força operacional também se apresentava incapaz de fazer frente ao poderio bélico da Alemanha nazista, especialmente, contra a guerra submarina da Kriegsmarine e da aviação de caças e bombardeiros da Luftwaffe. Sem a assinatura do Acordo Militar Brasil - Estados Unidos, uma estratégia arrojada, que previa o reequipamento das forças armadas brasileiras com treinamento, armas, navios e aviões norte-americanos, teríamos tido um papel coadjuvante.

Embora em condições desfavoráveis, a participação brasileira nestas guerras foram decisões eminentemente políticas, adotadas sob intensa pressão política e popular. Mais do que seguindo uma tendência de colaboração hemisférica, ambas as decisões foram na perspectiva recaiu na possibilidade real de um protagonismo diplomático na política internacional do pós-guerra, além dos direitos aos despojos dos vencidos, o que é uma tradição.

Tais objetivos, foram parcialmente atingidos. Em 1919, ao finalizar a Grande Guerra e inobstante um envolvimento acanhado, participamos efetivamente da implantação da Liga das Nações

com uma delegação no Tratado de Versalhes, situação que não ocorreu em 1945, quando da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) onde o Brasil almejava um assento permanente junto as nações vencedoras no Conselho de Segurança (CSNU) por sua colaboração.

Acerca desta questão, não há consenso sobre o principal motivo da não inclusão do Brasil no CSNU. Contudo, historiadores e outros pesquisadores atribuem, em parte, a negativa do governo Vargas em permitir que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) permanecesse na Europa, como tropa de ocupação, em apoio aos EUA que emergiu como o grande vencedor do conflito junto a URSS.

## Os pontos de interseção na conjuntura interna e externa

O primeiro ponto que merece destaque foi a indecisão inicial dos governos dos Presidentes Venceslau Braz e Getúlio Vargas, em emitir a declaração de guerra, após o rompimento das relações diplomáticas, mesmo após sucessivos ataques de submarinos alemães a unidades navais mercantes brasileiros.

Interessante destacar que, em ambos os conflitos, do rompimento das relações diplomáticas até a declaração de guerra, passaram-se 6,5 meses, na esperança de uma mudança de cenário. Na Primeira Guerra Mundial, o rompimento ocorreu em 11 de abril de 1917 enquanto a declaração de Guerra apenas em 26 de outubro de 1917. Na Segunda Guerra Mundial, o rompimento ocorreu em 28 de janeiro de 1942 e a declaração de beligerância, em 21 de agosto de 1942.

Esta indecisão, é atribuída, em grande medida, ao desejo de manter a neutralidade e, conseqüentemente, as relações comerciais e intercâmbios culturais com a Alemanha, mas não apenas isso.

Havia nestes governos, significativo número de funcionários públicos ocupando funções no alto escalão, de origem germânica, que não desejavam a participação brasileira auxiliando a Tríplice Entende e os aliados, defendendo uma posição de neutralidade. Um dos exemplos deste contexto em épocas distintas repousam nas figuras do Ministro das Relações Exteriores de Venceslau Braz, Lauro Müller, e do Chefe de Polícia de Vargas, Filinto Müller.

Sem parentesco entre ambos, o primeiro foi manifestamente contrário a declaração de guerra tornando-se um crítico da política de Braz e, por este motivo, pressionado a se demitir do cargo, substituído por Nilo Peçanha. O segundo, seria acusado de ignorar as operações de espionagem realizadas por agentes da Abwehr,<sup>2</sup> no Brasil durante a Batalha do Atlântico, situação que gerou sua demissão.

---

<sup>2</sup> A Abwehr expressão que significa Defesa, foi o mais importante órgão de informações e contrainformações das forças armadas da Alemanha, criado no ano de 1920, quando do término da Grande Guerra, fruto das deficiências encontradas na busca, coleta e análise de informações neste conflito. Durante a 2ª Guerra Mundial, esteve sob a chefia do Almirante Wilhelm Canaris que em 1944 seria destituído e preso, executado por ter tomado parte da Operação Valquíria, um complô para matar Hitler, junto com outros oficiais de alta patente.

O segundo ponto foram as motivações das declarações de guerra em 1917 e 1942, considerados estopim para o envolvimento direto dos brasileiros nestes dois conflitos. O ataque e afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, gerando pressões políticas e populares. Na Primeira Guerra Mundial, com o afundamento do navio mercante Macau, quando navegava pela Baía de Biscaia, torpedeado pelo submarino alemão U-93, em 18 de outubro de 1917.

Anteriormente, em 04 de abril de 1917, o vapor Paraná, um dos maiores navios da Marinha Mercante foi torpedeado pelo submarino alemão U-B32 na costa francesa quando transportava um carregamento de 95 mil sacas de café e feijão, resultando na morte de três tripulantes, episódio que gerou revolta popular e motivou o rompimento das relações diplomáticas com o Império Austro-Húngaro, em 11 de abril de 1917.

Na Segunda Guerra Mundial, o estopim ocorreu quando o submarino alemão, U-507, afundou em um só dia, cinco unidades navais mercantes na costa brasileira, em 15 de agosto de 1942, resultando na morte de 616 pessoas, entre tripulantes e passageiros, incluindo mulheres e crianças, fato que acarretou revolta geral na população e desejos de vingança.

Uma questão de se manteve em sigilo na época foi o fato de que nos navios mercantes afundados Baependi e Itagiba, se encontrava embarcada uma unidade de Artilharia do Exército brasileiro, o 7º Grupo de Artilharia de Dorso, composta por 247 militares. Destes, apenas 11 se salvaram no Baependi e 81 no Itagiba. Os demais 155 militares, cerca de 65% daquela unidade foram considerados desaparecidos pelas autoridades. (AGRESSÃO, 1943, p.73-74-75)

Tais ataques premeditados, a exemplo de 1917, também geraram revolta generalizada na população que respondeu com atos de vandalismo e depredações a propriedade privada de alemães e italianos, gerando instabilidade interna.

É preciso destacar, neste contexto, que as unidades da Marinha Mercante brasileira não possuíam nenhuma proteção em 1917. Campbell assevera que entre 1939-1945 este status permaneceu inalterado pois nenhuma unidade era dotada de radar, equipamentos de proteção, como os coletes salva-vidas, eram de cortiça, contrariamente aos coletes norte-americanos de plástico e mais leves. As baleeiras eram velhas e extremamente pesadas sendo necessária toda a guarnição do convés para retirá-las. As horas mais críticas eram a do crepúsculo e do alvorecer, momento em que os submarinos podiam vislumbrar a silhueta dos navios. Os periscópios dos submarinos eram praticamente invisíveis aos olhos dos observadores dos navios. (CAMPBELL, 1992, p.56)

O terceiro ponto de interseção foi a importância estratégica da guerra marítima em ambos os conflitos, motivada pelas rotas de abastecimento de produtos agrícolas e matérias primas aos países em guerra além do abastecimento para as tropas aliadas que atuavam no teatro de operações da Europa, posteriormente da Ásia e África, notadamente, no fornecimento de suprimentos como

armamentos, munições, equipamentos, combustível e rações alimentares, provenientes dos EUA, direcionados a manter as condições operacionais das diferentes frentes de batalha.

Neste contexto, tornava-se vital para as forças do Império Austro-húngaro e posteriormente do Eixo, cortar esta fonte vital de abastecimento a qualquer custo, o que significaria o enfraquecimento destas frentes e, conseqüentemente, maiores chances para uma vitória alemã na Europa e na África.

O quarto ponto, foi o estado de sucateamento geral das forças armadas brasileiras face aos baixos investimentos, especialmente, na Marinha e no Exército, tanto em efetivos como em materiais, treinamento adequado e tecnologias. Em nenhum dos casos, se tais forças tivessem sido submetidas a uma inspeção rigorosa, haveria condições operacionais de emprego imediato.

Esta condição, se materializaria nos inúmeros reveses obtidos pela Divisão de Operações Navais de Guerra (DNOG) logo ao zarpar de Fernando de Noronha, em 1918 na direção a costa africana. Segundo Vinhosa, era prática dos governos da República, quando tinham necessidade de apelar para o corte de despesas, visar a todos os ministérios, mas os mais afetados eram as pastas militares, invocando a política de paz com seus vizinhos. (VINHOSA, 2015, p.155)

Este status é paradigmático uma vez que sucessivos governos recorriam, constantemente, a estas para debelar conflitos que ameaçavam a instabilidade e a governança do poder central.

Por outro lado, a contrário-sensu, as graves deficiências apresentadas pelas forças armadas em ambos os conflitos e condicionantes da participação brasileira eram de conhecimento do alto escalão militar e estrategistas políticos, tanto que foram elaborados planos que previam recursos materiais e treinamento. Em 1917, o plano de criação de uma força expedicionária foi elaborado secretamente pelo estrategista de política externa, João Pandiá Calógeras. Esta tropa, segundo o plano estabelecia, receberia armas, equipamentos e treinamento militar em solo francês, financiada com empréstimos bancários norte-americanos, cuja quitação se daria pelas compensações impostas às potências derrotadas no pós-guerra. (MCCANN, 2007, p.283)

Em 1942, a Aliança Militar Brasil-EUA foi mais efetiva e os diferentes acordos como o de arrendamento com os EUA, assinado em 28 de janeiro de 1942, foram decisivos para possibilitar a participação brasileira na Batalha do Atlântico, durante a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, criou condições para a criação e envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao teatro de operações da Itália, além de manter duas outras divisões treinadas na defesa do território nacional.

O quinto ponto, se refere a imigração alemã e italiana, concentrada na região sul do país e no Estado de São Paulo. Em 1917, a maior preocupação, que ameaçava seriamente a oligarquia e a aristocracia rural que dominavam a política e a economia, provinha das ideias anarquistas e comunistas destes imigrantes, que começavam a ser disseminadas nos clubes, igrejas e nas próprias comunidades.

Em 1942, o foco recaiu sobre supostos simpatizantes do nazifascismo que poderiam colaborar com os agentes da Abwehr, em ações de espionagem, fornecendo dados e informações confidenciais acerca do movimento e quantidade de tropas, equipamentos e outros assuntos. Vale lembrar, que o Partido Nazista era legalizado entre 1930 e 1938 e possuía o maior número de filiados fora do território Alemão, contando com cerca de 2.980 filiados, distribuídos em 17 estados. (STANLEY, 1977, p.244)

O sexto e último ponto apresentado se refere a conjuntura interna nos campos político, econômico, social e industrial. Tanto em 1917 como em 1942, a política brasileira estava voltada, essencialmente, para assuntos internos, notadamente a instabilidade político-social o que não permitiu uma visão estratégica a longo prazo acerca do papel que poderia desempenhar no cenário internacional e na necessidade de preparação para enfrentamento das ameaças externas que, certamente, não teria condições de se contrapor, mesmo na defesa do território nacional.

A economia residia essencialmente na agricultura e na pecuária, as poucas indústrias como a têxtil, eram inexpressivas e sem condições de competitividade. O alto índice de analfabetismo persistia na população, predominantemente rural, o que se refletiu no efetivo das forças armadas que participaram destes dois conflitos.

Sob o ponto de vista da conjuntura externa, é possível argumentar que o país se encontrava em posição de isolamento, não possuindo qualquer tipo de visibilidade e influência política, tanto em 1918 como em 1942, lembrado apenas como uma possibilidade remota de investimentos e exportador de produtos agrícolas e minério de ferro. Os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, com a crescente demanda por outros produtos, considerados estratégicos, o país despertaria para a exportação da borracha e obteve um salto na exportação de minério de ferro para suprir as indústrias bélicas dos aliados, cujos maiores fornecedores, estavam sob domínio nazista.

## Sucateamento e orçamento insuficiente

Ao participar da Primeira Guerra Mundial, as forças armadas (Marinha e Exército) estavam submetidas a um orçamento insuficiente para prover suas necessidades básicas, somado a falta de uma manutenção técnica de qualidade, pela inexistência de especialistas.

Chama a atenção para o fato de que mesmo após esta participação, por 25 anos, o orçamento e os investimentos permaneciam insuficientes e podemos dizer que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi uma surpresa e, em uma análise preliminar, improvável.

Na Marinha de Guerra, a situação em 1918 era alarmante, conforme descreve vinhosa:

Todas as embarcações da Marinha haviam sido construídas em 1910, o que significa que em 1918, quando retornaram aos mares da Europa, tinham mais de oito anos de utilização, esta-

vam superados além do fato de que quando foram construídas, os submarinos ainda não eram utilizados como arma de guerra. Os navios eram movidos a vapor, produzido pelo carvão, enquanto os modernos já utilizavam óleo combustível. Não possuíam hidrofones, radares e não havia maneira adequada de lançar bombas. Havia uma carência de combustível pois não possuindo estaleiros, fábricas de munição e equipamento de reposição, a esquadra se mantinha com os estoques existentes desde o período pré-guerra, sem possibilidade de reposição, limitando em muito a sua operacionalidade. (VINHOSA, 2015, p. 164-165)

Em 1942, na Batalha do Atlântico, tal situação permanecia inalterada. A maioria de seus navios eram veteranos da guerra anterior, alguns ainda com casco de madeira, e não possuíam as modernas tecnologias, recentemente criadas, como o radar centimétrico, o sonar e o radiogoniômetro, tampouco armamento apropriado para a guerra antisubmarina. Era necessária urgência em seu reaparelhamento para fazer frente a Marinha Alemã, o que foi feito paulatinamente. (GAMA, 1982, p.70)

No Exército Brasileiro, a situação não era diferente. Em 1918, Paula Cidade registra a situação com o seguinte relato:

A instrução continuada e metódica praticamente não existia, somente exercícios de ordem unida praticamente inúteis em um combate, sem nenhum adestramento. Só a administração e a disciplina ocupavam os comandantes de subunidade (...) A maioria dos Capitães e tenentes, matava o tempo numa sala do Estado-Maior falando da vida alheia, jogando gamão ou dominó. Faltavam alimentação, uniformes, viaturas, cavalos para a Cavalaria, canhões para a Artilharia e fuzis para a Infantaria. (PAULA CIDADE, 1952, p.25)

Em 1943, durante os preparativos para a criação da Força Expedicionária que seria enviada ao exterior, não se sabia ao certo se para a África ou Europa, as deficiências e necessidades ainda permaneciam afetas ao fator sucateamento. Esta condição desfavorável era de conhecimento do Ministro da Guerra, Gen. Eurico Gaspar Dutra, argumento possível de ser afirmado pela análise de uma das cláusulas do Convênio Adicional de 08 de novembro de 1943, parte do Acordo de Cooperação Militar Brasil – Estados Unidos, assinado em 23 de maio do mesmo ano, reproduzido abaixo:

Art.9º - O Governo dos Estados Unidos da América do Norte compromete-se a fornecer, nos termos dos ajustes em vigor e dos que vierem a ser estabelecidos, todo o equipamento da Força Expedicionária Brasileira, como armamento, munição, equipamento propriamente dito, capacetes, material de acampamento, viaturas, aviões, material de transmissão e material de engenharia. (Processo nº 5.279/43 – SG. ARQUIVO NACIONAL, 1943, p.1256- 1265)

Com relação a situação da aviação naval e do exército em 1918, era praticamente inexistente, fato compreensível em razão de estar sendo lançada e testada em combate, no teatro de Operações da França e Bélgica. O Brasil possuía, nesta época, apenas 15 aeronaves: Dois Standart para a instrução de pilotos, um Curtiss para instrução e quatro para treinamento, dois FBA de reconhecimento e seis Curtiss HS para a realização de patrulha. (Martins, 1985, p. 109-111)

Vale destacar, que o problema não estava afeto a defasagem, mas na quantidade de aeronaves e no desconhecimento da nova doutrina de combate aéreo, recentemente criada. Diante deste contexto e da necessidade de treinamento mais avançado, o Brasil contribuiria com apenas 13 pilotos navais para treinamento nos EUA e Inglaterra, deixando-os capacitados a realizar patrulhas e combates aéreos, porém, não chegaram a participar de combates aéreos. (DARÓZ, 2017, p.26)

Da mesma forma, em 1942, a Força Aérea Brasileira (FAB),<sup>3</sup> não possuía condições materiais e operacionais de participar da defesa do Atlântico, no acompanhamento e proteção aérea a comboios e patrulhamento na zona marítima brasileira. Os pilotos e as equipes de mecânicos de manutenção foram treinados nas mais modernas aeronaves da época, fornecidas pelos EUA, o mesmo ocorrendo com a Aviação de Caça, que seria enviada a Itália em 1944. (LIMA, 1980, p.227)

## **As pressões do Serviço Secreto Britânico e FBI pelo envolvimento brasileiro**

Existem registros que apontam para pressões de serviços de inteligência estrangeiros no sentido de acelerar a decisão do governo brasileiro nas declarações de Estado de Guerra em 1917 e de beligerância em 1942, por meio de ações de desinformação.

Em 02 de maio de 1916, os ingleses dariam o primeiro passo para tal desiderato quando enviaram um comunicado ao Itamaraty, acerca do afundamento do navio mercante Rio Branco, por um submarino alemão. O episódio causou comoção nacional e pressões populares para um pedido de satisfações à Alemanha. Contudo, após investigações, apurou-se que o referido navio, havia sido vendido à uma empresa Norueguesa e arrendado a armadores ingleses. Estes estavam utilizando indevidamente, a bandeira brasileira. (VINHOSA, 2015, p.102)

Tratou-se, certamente, de um episódio de desinformação na esperança de que os dados não fossem checados pelas autoridades.

Em 1940, novamente o Serviço Secreto britânico informou a Washington que cerca de seis mil nazistas estavam se dirigindo ao Brasil a bordo de navios mercantes, com o objetivo de juntarem-se a comunidade germânica local num golpe contra o Governo de Getúlio Vargas. Tal informação, nunca confirmada, alarmou Roosevelt que comunicou a Getúlio Vargas e elaborou um plano que previa o envio de dez mil soldados norte-americanos caso o plano se concretizasse e, posteriormente, mais cem mil homens na Operação denominada Pote de Ouro.

Este informe, resultou em implicações como a intensificação do trabalho da Marinha dos EUA de rastreamento das estações de rádio clandestinas no Brasil e a sugestão de Washington, em

---

3 A Força Aérea Brasileira (FAB) foi criada no ano de 1941, por meio de Decreto-Lei nº 3.302, de 22 de maio daquele ano. Sua denominação anterior era de Forças Aéreas Nacionais, uma vez que contava com aeronaves da Marinha e do Exército.

criar um serviço secreto brasileiro destinado a vigiar os súditos dos países do eixo. (STANLEY, 1977, p.244)

Outros boatos de mesma gravidade rondavam Getúlio Vargas, provindos de Washington. Dentre estes, a existência de uma conspiração nazista para derrubá-lo, de que Hitler pretendia utilizar os portos e aeroportos da região Nordeste como base para as operações da Kriesgmarine e da Luftwaffe contra os EUA e de que os alemães possuíam um exército de aproximadamente 100 mil homens treinados no Brasil, integrado por membros da colônia germânica nos estados do Sul. (COSTA, 2004, p.56)

Tais ações de desinformação cumpriram sua finalidade, fomentando um sentimento de vulnerabilidade no governo de Braz e na sociedade, em geral, enquanto que, no caso de Vargas, contribuíram para aumentar sua desconfiança, criando conspirações de que era susceptível em acreditar.

## **A hipótese da invasão do Sul pela Argentina**

Outra questão motivo de preocupações para os estrategistas civis e militares era a hipótese de invasão Argentina na Região Sul do país, presente em ambas as guerras. Na 1ª Guerra Mundial, o documento elaborado ainda no ano de 1910, intitulado “Conjecturas sobre o Plano de Operações da Argentina contra o Brasil”, pelo então Major Tasso Fragosso, quando adido militar da Embaixada brasileira em Buenos Aires, alertou o governo central desta possibilidade. (DARÓZ, 2016, p.67)

Na época, entre 1914 e 1920, a Argentina estava preparada para tal desiderato. Suas forças armadas, comparadas as do Brasil, possuíam efetivos, armamentos e equipamentos de melhor qualidade, especialmente a Marinha e, na condição de neutralidade, poderia dispô-las em sua totalidade. Esta condição foi utilizada como pretexto para o país deixar de enviar efetivos do Exército para a França.

Na Segunda Guerra Mundial, entre 1940 e 1942, período do auge das vitórias alemãs na Europa, se constituía em uma séria preocupação para o Presidente Getúlio Vargas e para os militares brasileiros uma vez que o governo de Juan Domingo Perón, era abertamente simpático ao regime nazista.

Documentos ultrassecretos obtidos pelo diplomata brasileiro, Sergio Corrêa da Costa, lotado na embaixada do Brasil na Argentina durante a Segunda Guerra Mundial revelaram que havia um plano peronista de expandir a Argentina, com o apoio de Hitler, anexando os três estados da Região Sul onde havia a maior concentração da imigração germânica no país. Costa chegou a ouvir do Mi-

nistro de Relações Exteriores argentino que “os destinos da Argentina dependem da vitória alemã”. (COSTA, 2004, p262-269)

A hipótese se solidificava pelas manobras crescentes do Exército argentino nas províncias de Corrientes e Entre Rios, fronteira com o Brasil, sob a coordenação técnica de militares alemães, o que alertou o governo brasileiro. Além disso, restou comprovado que navios mercantes argentinos se aproximavam dos comboios e os acompanhavam até serem advertidos pela escolta. O intuito era de, supostamente, informar a posição e grau de proteção do comboio ao comando naval alemão.

Em decorrência deste ambiente, somado aos boatos da inteligência britânica e norte-americana, um documento secreto do Conselho de Segurança Nacional (CSN) tratou do tema e estimava que, dificilmente se poderia impedir a invasão ao território brasileiro, pela superioridade numérica e de armamentos dos argentinos, face a concentração das forças na Região Nordeste, durante a Batalha do Atlântico.

O texto do documento ressalta, ainda, que não haveria tempo hábil para manobrar efetivos militares para a região, tampouco transporte suficiente, caso ocorresse a invasão.

## Dois submarinos inimigos afundados em 1918 e 1943

Na guerra marítima, dois episódios marcaram a participação brasileira em ambos os conflitos e convergem para o afundamento de submarinos alemães, em momentos distintos, o primeiro destes, nunca efetivamente confirmado.

Em 1918, na noite do dia 25 de agosto, durante o percurso de Freetown a Dakar, a DNOG foi atacada com torpedos por um submarino alemão desconhecido, que errou o alvo, passando a 20 metros da popa do Belmonte. Entrando em formação de combate, o Cruzador, Rio Grande do Norte, o navio mais próximo da provável localização do submarino, soltou cargas de profundidade enquanto os demais navios da esquadra efetuaram disparos de canhão na provável direção do submarino.

Inobstante inúmeras testemunhas entre a tripulação, não foi possível localizar destroços na água e muitos historiadores afirmam que não havia unidades navais alemãs naquela área. Todavia, nos relatórios elaborados pelo Almirantado Britânico, consta o desaparecimento de um submarino inimigo na mesma rota, cujo afundamento foi atribuído a DNOG,<sup>4</sup> pelo Almirante Heathcoat Grant, comandante em Gibraltar. (Almeida, 2016, p.106-107)

De maneira diversa, na Batalha do Atlântico, embora inúmeros ataques a submarinos inimigos, alguns resultando em danos aparentes, a primeira e única baixa inimiga confirmada atribuída

---

<sup>4</sup> Episódio similar ocorreu na manhã de 07 de dezembro de 1941, quando o destróier norte-americano USS Ward alegou ter afundado um mini submarino, uma hora antes do ataque japonês a Base de Pearl Harbor. A Marinha dos EUA não reconheceu a ação durante décadas, por falta de provas, até o ano de 2002, quando este submarino foi localizado próximo as coordenadas fornecidas nos registros de bordo do destróier, a 360 metros de profundidade. Podemos estar diante de um caso semelhante, em relação a ação da DNOG, na manhã de 25 de agosto de 1918.

ao Brasil ocorreu em 31 de julho de 1943, quando uma aeronave de patrulha Catalina PBY5 da FAB, pilotada pelo 2º Tenente Aviador, Alberto Martins Torres, localizou, atacou e afundou o místico U-199,<sup>5</sup> quando navegava a 100 Km da costa do Rio de Janeiro.

## Tragédias e acidentes

Tragédias são eventos previsíveis em todas as guerras, alguns naturais, outros acidentais, face ao volume acentuado das operações. A participação brasileira nos conflitos de 1918 e 1942-1945 não foram exceção, e tais eventos, ocorreram envolvendo a Marinha de Guerra.

Em 1918, as dificuldades em manter os navios em pleno funcionamento não foi o único motivo do atraso da DNOG em chegar ao destino combinado, tampouco o mais relevante. A principal motivação desta condição foi o grave surto de febre espanhola a bordo da esquadra, incluindo sua nau capitânia, o cruzador Bahia, resultando em um total de 156 mortos e outros tantos incapacitados, somando 10% de todo o efetivo da divisão.

Por estas circunstâncias, a DNOG chegou a Gibraltar, em 10 de novembro de 1918 e um dia após ocorreria a assinatura do Armistício de Compiègne, em 11 de novembro, encerrando a guerra. (HALPERN, 1994, p. 395)

Fonseca relata que após debelada a epidemia, surgiram outras duas moléstias, o beribéri e o impaludismo, baixando alguns marinheiros aos hospitais e outros ao túmulo. (FONSECA, 1953, p.17)

Em decorrência, a substituição da tripulação que perecera levou tempo a se efetivar e a esquadra partiria de Dakar somente em 03 de novembro de 1918, dois meses após aportar, rumo a Gibraltar, o que fez a grande diferença quanto a sua participação efetiva no combate marítimo.

Ao longo da Batalha do Atlântico, entre os anos de 1943 e 1945, ocorreram três outros graves incidentes. Em 08 de outubro de 1943, envolveu o submarino brasileiro Tymbira, quando realizava exercício de adestramento com uma aeronave de patrulha da Força Aérea Brasileira, fato que resultou na morte do comandante do submarino, o Capitão de Corveta, Aristides Francisco Garnier.

Ao término do exercício a aeronave agitou as asas, e nesta ação, soltou inadvertidamente uma das bombas utilizadas em exercícios, carregada com água. Em sua queda atingiu o comandante do submarino, quando este subia para o tijupá da torreta. (MARTINS & GAMA, 2006, p. 414-415)

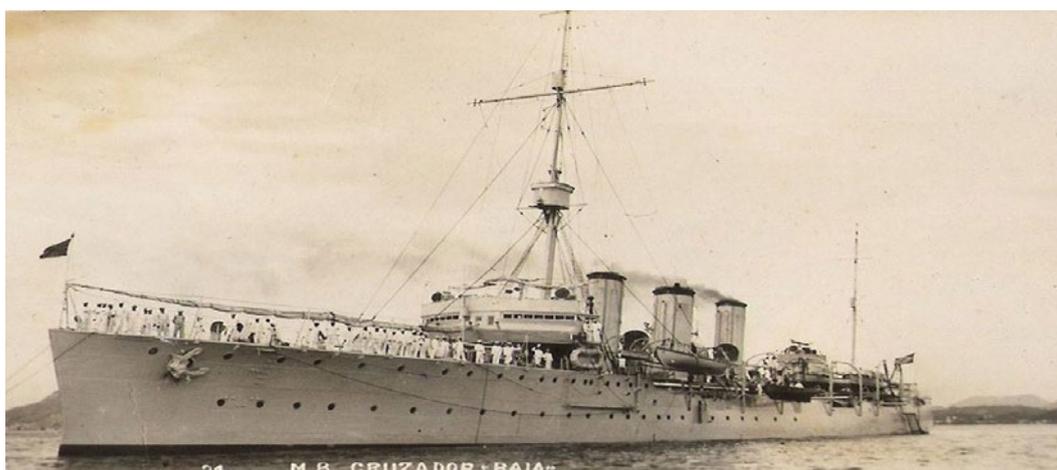
Em 21 de julho de 1944, foi a vez da Corveta Camaquã que emborcou pela força das ondas e naufragou em mar aberto, cerca de 50 Km do litoral pernambucano, fazendo 33 vítimas fatais.

---

<sup>5</sup> O submarino U-199, era comandado pelo veterano capitão Hans Werner Kraus, unidade de última geração da frota de submarinos alemães. Possuía 1.200 toneladas, com 44.000 km de alcance, composta por uma tripulação de 61 homens e armado com dois canhões de 37 mm e de 20 mm antiaéreos e duas metralhadoras pesadas. Em 24 de julho de 1943, havia afundado o navio mercante Charles Peale, a cerca de 50 milhas do Rio de Janeiro.

Todavia, a maior tragédia ocorreu com um veterano da 1ª Guerra Mundial, o Cruzador Bahia que havia enfrentado o surto de febre espanhola, em 1918. O Cruzador afundou acidentalmente face a um disparo acidental em exercício de tiro real, no manejo de uma metralhadora de convés, em 04 de julho de 1945, que atingiu as cargas de profundidade depositadas no convés, causando a morte de 337 homens.<sup>6</sup>

Este episódio é considerado a maior tragédia marítima brasileira. (Ver Depoimento do Almirante Lúcio Torres Dias, um dos sobreviventes do acidente com o cruzador Bahia)



Cruzador Bahia, veterano de duas guerras- Fonte: Serviço de Documentação da Marinha

## Considerações finais

Pelo conteúdo apresentado, é possível afirmar que existem muitos pontos de interseção na conjuntura interna, quando da participação brasileira nas duas guerras mundiais. O cenário de despreparo operacional, a carência de recursos e a defasagem tecnológica nas forças armadas entre as duas guerras, com intervalo de tempo de 25 anos, nos revela algumas questões de visão estratégica e gestão.

A primeira nos permite concluir que os investimentos na pasta militar não eram vistos como prioridade, embora a extensão continental do país e as inúmeras ameaças presentes, como a hipótese de invasão da Argentina, nos estados do Sul, considerada em ambas as épocas, a maior potência militar do sul do continente além da probabilidade de envolvimento em outros conflitos.

<sup>6</sup> O depoimento do Almirante Lúcio Torres Dias revela que cerca de 110 marinheiros morreram da explosão. Os demais permaneceram à deriva, em alto mar, a 900 Km de Natal, por quatro dias, até o resgate. A maioria dos óbitos foi decorrente de ataques de tubarões, insolação, falta de água potável e alucinações que os faziam se jogar dos botes salva-vidas se afogando. Fato semelhante ocorreu com a tripulação do cruzador USS Indianápolis, em 30 de julho de 1945, no mar das Filipinas, quando retornava da missão secreta de transportar componentes da Bomba atômica, sendo torpedeado e afundado pelo submarino japonês I-58, episódio considerado a maior tragédia naval da Marinha dos Estados Unidos.

Outra questão que emerge ao longo da pesquisa reside no fato de que o Brasil concentrava seus esforços exclusivamente na política interna e face aos diferentes problemas, tradicionalmente manifestados por insurreições, revoltas e guerras internas, não possuía perspectiva em obter algum tipo de protagonismo internacional, tampouco vislumbrava participar ativamente em ambas as guerras, permanecendo na condição de neutralidade.

Neste sentido, figuras políticas como a de Nilo Peçanha, Rui Barbosa e Osvaldo Aranha foram preponderantes para fazerem os respectivos presidentes compreenderem o momento histórico único e os possíveis benefícios da participação brasileira no pós-guerra, a médio e longo prazos, em um ambiente de dificuldades e desafios muito similares.

Interessante destacar, que após o término da Grande Guerra, embora a apreensão de 42 navios mercantes do inimigo, além da compra de outras 30 unidades por preços simbólicos, que perenizam a aliança germânica, incorporados a frota da Marinha Mercante Brasileira, e a indenização pelas perdas dos produtos transportados nos navios perdidos, especialmente café e algodão, a economia interna pouco se desenvolveu. Esta conjuntura é atribuída as dificuldades econômicas dos países europeus com os enormes gastos no conflito, acarretando em uma grave crise em suas economias com sérias implicações no país.

Da mesma forma, com o término da Segunda Guerra Mundial, deu-se o primeiro passo para o processo de industrialização do país, com a construção de numerosas indústrias, especialmente, as siderúrgicas. Contudo, novamente, a economia interna passaria a sofrer constantes crises e as enormes expectativas não se concretizaram, a exemplo da década de 20.

Seguindo esta trajetória histórica, permeada por obstáculos de toda a ordem, a reflexão que se deseja, tomando por base o que foi apresentado neste artigo, é se o Brasil apreendeu as lições trazidas destas guerras e estaria devidamente preparado para participar, por meio de suas forças armadas, na hipótese de um conflito armado de mesmas proporções, sem a presença dos reveses do passado?

Parafrazeando a frase de John Philpot Curran, pronunciada em 1790 e publicada em *Speeches on the late very interesting State trials* em 1808, “O preço da liberdade é a eterna vigilância”.

## Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. Base de Dados. Of. 392 de 02 de junho de 1943. Secreto. **Criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB)**. Disponível em: [http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp?v\\_pesquisa=CFICI&v\\_fundo\\_colecao=&Pages=3.Doc.BR\\_DFANBSB\\_N8\\_0\\_PSN\\_EST\\_0631d0001de0001.PDF](http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=CFICI&v_fundo_colecao=&Pages=3.Doc.BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0631d0001de0001.PDF). Acesso em 24.05.2020.

AGRESSÃO. **Documentário dos Fatos que levaram o Brasil à Guerra.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, janeiro de 1943.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **A periculosidade da área de operações da Divisão Naval brasileira na costa ocidental africana durante a Grande Guerra em 1918.** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 91 – 114, jan/jun. 2016.

COSTA, Sérgio Correa da. **Crônica de uma Guerra Secreta - Nazismo na América: A Conexão Argentina.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

CAMPBELL, Herbert. **A Marinha Mercante na Segunda Guerra: Recordações de sua luta.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

DARÓZ, Carlos Alberto Carvalho. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia.** São Paulo: Contexto, 2016.

Depoimento do Almirante Lúcio Torres Dias. Documentário: **O afundamento do Cruzador Bahia na 2ª Guerra Mundial.** Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Bha\\_9ZFM4\\_0&t=39s](https://www.youtube.com/watch?v=Bha_9ZFM4_0&t=39s). Acesso em: 13.10.20.

FONSECA, Cesar. **A Divisão Naval em Operações de Guerra (D.N.O.G) - 1914-1918.** In: Revista Marítima Brasileira, Ano LXXIII, nº 1, 2 e 3, Rio de Janeiro, Jul-Set 1953.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. **A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Capemi Editora e Gráfica Ltda, 1982.

HALPERN, Paul G. **The naval history of World War I.** U.S.Navy Institute 1994.

HOWARTH, Stephen, and Derek Law, eds. **The Battle of the Atlantic, 1939-1945: The 50th Anniversary International Naval Conference.** Annapolis, MD: Navy Institute Press, 1994.

LIMA, Rui Moreira. **Senta a Pua.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MARTINS, Hélio Leôncio e SALDANHA DA GAMA, Artur Oscar. **A Marinha na Segunda Guerra Mundial.** In: Historia Naval Marítima Brasileira, Volume Quinto TOMO II. Serviço de Documentação Geral da Marinha: Rio de Janeiro, 2006.

MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria: História do Exército brasileiro, 1889-1937.** Cia das Letras 2007.

STANLEY, Hilton. **Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências.** Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

# O conflito na Transnístria, um território sem Estado estabelecido.

Luciano Hickert<sup>1</sup>

**Resumo:** O conflito na Transnístria iniciou-se em 1990, com o colapso da União Soviética, e se estende até os dias atuais, recebendo desde sua eclosão pequena atenção das mídias ocidentais. Milhares de pessoas perderam suas vidas nesses 30 anos de disputas, e grave crise humanitária ocorre naquela fronteira entre Ucrânia e Moldávia, sem que sejam mobilizados os órgãos de segurança internacional para a condução de uma solução para a disputa.

**Abstract:** The conflict in Transnistria began in 1990, with the collapse of the Soviet Union and has been extended to the present day, receiving little attention from the Western media since its outbreak. Thousands of people have lost their lives in these 30 years of disputes and a serious humanitarian crisis occurs on that border between Ukraine and Moldova without the international security organs being mobilized to carry out a solution to the dispute.

## Introdução

O conflito na região Leste da Moldávia antecipou em mais de 20 anos o ocorrido na região Leste da Ucrânia, com envolvimento direto da Rússia e de mercenários cossacos, alinhados aos objetivos de Moscou de manter a influência nessas áreas. Até hoje o território localizado na margem esquerda do rio Dniester não se encontra controlado por um Estado formalmente reconhecido pela maioria dos países.

O território da Transnístria compreende a região do Leste europeu situado a Oeste da Ucrânia, separada da Moldávia pelo rio Dniester, na sua jusante próxima ao mar Negro. É uma área disputada historicamente por russos e por romenos (moldavos), que povoam a região.

---

<sup>1</sup> Tenente Coronel do Exército, Arma de Cavalaria, Bacharel em Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (2000). Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2009. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Atualmente é aluno de Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) (2019/20).

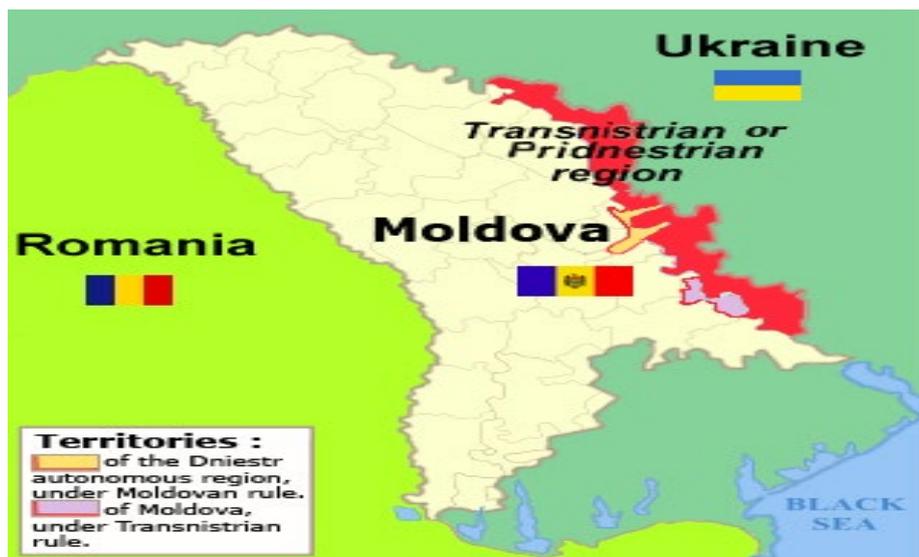


Figura 1 - Posição da Transnístria em vermelho.

Em 1940, a Moldávia passou da Romênia para a URSS. No entanto, em junho de 1941, quando estourou a Segunda Grande Guerra, a Romênia, aliada da Alemanha nazista, ocupou a Moldávia. As autoridades romenas comprimiram a economia e a agricultura da Moldávia; sua indústria foi expropriada pelo esforço de guerra, e o campesinato foi forçado a desistir de quase todos os grãos e gado.

Dezenas de milhares de moldavos da Romênia foram enviados para a Alemanha como mão de obra. Da mesma forma, a população do território ocupado foi obrigada a trabalhar sem compensação, reparando estradas e infraestrutura destruída durante a guerra. Historicamente, a Bessarábia era lar de muitos judeus e ciganos. Os romenos recém-chegados estabeleceram campos de concentração e guetos. As tropas soviéticas libertaram a Moldávia em 1944.

Depois da guerra, a Moldávia foi transformada em ruínas. Sua infraestrutura estava destruída, e as doenças proliferavam devido à falta de remédios, sem falar do desemprego em massa e da fome. O governo soviético alocou recursos consideráveis para renovar a indústria e a agricultura, importando equipamentos e matérias-primas. A principal indústria da Moldávia era, e ainda é, a produção de vinho. O vinho da Moldávia era conhecido em toda a União Soviética. Graças ao clima quente da região, é possível cultivar e produzir grandes quantidades de frutas e legumes, além de girassóis, beterrabas, tabaco e outros cultivos industriais.

Na década de 1950, a Usina Hidrelétrica de Dubossari foi construída no rio Dniestre; a indústria de costura se desenvolveu, bem como a produção de geladeiras. A maior parte da população consistia em moldavos, ucranianos e russos. Ainda, historicamente, a região tinha uma grande comunidade da Gagaúzia (cidade turca), além de judeus, búlgaros e ciganos.



Usina Hidrelétrica de Dubossari, 1980  
V. Sedatchev/Sputnik

Figura 2 - Usina Dubossari, sobre o rio Dniester.

Na década de 1980 pessoas de toda a URSS, bem como turistas, foram atraídas para a Moldávia por seu clima quente e oportunidades de emprego. Fábricas de tecido foram impulsionadas pela oferta de energia, e as frutas e os vinhos da região passaram a ser desejados em toda a União Soviética. Isso impulsionou a chegada de imigrantes russos, desequilibrando a distribuição populacional na área.

## O Conflito nos dias atuais.

A mais recente advertência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sobre um possível alastramento da ofensiva da Rússia até a Moldávia desencadeou apreensão na antiga república soviética. No fim de fevereiro de 2020, o comandante supremo da OTAN na Europa, general Philip M. Breedlove, declarou ao Congresso em Washington que as tropas russas estacionadas na região separatista da Transnístria teriam a finalidade de “evitar uma aproximação da República da Moldávia ao Ocidente”.



Figura 3 - Manifestantes pró-Ocidente.

Segundo Breedlove, a operação seria acompanhada por uma ampla campanha de informação, através de seus meios de comunicação, que Moscou realiza no país vizinho. A chanceler federal alemã, Angela Merkel, também reagiu com apreensão aos desdobramentos na região. Após conversa em Berlim com o presidente da Romênia, Klaus Iohannis, ela disse que torcia para que a situação da Ucrânia não se repetisse na Moldávia. Merkel disse que não se deve esquecer o conflito estagnado na Transnístria, nem o fato de que fracassaram todas as tentativas internacionais de solucionar esse conflito.

Na Transnístria ainda estão estacionados 2 mil soldados russos, embora já em 1999 o Kremlin tivesse se comprometido a retirar do território seu pessoal militar e arsenais armamentistas. Após uma guerra sangrenta no início da década de 1990, a região separatista se desligou da Moldávia, declarando-se independente. Seu governo pró-Moscou tem esperanças de uma anexação à Federação Russa (CALUGAREANU, 2015).

Seguindo as divisões políticas existentes na Ucrânia, a Moldávia também possui sua parte mais a Leste ligada a Rússia, e sua parte Oeste mais voltada para a Europa Ocidental. Isso se verifica pela análise do mapa abaixo, onde se verifica o apoio da população à causa pró-Moscou.



Figura 4 - Mapa da divisão política ucraniana, e avanço russo na região.

Até agora o novo governo moldávio não desenvolveu nenhuma reação aos sinais de alarme. O país está sacudido por uma crise política com o potencial de colocar em perigo uma aproximação mais forte à União Europeia. Há apenas poucos meses no cargo, o primeiro-ministro Chiril Gaburici vem tentando convencer Bruxelas de que a república pretende manter o curso pró-europeu. Depois

de vencer as eleições legislativas em novembro último, a aliança tripartidária pró-UE não conseguiu constituir um governo. Após muitos esforços, dois dos partidos formadores, o Liberal Democrático e o Democrático, conseguiram formar um governo de minoria, dependente do apoio da oposição comunista. Agora, os pró-europeus da República da Moldávia temem que o país vá se aproximar cada vez mais de Moscou.



Figura 5 - Parlamentares em votação e a polarização pró-Europa/ pró-Rússia.

O cientista político moldávio Oazu Nantoi, do partido social democrata, membro do parlamento daquele país atualmente, detecta uma série de perigos para seu país. Um deles seria “a assim chamada quinta coluna da Rússia” no Parlamento, em Quichinau. Não se trata apenas do Partido Socialista, que jamais negou sua orientação pró-Moscou, mas também deputados de outras legendas contrários a uma orientação pró-Europeia. Nantoi igualmente alerta sobre a influência do Kremlin sobre as eleições na região moldava de Gagaúzia. Também nesse local os separatistas pró-Moscou ameaçam com uma anexação à Federação Russa.

O especialista confirma a existência de uma campanha de informação do Kremlin, como denunciou o general Breedlove, da Otan. Canais de TV russos dominam o mercado de mídia da Moldávia. Contudo, o maior perigo ainda parte da corrupção em massa e de um governo fraco. Um Estado incapaz de garantir o direito, a ordem e a estabilidade política, enquanto a guerra ameaça suas fronteiras, “não estará em condições de se opor à agressiva política expansionista da Federação Russa”, declarou Oazu Nantoi.

O novo ministro moldávio da Defesa, Viorel Cibotaru, entretanto, afirmou em entrevista a um jornal local não ver risco concreto de um alastramento do conflito na Ucrânia. Todas as estruturas de defesa nacional, assegurou, estão em permanente estado de alarme, prontas a reagir imediata-

mente a possíveis ameaças. Segundo o mais recente relatório do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), sediado em Londres, o Exército Moldávio dispõe de 5.300 soldados ativos. No caso de um conflito militar, podem ser convocados 700 mil cidadãos. Seus sistemas armamentistas provêm, em grande parte, da época soviética (CALUGAREANU, 2015).

A polarização política na Moldávia se refletiu nas eleições recentes, que deram vitória para a candidata pró União Europeia, frente ao candidato alinhado com Moscou. As regiões Sul e Leste do país, do mesmo modo que ocorre na Ucrânia, deram vitória para os simpatizantes russos, demonstrando que o conflito tem questões étnicas que se refletem no campo político.

Assim, a região tem propensão para conflitos por conta a sua localização estratégica, pela multiplicidade de etnias e culturas que vivem no território, além de ser alvo de interesse da Rússia e Europa, influenciando tanto a Romênia quanto a Ucrânia e todos os territórios banhados pelo rio Dniestre. A Transnístria tende a compor peça importante da política internacional russa, na sua busca de limitar a presença de outras potências na região Norte do mar Negro.

## O conflito na década de 1990.

Na história do conflito, podem ser identificados cinco pontos críticos principais nas lutas políticas inter-étnicas na Moldávia, entre o final de 1988 e meados de 1992:

- 1) **Agosto-setembro de 1989:** crise decorrente da adoção da nova legislação republicana sobre o status e o funcionamento das línguas;
- 2) **Outubro-novembro de 1990:** crise antes das eleições locais para os Soviets Supremos (parlamentos) das repúblicas separatistas de Transnístria, ou Trans-Dniester, proclamadas unilateralmente;
- 3) **Setembro de 1991:** crise após o fracasso do golpe na URSS e a prisão de líderes dos grupos étnicos rebeldes na Moldávia;
- 4) **Dezembro de 1991:** crise após as eleições presidenciais e referendos sobre a independência em Trans-Dniester;
- 5) **Março de 1992:** crise após as autoridades separatistas de Trans-Dniester tentarem subordinar as delegacias de polícia locais pela força, usando outros meios de coerção oficial em massa.

Três padrões e estágios principais podem ser identificados no desenvolvimento do confronto inter-étnico disruptivo entre a Moldávia e o Trans-Dniester:

- 1) **Novembro de 1990 e setembro de 1991:** transição da ação política étnica não violenta para a violenta, manifestada nos confrontos entre a polícia da Moldávia e civis em Dubosary, uma das cidades principais e rota de passagem entre a capital da Moldávia e a Ucrânia;

2) **Dezembro de 1991:** transição para interação violenta recorrente em áreas urbanas e rurais etnicamente mistas da margem Leste da Moldávia; Polícia moldava e destacamentos especiais, camponeses moldavos de um lado, engajados em interação violenta com formações especialmente criadas de milícia Trans-Dniestre e grupos civis russófonos de autodefesa semi-organizados do outro;

3) **Março-julho de 1992:** transição para a guerra - violência interétnica em grande escala, organizada e sustentada invadiu toda a área de fronteira entre a margem direita e a margem esquerda da Moldávia, culminando no derramamento de sangue de Bendery em junho de 1992. Formações militares (OPON da Moldávia, polícia e forças armadas contra guardas e milícias Trans-Dniestres) que representam populações estabelecidas de etnias opostas envolvidas na guerra, empregando uma vasta gama de armas convencionais. As formações paramilitares de adversários (voluntários moldavos e romenos, grupos de autodefesa transdniestres e destacamentos cossacos da Rússia) acrescentaram uma dimensão de guerrilha à guerra civil.

Assim, os combates pelo controle da área se intensificaram em março de 1992, coincidindo com a adesão da Moldávia recém-independente às Nações Unidas e, alternando com alguns períodos de cessar-fogo, durou toda a primavera ao início do verão de 1992, quando um cessar-fogo definitivo, que tem sido respeitado, foi declarado em 21 de julho. A crise, que até hoje não teve uma solução definitiva, se desenvolveu da seguinte forma:

Em 9 de janeiro de 1992, as autoridades transnistras decretaram que as forças armadas da ex-URSS localizadas no território da margem esquerda da Moldávia fossem colocadas sob o comando do governo do país recém criado. As forças armadas da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) ignoraram esta exigência e declararam a neutralidade do ex-exército da União em conflitos internos nas ex-repúblicas da URSS.

Em janeiro-março de 1992, surgiram relatos de assaltos armados feitos por guardas Trans-Dniestres e cossacos em depósitos militares do 14º Exército e tropas internas da ex-URSS. Novos sinais de polarização dos conflitos Moldávia-Trans-Dniester foram relatados em fevereiro de 1992. No final de fevereiro, centenas de cossacos da região do Don da Rússia começaram a chegar à margem esquerda da Moldávia em resposta aos apelos feitos pelos Trans-Dniestrianos aos seus Irmãos étnicos russos. Sua chegada serviu para aumentar as tensões étnicas. Pouco depois, foi relatado que grupos de voluntários romenos chegaram à margem direita da Moldávia, expressando sua solidariedade com os moldavos nas lutas contra os separatistas.

Em seu terceiro Congresso, realizado em Kishinev em 23 de fevereiro de 1992, a Frente Popular Democrática Cristã (CDPF) da Moldávia, com ligação política com partidos de direita ro-

menos, buscava uma nova reunião da Moldávia com a Romênia e a restauração de Grande Romênia. Nos dias 1 e 2 de março, os guardas transnístros atacaram o escritório da polícia da cidade de Dubossary e prenderam policiais moldavos, exigindo o fechamento de organizações legalistas da Moldávia em Dubossary.

Destacamentos moldavos foram enviados para restaurar a ordem, mas foram bloqueados no posto de controle da Ponte Dubossary. Depois de uma troca de tiros com os guardas e cossacos, uma pessoa foi morta e outra ficou ferida. Em 3 de março, o escritório da polícia moldava em Dubossary foi fechado e transferido para Kochiery, um vilarejo povoado por moldávios nas proximidades. No mesmo dia, durante um violento confronto em Kochiery, seis guardas Trans-Dniestres foram mortos e 11 feridos.

Em 3 de março, o líder transniquestre, Smirnov, declarou estado de emergência na margem esquerda da Moldávia e pediu resistência à polícia moldava. Novos destacamentos cossacos foram relatados chegando em Trans-Dniester pelo território da Ucrânia. As hostilidades assumiram o caráter de trocas diárias de tiros e pequenos combates nos subúrbios de Dubossary e nas aldeias vizinhas com populações etnicamente mistas. Em 6 de março, o escritório da polícia da cidade em Bendery foi sitiado por guardas Trans-Dniestres que exigiram que fosse fechado e toda a polícia da cidade dissolvida. Ataques violentos e trocas de tiros foram relatados em rodovias nos distritos de Bendery e Grigoriopol. Durante o ataque armado a um depósito militar em 15 de março, os cossacos, supostamente em torno de 600, tomaram posse de armas de fogo, revólveres, metralhadoras e submetralhadoras, morteiros, granadas e munições.

Em meados de março, as hostilidades se espalharam para as áreas rurais de Dubossary, com centenas de pessoas participando de combates violentos. Nos dias 16 e 17 de março, mais de 600 policiais moldavos e guardas transnistras com uma dúzia de blindados foram relatados em combates perto da vila de Kochiery. No combate perto da aldeia de Koshnitsy, apenas o lado moldavo contava com 3.000 policiais.

Os fluxos de refugiados que saíram em massa, tanto moldavos quanto russos, são o produto da escalada das hostilidades. Em 20 de março, 6.000 refugiados tiveram de fugir para a região de Odessa, na Ucrânia, após terem sido ameaçados ou atacados. Em 26 de março, a contagem total de refugiados russos e moldavos foi estimada em mais de 10.000 pessoas.

O fluxo de refugiados em direções opostas despertou raiva e ódio em ambas as margens da Moldávia. Em 17 de março, um acordo de armistício foi alcançado. Tentando promover um compromisso, o Parlamento da Moldávia concordou em conceder autonomia econômica e fiscal à margem esquerda da Moldávia, e em introduzir novas alterações na lei sobre as línguas. Os líderes Trans-Dniestres não acharam essas concessões satisfatórias, no entanto, insistiram que fosse concedida, se

não a independência política, pelo menos a autonomia político-territorial dentro da Moldávia e o direito à secessão livre se a Moldávia se reunisse com a Romênia.

Em 6 de março, o escritório da polícia da cidade em Bendery foi sitiado por guardas Trans-Dniestres que exigiram que fosse fechado e toda a polícia da cidade dissolvida. Ataques violentos e trocas de tiros foram relatados em rodovias nos distritos de Bendery e Grigoriopol. Durante o ataque armado a um depósito militar em 15 de março, em torno de 600 cossacos tomaram posse de armas de fogo, revólveres, metralhadoras e submetralhadoras, morteiros, granadas e munições.

Em 17 de março, o governo romeno exigiu que a Federação Russa tomasse medidas urgentes para uma solução pacífica do conflito na Moldávia. Moscou hesitou e deu sinais ambíguos. Por um lado, o governo russo havia reconhecido o princípio da não interferência nos assuntos internos dos países da CEI. Por outro lado, a proteção dos direitos das minorias russófonas também havia sido declarada um objetivo importante da política externa da Rússia em relação às repúblicas da ex-URSS.

Os oponentes políticos do governo de Yeltsin, então Presidente Russo, o acusaram de ignorar a alegada violação dos direitos humanos dos habitantes russófonos da Moldávia e de trair seus irmãos étnicos. O presidente ucraniano L. Kravchuk, reagindo a uma nota de Snegur, emitiu um decreto para a criação de uma zona especial de 50 km na fronteira entre a Moldávia e a Ucrânia, com o objetivo de evitar qualquer novo influxo de cossacos da Rússia através do território ucraniano.

Em 18 de março, o Comando do 14º Exército soviético (composto principalmente por russos) emitiu uma declaração expressando a intenção de fornecer apoio militar aos trans-dinestrianos, mesmo sem ordens de Moscou, caso as hostilidades armadas voltassem a aumentar.

Em 19 de março, o presidente da Moldávia, Snegur, declarou que não excluía a possibilidade de seu país recorrer à Romênia em busca de ajuda militar: Cossacos da Rússia já havia intervindo no conflito ao lado dos russos e havia boas razões para não confiar nos promessas do Comando das Forças Armadas Unidas da CIS de que o 14º Exército permaneceria neutro.

Ainda dia 19 de março, durante sua visita de emergência a Moscou, o ministro das Relações Exteriores romeno repetiu o apelo da Romênia à Moscou para iniciar conversações de paz. Em 20 de março, o Soviete Supremo da Federação Russa apelou ao Parlamento da Moldávia para buscar uma solução pacífica para as disputas interétnicas. Ao mesmo tempo, expressou a opinião de que a autonomia econômica concedida à Trans-Dniester pelas autoridades centrais da Moldávia deveria ser complementada com o reconhecimento do status político, garantindo o direito da margem esquerda da Moldávia à autodeterminação se a Moldávia perder sua independência por meio reunião com a Romênia.

Em 24 de março, negociações quadruplicadas entre a Moldávia, Romênia, Rússia e a Ucrânia começaram a nível de ministro das Relações Exteriores. A Rússia e a Ucrânia concordaram com a exigência da Moldávia de que o Trans-Dniester não deveria estar presente nas negociações como

parte independente. Uma nova explosão de violência na região de Dubossary quebrou o armistício e complicou o processo de negociação. Em 30 de março, um ataque de guardas Trans-Dniestres na aldeia de Koshnitsy resultou na morte de um policial moldavo e na morte de cinco. Um ataque de contra-resposta por policiais na rodovia Dubossary resultou na morte de um guarda e três feridos.

Em 31 de março, o Parlamento da Moldávia promulgou o decreto do presidente Snegur que introduz o estado de emergência em toda a Moldávia. Uma resolução aprovada pelo Parlamento da Moldávia repetiu a exigência de que as formações armadas ilegais de guardas Transdiestres sejam dissolvidas, que os cossacos retornem à Rússia e que as estruturas de poder da Moldávia sejam restauradas na margem esquerda da Moldávia como pré-condições para futuras negociações sobre o futuro político estatuto da região.

Em abril, as hostilidades também se espalharam para o distrito de Bendery. Outro ataque armado ao escritório da polícia da cidade de Bendery em 1 de abril resultou em quatro dias de combate entre as forças moldavas da OPON e os guardas trans-dinâmicos, o que levou à divisão da cidade em dois setores, cada um controlado por um grupo oposto. Como resultado desta violência, 19 foram mortos e 18 feridos.

Oficiais da unidade do 14º Exército localizada perto de Bendery ameaçaram quebrar a neutralidade e intervir no conflito, a menos que as hostilidades parassem. A partir de 2 de abril, a Trans-Dniester montou um novo bloqueio ferroviário na margem direita da Moldávia. A partir de 8 de abril, novos confrontos violentos no distrito de Dubossary se transformaram em troca de foguetes, ataques e ataques armados, combates e atos terroristas ao longo de toda a fronteira no Trans-Dniester. Isso durou até 17 de abril, quando um novo acordo de cessar-fogo foi alcançado. Os números oficiais divulgados por fontes moldavas e transnestrinas em 17 de abril afirmam que desde o início da violência em dezembro de 1991, 42 pessoas foram mortas (incluindo 19 policiais e 23 civis) e 130 feridos (incluindo 72 policiais e 58 civis) do lado da Moldávia; e 60 mortos, 100 feridos e 60 desaparecidos no lado Trans-Dniestre.

Entre 12 e 28 de maio de 1992, houve mais uma nova erupção de hostilidades interétnicas, quando guardas tentaram expulsar destacamentos militares das posições que ocuparam na margem esquerda da Moldávia, em abril. Numerosos ataques, incursões e atos de tomada de reféns e pilhagem foram relatados nos distritos de Dubossary e Grigoriopol. Os guardas e cossacos estariam usando tanques e blindados roubados de unidades do 14º Exército. Durante o combate no distrito de Grigoriopol, 27 tanques e blindados foram usados pelos transdiestrianos. Pelo menos 54 pessoas foram mortas e 113 feridas em maio.

Os refugiados oficialmente registrados da margem esquerda da Moldávia somavam 20.000 na margem direita da Moldávia e 11.000 na região de Odessa, na Ucrânia. No final de maio, um novo

acordo sobre um armistício de 30 dias foi alcançado e novas tentativas foram feitas para resolver o conflito por meio de negociações. No início de junho, nas negociações mantidas em Moscou entre os ministros das Relações Exteriores da Rússia e da Moldávia, foi acordada a criação de três grupos de trabalho. As suas tarefas consistiam em monitorizar o acordo de cessar-fogo e realizar consultas sobre as modalidades de retirada do 14º Exército da Moldávia e sobre os aspectos políticos e jurídicos da resolução do conflito Moldávia-Trans-Dniester.

Em 3 de junho, o Soviete Supremo de Trans-Dniester encaminhou ao Parlamento da Moldávia uma proposta para separar as formações armadas na zona de conflito e estipular um tratado de federação entre a Moldávia e Trans-Dniester. Este último constituiria um novo status para Trans-Dniester como uma república politicamente autônoma dentro da Moldávia, com o direito à secessão livre.

Após debates realizados no Parlamento da Moldávia em 9-11 de junho, o Parlamento rejeitou as demandas da federação de Trans-Dniester, mas concordou com uma resolução especial que prometia a reconsideração do status político e jurídico da margem esquerda da Moldávia. Após consultas com líderes militares, foi acordado iniciar a retirada das tropas da margem esquerda da Moldávia em 16 de junho.

No entanto, eventos em Bendery iriam impedir o processo de busca de paz mais uma vez. Em 19 de junho, um novo ataque armado por guardas Trans-Dniestres no escritório da polícia da cidade de Bendery levou o governo da Moldávia a enviar formações de seu exército nacional para restaurar o controle da Moldávia em Bendery. Por dois meses, a cidade foi dividida em dois setores, controlados por grupos armados opostos.

As tropas moldavas (supostamente cerca de 2.500 soldados e oficiais) atacaram o setor norte de Bendery, que era controlado pelos guardas Trans-Dniestres. Tentando impedir a chegada rápida de guardas adicionais em apoio aos Trans-Dniestrians, uma aeronave moldava bombardeou a ponte que liga a cidade de Bendery à rodovia que leva a Tyraspol. A artilharia foi usada por ambos os lados. O comando da guarnição do 14º Exército perto de Bendery declarou sua neutralidade, mas, de acordo com os relatos da imprensa moldava, vários oficiais com seus soldados participaram das hostilidades ao lado dos guardas.

No dia seguinte, grupos de guardas Trans-Dniestres e cossacos, em número maior do que as forças moldavas, chegaram ao distrito de Bendery. O uso de carros de combate e o apoio de alguns oficiais do 14º Exército determinaram o desfecho da batalha de Bendery em favor dos Trans-Dniestrians, que retomaram o controle sobre a maior parte da cidade. As forças moldavas retiraram-se para os subúrbios. O combate de três dias resultou em 20 mortos e 200 feridos no lado da Moldávia e cerca de 300 mortos e 500 feridos no lado Trans-Dniestre. Quase todos os edifícios da cidade foram destruídos por fogo de artilharia.

Em 22-23 de junho, os líderes dos partidos opostos chegaram a um acordo sobre um cessar-fogo em Bendery. No entanto, os acontecimentos ficaram fora de controle, desencadeando uma forte onda de hostilidades interétnicas. Conflitos violentos foram relatados nos distritos de Dubossary, Bendery, Rybuitsy, Parkany e Grigoriopol. As perdas humanas em 24 de junho totalizaram 500 mortos e 3.500 feridos em ambos os lados desde a batalha de Bendery.

O número de refugiados russófonos na região de Odessa, na Ucrânia, totalizou 30.000 - três vezes mais do que durante os meses anteriores de guerra (IZ, 25 de junho de 1992; KU, 27 de junho de 1992). O número de membros armados de formações militares que participaram das hostilidades foi estimado em 15.000 pessoas de cada lado, com aproximadamente 400 tanques e 300 canhões de artilharia e morteiros sendo implantados. Em julho, o número total de refugiados ultrapassou 100.000.

Quando oficiais do 14º Exército ameaçaram ignorar as ordens das autoridades russas e tomar parte ativa no violento conflito do lado de Trans-Dniester, esse perigo de violência em larga escala obrigou os líderes políticos a pesquisar com maior urgência por uma forma de resolver o conflito e restaurar a paz. Em 25 de junho, durante a conferência de Istambul dos países do Mar Negro, uma rodada especial de negociações foi realizada entre os presidentes da Rússia, Romênia, Ucrânia e Moldávia. Isso resultou em um acordo para deter o confronto armado na margem esquerda da Moldávia e tomar medidas eficazes para garantir a separação das facções armadas opostas.

Os quatro presidentes apelaram ao Parlamento da Moldávia para reconsiderar mais uma vez o estatuto político e jurídico da margem esquerda da Moldávia. No mesmo dia, o Parlamento da Moldávia respondeu que o reconhecimento da Trans-Dniester como uma unidade político-territorial separada não estava em discussão, mas aprovou um ato especial que prevê para Bendery o status de “cidade livre” na Moldávia e novas garantias legislativas de ampla autonomia econômica e cultural para Trans-Dniester dentro da Moldávia.

Em 8 de julho, as negociações entre o vice-ministro da defesa da Moldávia, o comandante da guarda Trans-Dinis, o comandante-em-chefe do 14º Exército da URSS e representantes do Ministério da Defesa da Federação Russa terminaram com a assinatura de um ordem mútua de cessar-fogo e desarmamento ao longo de toda a linha de fronteira da margem esquerda da Moldávia e a introdução das forças armadas da CEI.

Uma solução política para o conflito Moldávia-Trans-Dniester parece ter sido alcançada no decurso de intensas conversações Moldávia-Trans-Dniester, com a participação ativa da Federação Russa, no final de julho de 1992. Em 21 de julho, na presença de a delegação Trans-Dniestre chefiada pelo Presidente I. Smirnov, os presidentes da Rússia e da Moldávia assinaram o Acordo de Moscou sobre os princípios da solução de paz do conflito armado nos distritos de Trans-Dniester da Repú-

blica da Moldávia. Este acordo previa a criação de uma linha divisória na margem esquerda da Moldávia entre as partes opostas, a ser supervisionada por observadores militares da Rússia, Moldávia e Trans-Dniester.

Além disso, estipulou a retirada gradual de todas as formações armadas, equipamento militar e maquinaria do Trans-Dniester; retirada do 14º Exército para o território da Rússia; e o estabelecimento de uma comissão especial de controle de segurança em Bendery. A Moldávia assumiu a obrigação de determinar e fixar o estatuto jurídico e político da margem esquerda da Moldávia dentro da Moldávia e de conceder à sua população o direito de expressar a autodeterminação se o estatuto político da República independente da Moldávia for alterado. Este compromisso pode não ter resolvido o conflito Moldávia-Trans-Dniester completamente, mas parece ter sido bem sucedido na supressão da violência e na promoção da paz, pelo menos por enquanto.

## **Análise do Conflito em 1990**

O recurso à violência no conflito Moldávia-Trans-Dniester parece ter sido altamente instrumental e relacionado com as questões de contenção política. A violência parece ter estado intimamente ligada à natureza política das disputas étnicas na sociedade moldava em mudança.

Comparando o momento da violência com o curso das disputas etno-políticas não violentas na Moldávia, podemos ver que os pontos que marcam a transição da interação étnica não violenta para a violenta correspondem às crises etno-políticas de legitimidade que marcaram os picos de lutas interétnicas pelo poder (realocação de arranjos de poder ou estabelecimento de um novo conjunto de arranjos de poder). o

A teoria da ação coletiva e da organização social elaborada por Charles Tilly e seus colegas fornece informações importantes na contabilização da violência interétnica no conflito Moldávia-Trans-Dniester. A pesquisa de Tilly sobre os materiais fornecidos por um século de lutas civis nos países europeus mostrou que a violência coletiva flui regularmente dos processos políticos centrais de um país ou região e pode ser melhor compreendida como resultado da interação de grupos organizados que praticam ação coletiva sustentada. Quase sempre pode-se observar um aumento geral da ação coletiva durante os períodos de transição política, quando vários grupos da sociedade se tornam mais politizados à medida que pressionam suas reivindicações e contra-argumentos.

Tilly observa que, onde há um grande volume dessa ação coletiva, também há uma maior probabilidade de que alguns dos eventos se transformem em encontros violentos. Grupos altamente mobilizados e a rápida aquisição ou perda de poder por grupos geralmente resultam em um número desproporcional de conflitos violentos (Tilly et al., 1975: 243-7, 281-8; Tilly, 1978).

Uma das principais conclusões de Tilly é que a violência coletiva atinge seu pico em momentos de atividade política, e especialmente quando mudanças fundamentais estão ocorrendo na distribuição de poder entre os grupos autoconscientes que constituem uma sociedade (Tilly et al., 1975: 247-51, 280-3).

Portanto, no caso de conflitos etno-políticos em uma sociedade multiétnica, podemos esperar altos níveis de ação étnica coletiva militante naqueles estágios de mudança nas relações interétnicas quando os riscos são altos em termos de ameaças e oportunidades para políticas objetivas interesses e status político de grupo percebido subjetivamente. A mudança sócio-política em sociedades multiétnicas implica mudanças significativas em como os grupos étnicos se organizam.

Devido às mudanças políticas na sociedade, os grupos pressionarão ativamente seus interesses, mobilizarão a si próprios e os recursos disponíveis e se engajarão em várias formas de ação étnica coletiva. O que se busca pode ser uma parcela maior do poder disponível por meio do sistema político, ou uma realocação de arranjos de poder - variando de termos inclusivistas a exclusivistas, de autonomia territorial a etnossecessão. “Os tempos de transição são também tempos de tensão étnica” (Shibutani e Kwan, 1965: cap. 14).

A atmosfera de incerteza gerada pelas rápidas mudanças sociopolíticas é um fator de suma importância para a politização dos grupos étnicos. Nessa atmosfera de incerteza, a maior ansiedade do grupo diz respeito às consequências antecipadas da transformação política para o status e os interesses do grupo étnico em uma política multiétnica e / ou as ameaças percebidas que emanam de outros grupos. Após o colapso do centro da União, nas sociedades etnicamente divididas das repúblicas da ex-URSS, a transferência do poder levantou a questão cardeal de quem governaria.

Temores ativados de dominação e subordinação étnica podem se tornar particularmente evidentes e fornecer a justificativa para a politização militante de grupos. Caracterizando os processos de modernização das sociedades, D. Horowitz observa: “O poder é buscado para prevenir o surgimento de consequências terríveis, mas distantes e vagamente percebidas” e “tão críticas e perigosas são as consequências temidas que é considerado vital tomar medidas para evitar com antecedência” (Horowitz, 1985: 186-7).

Em algum momento, essa busca pelo poder provocará uma reação repressiva dos centros de poder já estabelecidos ou do grupo majoritário que visa estabelecer seu próprio domínio exclusivo no processo de construção do Estado. Da interação entre a ação coletiva dos etnicamente lesados e a repressão por organizações estabelecidas dos etnicamente dominantes pode surgir a violência etno-políticas.

## Considerações finais

O conflito entre OTAN e Rússia tem aumentado ao longo dos últimos anos, especialmente pelo fortalecimento de Moscou frente ao crescimento europeu sobre os países da Europa Central.

Essa disputa na área controlada pelos soviéticos durante o século XX tem refletido em toda a Ucrânia, e mais recentemente na Bielorrússia e países bálticos. Diante da ação mais incisiva da Rússia, a situação na Moldávia tende a se agravar, refletindo nas fronteiras romenas e em todo o mar Negro.

A indefinição sobre os destinos políticos da área provoca consequências severas para a população, tanto na área da transnístria, quanto nas zonas limítrofes. A falta de ação de um Estado constituído resulta em diversas dificuldades econômicas e social, e agravam as necessidades resultantes ainda do conflito étnico e dos combates ocorridos no passado.

As dificuldades para o fluxo de pessoas, assim como de mercadorias, resultam em problemas de abastecimento e diminuem o ritmo de desenvolvimento local. A influência da Rússia e seus interesses em manter a área sob controle resulta em dificuldades para integrar toda a região ao comércio europeu.

No campo das informações, destaca-se a dependência da indústria da comunicação da Moldávia em relação aos canais de televisão e rádio russos, o que aumenta a influência de Moscou na área. Isso impulsiona o sentimento da população de origem eslava identificada com a causa do pan-eslavismo russo, e agrava as polarizações políticas.

Apesar do conflito na Transnístria estar congelado na sua dimensão física, pode ser observado o caráter híbrido dos conflitos modernos, destacando a sincronia das ações militares e civis, em diversas dimensões, em especial na área informacional, pois o controle da informação tem se mostrado fundamental para a mobilização de forças em nível operacional e para a liberdade de manobra no nível tático.

## Referências

CALUGAREANU, Vitalie. **Moldávia pode ser o próximo barril de pólvora da Europa**. <https://www.dw.com/pt-br/moldavia-pode-ser-proximo-barril-de-polvora-da-europa/a-18294108>, publicado na DW em 2015. Pesquisado em 11 Nov 2020.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. EB 70-MC-10.225: **Força Terrestre Componente**. 1ª Edição. Brasília, DF, 2019b.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Manual de Campanha EB70-MC-10.211 – **Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT)**, 2ª edição, 2020, aprovado pela Port. nº 038-COTER, de 02 ABR 20.

BRZEZINSKI, Zbigniew K. **Strategic Vision: America and Global Crisis of Global Power**. Nova Iorque: Basic Books, 2012.

Guzeva, Aleksandra. **Assim era a vida na ensolarada Moldavia Soviética**. <https://br.rbth.com/historia/84084-vida-moldavia-sovietica-fotos>, pesquisado em 05 nov 2020.

MASSICOT, Dara. **Antecipando uma nova doutrina militar russa em 2020**. <https://warontherocks.com/2019/09/anticipating-a-new-russian-military-doctrine-in-2020-what-it-might-contain-and-why-it-matters/> 9 de Set 2019, Ed War in the Rock.

MORGADO, Flávio Bezerra. **Fatores da decisão, Operações Conflitos Armados Defesa**. EBlog, 2019. <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/fatores-da-decisao.html>

RUPESINGHE, Kumar. “Ethnicity and power in the contemporary world” Capítulo 5, “Dynamics of the Moldova Trans-Dniester ethnic conflict (late 1980s to early 1990s)”, United Nations University Press, 1996.

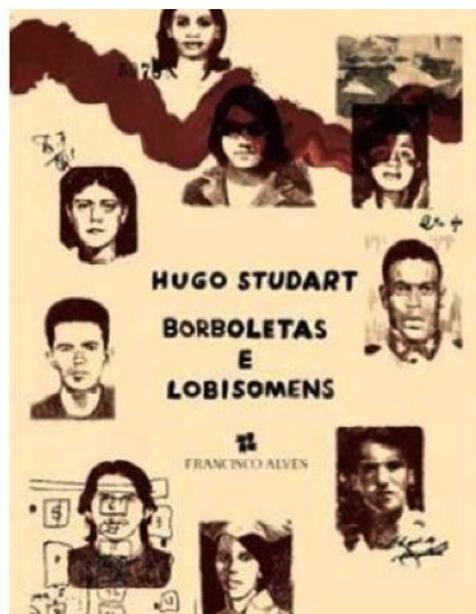
# Livro em Destaque

**STUDART, Hugo. Borboletas e Lobisomens. Vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia. Rio de Janeiro, Francisco Alves: 2018**

Durante os anos mais repressivos da ditadura militar brasileira, 79 jovens instalaram-se no coração das selvas amazônicas, sem armas e provisões, para promover uma revolução socialista no Brasil. Este episódio é conhecido como Guerrilha do Araguaia e é um dos acontecimentos mais obscuros do regime militar no Brasil.

Fruto de um extenso trabalho de pesquisa, que incluiu pesquisas de campos, entrevistas, consultas a documentos históricos e participação nos grupos de buscas a desaparecidos no Araguaia promovidos pelo Governo Federal, este livro consiste em uma obra fundamental sobre a Guerrilha do Araguaia, na qual o autor desvenda o episódio a partir do relato da história de seus participantes – guerrilheiros, militares e camponeses. O resultado é um texto com incontestável rigor histórico e científico e contornos de romance ficcional.

O livro conta ainda com fotografias, dados dos guerrilheiros, militares e camponeses, e extensa bibliografia sobre o tema. Uma obra enciclopédica e definitiva sobre a Guerrilha do Araguaia.



## O autor

Nascido em 1961, Carlos Hugo Studart Corrêa é jornalista, professor universitário e historiador brasileiro. Formou-se em jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), onde também se especializou em Ciência Política e concluiu o Mestrado e Doutorado em História. Como jornalista, atuou como repórter, editor, colunista ou diretor nos principais veículos do país, como Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, entre outros. Trabalhou como editor-chefe da revista Desafios do Desenvolvimento, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Como Professor, lecionou Jornalismo no Instituto de Ensino Superior de Brasília, Iesb; na Universidade Católica de Brasília; na Faculdade Cásper Líbero, São Paulo; e novamente na Católica de Brasília. Atuou como pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e como pesquisador do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, no Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas, NP3/Ceam, Universidade de Brasília.

Também é autor do livro: A Lei da Selva (2006), baseado na sua dissertação de mestrado: “O Imaginário dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia”.

---

**Título:** Borboletas e Lobisomens. Vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia

**Editora:** Francisco Alves

**ISBN:** 978-85-2650-490-5

**Edição:** 2018

**Número de Páginas:** 660

**Acabamento:** BROCHURA

**Formato:** 14 x 21 cm

**Preço médio:** R\$ 80,00 diretamente com o autor.

<https://hugostudart.com.br/produto/borboletas-e-lobisomens/>



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.